

Trabalho de Conclusão de Curso

ENTRE A CIÊNCIA A TÉCNICA E A NAÇÃO:

Uma análise sobre o livro *Introdução A Técnica de Museus* de Gustavo Barroso .

Daniel Dalla Zen



Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Coordenadoria Especial de Museologia

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA

DANIEL DALLA ZEN

ENTRE A CIÊNCIA A TÉCNICA E A NAÇÃO: UMA ANÁLISE
SOBRE O LIVRO INTRODUÇÃO A TÉCNICA DE MUSEUS DE
GUSTAVO BARROSO

SANTA CATARINA
2014

DANIEL DALLA ZEN

ENTRE A CIÊNCIA A TÉCNICA E A NAÇÃO: UMA ANÁLISE
SOBRE O LIVRO INTRODUÇÃO A TÉCNICA DE MUSEUS DE
GUSTAVO BARROSO.

Trabalho de Conclusão do Curso de
Graduação em Museologia,
apresentado à Universidade Federal de
Santa Catarina, requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em
Museologia com orientação do
Professor Wagner Miquéias Felix
Damasceno.

FLORIANÓPOLIS
2014

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Dalla Zen, Daniel

Entre a ciência a técnica e a nação : Uma análise sobre o livro introdução a técnica de museus de Gustavo Barroso / Daniel Dalla Zen ; orientador, Wagner Miquéias Felix Damasceno - Florianópolis, SC, 2014.
120 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas. Graduação em Museologia.

Inclui referências

1. Museologia. 2. Introdução à Técnica de Museu. 3. Gustavo Barroso. 4. livro. I. Damasceno, Wagner Miquéias Felix. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Museologia. III. Título.

DANIEL DALLA ZEN

ENTRE A CIÊNCIA A TÉCNICA E A NAÇÃO: UMA ANÁLISE
SOBRE O LIVRO INTRODUÇÃO A TÉCNICA DE MUSEUS DE
GUSTAVO BARROSO

Esta monografia foi julgada adequada para a obtenção do Título de Bacharel em Museologia, e aprovada em sua forma final pelo Curso Graduação em Museologia da Universidade Federal de Santa Catarina.

Local: Universidade Federal de Santa Catarina

Data: 08 de dezembro de 2014.

Coordenadora do Curso

Prof^a. Me. Luciana Silveira Cardoso

Banca Examinadora

Prof^a. Me. Wagner Miquéias Felix Damasceno (Orientador)

CEM/MUS - Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a. Dr^o. Rafael Victorino Devos

DPANT - Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a. Dr^a. Maria Bernardete Ramos Flores

Universidade Federal de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a minha família, que sempre me apoiou e deu força nas minhas escolhas. Aos meus colegas da Museologia, por todos os momentos compartilhados durante a graduação. A todos os professores com quais tive aula, sem vocês esse trabalho não poderia ser concretizado. Em especial a professora Maria Bernardete Ramos Flores, com quem venho trabalhando nos últimos anos, no Laboratório de História e Arte da UFSC e ao professor Wagner Miquéias Felix Damasceno, que com paciência e dedicação orientou esse trabalho.

Quero agradecer, também, ao Museu Victor Meirelles onde realizei o estágio curricular, e a sua equipe, com quem apreendi muito. Foi uma satisfação ter vocês em minha trajetória acadêmica.

E por fim aos amigos, os quais eu frequentemente dava desculpas que não poderia encontrar-lhes por ter de estudar. Bem, agradeço a todos, vocês são muito especiais para mim.

Lisbon Revisited

*“Não me apregoem sistemas completos, não
me enfileirem conquistas
Das ciências (das ciências, Deus meu, das
ciências!)
Das ciências, das artes, da civilização
moderna!
Que mal fiz eu aos deuses todos?
Se têm a verdade, guardem-na!
Sou um técnico, mas tenho técnica só dentro
da técnica.
Fora disso sou doido, com todo o direito a
sê-lo.
Com todo o direito a sê-lo, ouviram?”*
Fernando Pessoa, 1923

Resumo

Este trabalho analisa o livro *Introdução à técnica de museus*, escrito por Gustavo Barroso, em 1946. Partindo do livro como documento, problematizei sobre a vida do autor, sua atuação política e o contexto histórico em que está sendo publicado o livro *Introdução à técnica de museus*, para assim, compreender o seu pensamento museológico. A partir da abordagem do museólogo como um técnico, sustentada por Barroso, abordo o papel da técnica e da ciência como legitimadoras de um saber racional e sua relação com os museus. Também problematizei os temas abordados no livro, onde delimito alguns temas com o objetivo de trabalhá-los mais profundamente. Desse modo, analisei os temas que deixam mais explícitos os ideais de Gustavo Barroso, como a defesa do nacionalismo, sua visão positivista da história ou estarem relacionados aos cuidados dos bens materiais da aristocracia. Esta pesquisa tem como objetivo contribuir para que o profissional museólogo reflita em que contexto surge a Museologia no Brasil, e de quais eram as atribuições do profissional museólogo, chamado na época de “técnico ou entendido em museu” por Barroso. Ao final da pesquisa foi possível constatar, o pioneirismo de Gustavo Barroso ao criar um curso de formação em museologia, um dos projetos mais antigos do mundo, que antecede até mesmo o curso de museografia da École du Louvre. No entanto, a partir da análise do livro *Introdução à técnica de museus* podemos dizer que a museologia nasce no Brasil com um cunho bastante conservador, elitista e eurocêntrico. Pois, restringia o seu estudo apenas à cultura material da aristocracia.

Palavras Chaves: Gustavo Barroso, *Introdução à Técnica de Museu*, livro.

Abstract

This work analyzes the book *Introduction to the technique of museums*, written by Gustavo Barroso in 1946. Based on the book as a document, discuss about the author's life, his political activity and the historical context in which the book is being published *Introduction to the technique of museums*, for, understand its thinking museological. From the museologist approach of as a technician, supported by Barroso, I discuss the role of technology and science as legitimating a rational knowledge and its relation to the museums. Also discuss the topics covered in the book, where limit some issues with the objective of work more profoundly. Thus, I analyzed the themes that leave more explicit the ideals of Gustavo Barroso, as the defense of nationalism, his positivist view of history or are related to the care of the goods of materials of aristocracy. This research aims to contribute to the museologist professionals think in the context arises *Museology in Brazil*, and what were the duties of the professional museologist, called at the time "technical or understood in museum" by Barroso.

At the end of the research was possible to verify, the pioneering Gustavo Barroso to create a training course in museology, one of the oldest designs in the world which precedes the course of museology of *Ecole du Luvre*. However, from the analysis of the book *Introduction to the technique of museums* can say that museology born in Brazil with conservative, elitist and Eurocentric features. Because, restricted their study only the material culture of the aristocracy.

KEYWORDS: Gustavo Barroso, *Introduction to Museum of Technique*, book.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	21
2. A VIDA DE GUSTAVO BARROSO E SUA ATUAÇÃO POLÍTICA.....	25
2.1 A VIDA DE GUSTAVO BARROSO.....	25
2.2. O MUSEU HISTÓRICO DE GUSTAVO BARROSO.....	30
2.3. CURSO DE MUSEUS.....	38
2.4. GUSTAVO BARROSO E O INTEGRALISMO.....	52
3. TÉCNICA E CIÊNCIA COMO IDEOLOGIA.....	63
3.1. A CIÊNCIA CHEGA AO BRASIL E COM ELA AS TEORIAS RACIAIS.....	63
3.2. INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO...77	
4. UM LIVRO A SERVIÇO DA PRESERVAÇÃO CULTURAL DA ARISTOCRACIA.....	87
4.1. A INFLUÊNCIA EVOLUCIONISTA NO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL.....	87
4.2. O LIVRO INTRODUÇÃO À TÉCNICA DE MUSEUS.....	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
REFERÊNCIAS.....	119

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem o intuito de analisar o livro *Introdução à técnica de museus*, escrito por Gustavo Barroso, em 1946. Partindo do livro como documento, buscarei problematizar sobre a vida do autor, sua atuação política e o contexto histórico em que está sendo publicado o livro *Introdução à técnica de museus*, para assim, compreender o seu pensamento museológico. Também pretendo problematizar os temas abordados no livro. Além disso, desejo discutir o papel da técnica e da ciência como legitimadores de um saber racional, e o seu uso como estratégia de controle e dominação da sociedade.

Segundo Waldissa Rússio Camargo Guarnieri (2010, p. 78) “A museologia é a ciência do Museu e das suas relações com a sociedade; é, também, a ciência que estuda a relação entre o Homem e o Objeto, ou o Artefato, Tendo o Museu como cenário desse relacionamento”. Através dessa afirmativa a autora enfatiza, que a museologia é uma ciência em construção, que busca livrar de ser uma mera observação e descrição de fenômenos, para considerar o fato museológico, que vai desde expor os objetos de forma inteligível dentro de um contexto, ao estudo da relação do homem com o objeto, e sobre a relação do museu, homem e sociedade.

Para Guarnieri (2010) a evolução da Museologia como ciência, de início é mais uma História dos museus, no sentido de “crônica”, narrando seus eventos. Mais tarde, chega à fase de “descrição”, no qual a partir de algumas experiências procuram se afirmar regras de técnicas de apresentação. Seguido de uma fase “dramática” preocupando se com as cores e a iluminação.

Com o desenvolvimento da Química e da Física, foi se incorporando o seu conhecimento a museografia. A partir disso, o museu viu-se dividido, entre a preocupação com a conservação de seu acervo, ou sua exposição. Chegando assim, a teoria que, á adequada conservação possibilitaria uma melhor exposição, e que uma exposição adequada não poderia prescindir de boas técnicas de conservação.

É nesse contexto que Gustavo Barroso atua no campo museológico, primeiramente na direção do Museu Histórico Nacional (MHN), em 1922, apoiado pelo presidente da república Epitácio Pessoa, e fundando o Curso de Museus em 1932. Nas palavras de Barroso, “Destinado a ser fonte de ensinamentos e cultura, de devoção à história da Pátria e seminário de formação e aperfeiçoamento de funcionários técnicos” (BARROSO, 1951, p.03).

Cabe, ainda, considerar a conjuntura em que o Brasil vivia nessa época. De acordo com Mário Chagas.

A partir do início da década de 1930, operou-se no Brasil uma grande transformação no campo dos museus, reflexo direto de transformações políticas, sociais e econômicas. Naqueles anos, o Estado se modernizou, fortaleceu-se e estabeleceu uma nova ordem. Fortalecido e reordenado, ele passou a interferir diretamente na vida social, nas relações de trabalho e nos campos de educação, da saúde e da cultura. Diversos setores da sociedade passaram a contribuir para a reimaginação do passado, dos símbolos da nação, suas alegorias, seus heróis e seus mitos (CHAGAS, 2009, p. 72).

Com a consolidação do Curso de Museus no Rio de Janeiro, Barroso lança o seu livro *Introdução à técnicas de museus*, obra em dois volumes publicada no ano 1946¹, que foi considerado uma referência da museologia brasileira até o final da década de 1960. Segundo Solange Godoy os estudantes que entravam no Curso recebiam os dois volumes desse livro até a década de 1970. E alguns professores do curso chegavam a dar aulas seguindo inteiramente o conteúdo do livro de Barroso (apud CHAGAS, 2009).

O livro *Introdução à técnica de museus* é composto por dois volumes. O primeiro volume correspondia à chamada parte geral, contendo noções de: Organização, Arrumação, Catalogação. E em parte básica, com noções de: cronologia, epigrafia, paleografia, diplomática, bibliografia e iconografia. Enquanto o segundo volume do livro contemplava a parte especializada, com noções de: heráldica, condecorações, bandeiras, armaria, arte naval, viaturas, arquiteturas, mobiliário, indumentária, cerâmica e cristais, ourivesaria, prataria e bronzes, máquinas, instrumentos de suplícios.

Entre seus conteúdos são abordados questões de segurança, conservação, restauração, iluminação, topografia e arquitetura. O livro possui várias ilustrações do Museu Histórico Nacional, apresentando-o, como um exemplo de instituição moderna, a qual realizava exposições “tecnicamente perfeitas”.

De acordo com Chagas (2009)

1 Na pesquisa trabalharei com o livro *Introdução à técnica de museus*, Volume I, Parte Geral e Parte Básica, 2ª edição (1951). Volume II Parte Especializada (1953).

O livro desenhava um determinado perfil do profissional que se desejava formar. O museólogo – que, para Barroso, era o “técnico ou entendido em museus”- deveria ter um saber detalhista, minucioso e enciclopédico. O seu alvo eram as relíquias do passado, os acontecimentos e episódios revestidos de dramaturgia singular, e não a compreensão da sociedade contemporânea e, menos ainda, o entendimento do lugar social dos museus (CHAGAS, 2009, p. 106).

A partir da abordagem do museólogo como um técnico, sustentada por Barroso, problematizarei o papel da técnica e da ciência como legitimadoras de um saber racional e a relação com os museus. Sendo até mesmo usada para controle e dominação da sociedade.

Segundo Herbert Marcuse,

O conceito de razão técnica é talvez também em si mesmo ideologia. Não só a sua aplicação, mas já a própria técnica é dominação metódica, científica, calculada e calculante (sobre a natureza e sobre o homem). Determinados fins e interesses da dominação não são outorgados à técnica apenas “posteriormente” e a partir de fora – inserem-se já na própria construção do aparelho técnico; a técnica é, em cada caso, um projeto histórico-social; nele se projeta o que uma sociedade e os interesses nela dominantes pensam fazer com os homens e com as coisas. Um tal fim de dominação é “material” e, neste sentido, pertence à própria forma da razão técnica (apud HABERMAS, 1968, p. 46-47).

O meu interesse pelo tema se deu pelas leituras do campo museológico, as quais, recorrentemente, referenciavam o livro *Introdução à técnica de museu*, escrito por Gustavo Barroso. Este livro foi utilizado por muitos anos como um manual de museologia, o que me despertou a curiosidade em estudá-lo para observar que conteúdos são tratados e de que forma se apresentam.

Outro fator, que me chamou atenção foi a vida e a obra do autor do livro, por ser o fundador do Museu Histórico Nacional, em 1922, na cidade do Rio de Janeiro, sendo seu diretor por mais de 30 anos. Barroso também é o fundador do Curso de Museus, em 1932, onde as aulas eram ministradas no próprio MHN. Sua personalidade é marcada por uma

postura política conservadora, tendo participado do movimento integralista, que defendia os valores da família, da nação e do cristianismo.

Esta pesquisa pretende contribuir para que o profissional museólogo reflita em que contexto surge a Museologia no Brasil, e de quais eram as atribuições do profissional museólogo, chamado na época de “técnico ou entendido em museu” por Barroso. A pesquisa também tem o intuito de problematizar o estatuto da ciência e da técnica, como essas não são imparciais, mais sim atos políticos. A partir da análise do livro *Introdução à técnica de museu*, pretendo discutir como o autor deixa transparecer suas ideias, como a defesa do nacionalismo, exaltação do militarismo e sua visão positivista da história.

Antes de iniciarmos a segunda parte, gostaria de apresentar brevemente a minha trajetória acadêmica. Em 2007, iniciei o curso de Graduação em História Licenciatura Plena, realizado na Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ). A graduação foi significativa na minha formação, na medida em que me ofereceu subsídios para ampliação de conhecimentos no campo da História e do ensino da História. Durante a graduação participei do Projeto de Salvamento Arqueológico da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó, como bolsista de iniciação científica da Fundação de Apoio ao Ensino e Pesquisa da Unisul (FAEPSUL), por um período de onze meses. Em 2010 atuei como professor de História, na Rede Estadual de Educação de Santa Catarina, para alunos do ensino fundamental da cidade de Chapecó. Após a conclusão do curso de Licenciatura em História, iniciei em 2011 o curso de bacharel em Museologia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde atualmente sou bolsista de apoio técnico a pesquisa, do Laboratório de História e Arte.

A presente pesquisa está dividida em quatro partes. A Primeira parte é composta pela *Introdução*, onde apresento o problema da pesquisa, sua relevância e faço uma breve contextualização. A segunda parte chama-se *A Vida de Gustavo Barroso e sua Atuação Política*, onde busco compreender o autor do livro, através de sua trajetória pessoal, profissional, suas ideias e sua atuação política. Na terceira parte *Técnica e Ciência como Ideologia*, abordo como a ciência chega ao Brasil concomitantemente com as teorias raciais, e sua influência para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o responsável em escrever a história do Brasil. A quarta parte, *Um Livro a Serviço da Preservação Cultural da Aristocracia*, comento sobre a influência evolucionista no Museu Histórico Nacional e analiso o livro *Introdução à técnica de Museus*.

2. A VIDA DE GUSTAVO BARROSO E SUA ATUAÇÃO POLÍTICA

2.1 A Vida de Gustavo Barroso

Antes de partirmos para análise do livro *Introdução à Técnica de Museus*, é importante compreender quem foi o autor do livro, qual sua atuação política, em que contexto vivia, e, quais eram os seus ideais. Dessa forma, podemos ter uma noção do que Gustavo Barroso pretendia ao escrever o livro *Introdução à Técnica de Museus*.

Gustavo Adolfo Luiz Guilherme Dodt da Cunha Barroso, nasceu em 1888, no dia 29 de dezembro, na cidade de Fortaleza/CE. Membro de uma família em decadência, com grande prestígio nos tempos do Império. Gustavo Barroso é o terceiro filho de Antônio Felino Barroso e Ana Guilhermina Dodt Barroso, que morreu sete dias após seu parto. O Avô materno Luiz Guilherme Dodt, de origem alemã, era engenheiro e doutor em filosofia pela Universidade de Iena, vindo ao Brasil para trabalhar na construção de linhas telegráficas, pontes e estradas pelo sertão. Ao morrer lhe deixou uma coleção de armas e utensílios indígenas (CHAGAS, 2009).

Mais tarde, Barroso apoiar-se-ia no estudo da genealogia para associar a tradição à sua origem familiar. Destacando seus avós paternos como pessoas de “prestígio e fidalguia”, “povoadores” da região Norte do país. Enquanto, o avô materno pertenceria à “velha nobreza de Walsrode”, na Alemanha.

(...) meu bisavô, o velho João da Cunha Pereira, capitão-mor dos índios da Paupina, depois Mecejana (...) era pernambucano, nascido em Goiânia, mas da grande e antiga família dos Cunha, povoadora do Vale do Jaguaribe. Minha bisavó descendia dos Lages, que também haviam sido povoadores iniciais do Ceará Grande, como então se dizia para diferenciar do Ceará Mirim ou Ceará Pequeno, região do Rio Grande do Norte. Meu avô paterno era o capitão José Maximiano Barroso, considerado, no começo do século, como sendo o homem de mais prestígio e fidalguia do Aracati. Os nomes de Fidelis e Liberato Barroso projetavam-se no cenário nacional de letras, na política e nas armas (BARROSO apud ABREU, 1996, p. 169).

Como vimos, Barroso nasce em 1888, o historiador Boris Fausto (2009), nos apresenta o contexto em que o Brasil vivenciava nesse período.

No ano de 1888, apegava-se à escravidão apenas os representantes das velhas zonas cafeeiras do Vale do Paraíba, cujas fortunas em declínio se concentravam nos escravos. Um projeto preparado pelo senador conservador de São Paulo, Antônio Prado, ligado ao Oeste Paulista, tentou ainda temporizar. Previa a imediata libertação dos escravos, sujeita à indenização e prestação de serviços por três meses, de modo a assegurar a próxima colheita.

Diante da oposição dos liberais, o presidente do Conselho, o conservador João Alfredo, decidiu propor a abolição sem restrições. A iniciativa foi aprovada por grande maioria parlamentar, sendo sancionada a 13 de maio de 1888 pela Princesa Isabel, que se encontrava na regência do trono. Dos nove deputados que votaram contra o projeto, oito representavam província do Rio de Janeiro. No Senado, o Barão de Cotegipe chefiou a frágil resistência, lançando uma ameaça: “Daqui a pouco se pedirá a divisão das terras e o Estado poderá decretar a expropriação sem indenização” (FAUSTO, 2009, p. 220).

Devido à morte da mãe, Gustavo Barroso é separado de seus irmãos, assim, os dois mais velhos foram morar com os avós alemães, que viviam no Maranhão, enquanto, ele, recém nascido ficou no Ceará, com o pai, mas aos cuidados da avó e das tias. Chagas (2009) comenta sobre o livro de memórias de Barroso sob o título *Coração de menino*, publicado em (1939), o qual aborda sobre sua infância e o ambiente em que cresceu.

Nas 13 linhas iniciais de seu primeiro livro de memórias, Barroso fez a descrição da casa em que se criou. Chama atenção, nessa memória descritiva, a ênfase dada aos adjetivos antigo e velho. Com isso, pareceria pontuar que crescera num ambiente cercado de coisas e de pessoas cujas raízes estavam fincadas num outro tempo, num território distante. Ele qualificava a casa, as coisas, as pessoas e as suas praticas como velhas, mas não atribuía a esse qualitativo nenhum

sentido negativo – ao contrário. Ele parecia sugerir que tudo ali era antigo, com exceção de si mesmo, que teria um “coração de menino”, habilitado para lidar com antiguidades, para compreender o passado e retirar dele lição para a vida inteira (CHAGAS, 2009, p.75).

Nesse mesmo livro *Coração de menino*, Barroso escreve sobre o seu ato de colecionar, ao relatar ter possuído uma coleção de selos em sua infância, constituída com muita dificuldade. O autor destaca ainda, um respeito aos objetos, os quais perdiam seu valor de uso com o tempo “... não compreendia que pusesse fora um objeto que houvesse servido à casa muito tempo, (...) entendia que aquele servidor inanimado merecia uma aposentadoria silenciosa...” (BARROSO apud OLIVEIRA, 2003, p.26).

Barroso começou a estudar por meio de sua tia Iaiá, irmã mais velha de seu pai, que lhe ensinou as primeiras letras em sua própria casa, onde funcionava de maneira improvisada o Colégio São José. Em 1898, foi para o Colégio Paternon Cearense cursar a terceira série do primário, indo no ano seguinte para o Liceu do Ceará, onde concluiu o curso secundário em 1906. Neste mesmo ano iniciou a carreira de jornalista publicando o seu primeiro artigo no periódico cearense, *Jornal da República*, sob o pseudônimo de *Nautilus*.

Alguns dos ideais de Barroso são estimulados e desestimulados no próprio seio de sua família, como por exemplo, sua tendência para a vida militar. “O pai fora comandante de polícia e oficial da Guarda Nacional da província; o padrinho e um dos primos foram voluntários da pátria na guerra com o Paraguai, [...] e as tias fardavam-no com o uniforme de alfares” (CHAGAS, 2009, p. 77).

Entretanto, a família cobrava que ele fosse doutor, bacharel em direito. Em outra passagem do livro, *Coração de menino*, Barroso deixa nítido seu descontentamento em não poder seguir a carreira militar.

Na minha casa há a mania, a superstição do doutor. Coisa herdada do tempo antigo como os móveis de jacarandá, os bules de prata do Porto e as terrinas de louça da Índia. Entre as varias espécies, dava-se preferencia ao bacharel em direito. (...) Quando eu revelava minhas tendências para militar, era um Deus nos acuda de protestos. Desde a mais tenra idade o ambiente doméstico guerreava as minhas aspirações. A guerra foi tal que acabei bacharel contra a

vontade. Sinto dentro de mim sempre uma revolta surda (BARROSO, apud OLIVEIRA, 2003, p. 31).

Dessa forma, ingressou em 1907 na Faculdade de Direito do Ceará, onde estudou até 1909. Período no qual intensificou sua carreira jornalística, sendo redator do *Jornal do Ceará*; fundador do periódico *O Garoto*, *O Equador* e *O Regenerador*; e colaborador em *O Unitário*, *O Colibri*, *O Figaça* e *O Demolidor*, órgão socialista de Joaquim Pimenta. Pela quantidade de jornais e periódicos em que Barroso participou, podemos aferir que ele possuía uma boa articulação e influência na mídia cearense.

Ainda nesse período, foi sócio fundador do Grêmio Literário 25 de março, secretário da Talma Cearense – sociedade dramática do Centro de Calfope – e membro do Clube Máximo Gorki, o primeiro clube socialista do Ceará. Uma postura bastante contraditória, como observa Chagas, pois, é o mesmo Gustavo Barroso que viria mais tarde ser um dos líderes nacionais da Ação Integralista Brasileiro (AIB), partido de extrema direita influenciada pelo fascismo italiano e o nazismo alemão.

Em 1910, Barroso se transfere para o Distrito Federal, concluindo no ano seguinte, o seu bacharelado em ciências jurídicas e sociais, na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Enquanto, estudava no Rio de Janeiro, foi professor na Escola de Menores da Polícia do Distrito Federal e no Ginásio de Petrópolis. No ano de 1912, Barroso publica seu primeiro livro *Terra de sol, natureza e costumes do Norte*, sendo bem aceito no meio literário. Nesse mesmo ano, filia-se ao Partido Republicano Conservador (PRC) permanecendo até 1918. Em 1913, assume o cargo de secretário da Superintendência da Defesa da Borracha e o de redator do *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro (CHAGAS, 2009).

Em 1914, Barroso retorna ao Ceará e, apoiado por seu primo e pelo chefe do PRC se elege deputado federal, no ano de 1915, torna-se representante da bancada cearense. Por isso, volta à capital da República, onde acaba se casando com Antonieta, com quem teve dois filhos; Carlos e Flávio Labourian Barroso. Influenciados pelos ideais do pai, Carlos seguiu a carreira militar, enquanto Flávio ingressou no Curso de Museus, em 1936, mas não concluindo (CHAGAS, 2009).

Ao acabar seu mandato de parlamentar sem conseguir se reeleger, Barroso assume a Secretaria do Boletim comercial e consular do *Ministério das Relações Exteriores*, em 1918, no ano seguinte

assume a Secretaria da delegação brasileira à Conferência da Paz, em Versalhes, na França. Uma função muito oportuna para ampliar suas rede de relações e conhecer melhor algumas instituições museológicas europeias, canadenses e estadunidenses. Posteriormente essas instituições serão parâmetro de comparação com sua atuação no Museu Histórico Nacional MHN, como pode ser observado no livro *Introdução à Técnica de Museus*. Retornando ao Brasil, Barroso é nomeado inspetor escolar do Distrito Federal, ficando de 1919 a 1922, quando então, é nomeado diretor do MHN, apoiado pelo presidente da República Epitácio Pessoa.

Segundo Chagas (2009), Barroso procura se eternizar através do museu, por isso, todo o seu sacrifício valia a pena. Seu desejo de se eternizar era tão grande que, logo após a criação do MHN, se candidatou a uma vaga na Academia Brasileira de Letras (ABL), pela quarta vez. Em 1923, ele foi aceito como membro da ABL. Assim, em menos de cinco meses, Barroso alcança duas distintas imortalidades, a das letras e a do museu.

De acordo com Chagas (2009).

Barroso olhou para o mundo moderno do alto de uma pirâmide de tradição oligárquica e escravocrata que ruía. Ele nascera no Império e vivera os primeiros 11 meses de vida como um pequeno súdito, o imaginário de sua família em decadência estava impregnado de símbolos da antiga realeza. Por isso, talvez ele considerasse a hipótese de lançar pontes entre a República e o Império e se empenhasse em construir uma história de continuidades. Ele seria o arco e também o guerreiro defensor das relíquias, o alferes, o chefe de milícia a quem o passado confiara a tarefa de defender a história, a nação, a tradição. O Museu Histórico Nacional – repita – se- seria a sua cidadela, a sua fortaleza (CHAGAS, 2009, p. 81).

Barroso nasceu em um momento de transição do Império para a República. Sua família prestigiada no Império e em decadência, devido ao advento da República, o educa em um contexto permeado pelos valores da realeza. A influência familiar é marcante em sua vida, podendo ser nitidamente observada em sua atuação no MHN.

2.2 O Museu Histórico de Gustavo Barroso

Segundo Adolpho Dumans (1942), a ideia da criação do Museu Histórico Nacional, pertencia a Gustavo Barroso. Este reivindicava um Museu Histórico destinado a guardar e expor as relíquias do passado brasileiro, cultuando a lembrança dos grandes feitos e dos grandes homens nacionais.

No artigo, *A ideia da criação do Museu Histórico Nacional*, presente no volume III dos Anais do MHN, Dumans (1942) elenca uma série de escritos de Gustavo Barroso, que comprovam essa sua afirmativa. Entre eles está a edição vespertina do *Jornal do Comércio do Rio de Janeiro*, de 25 de setembro de 1911, do qual Barroso era redator na época. Sob o pseudônimo de João do Norte ele publica o seguinte artigo, com a epígrafe “Museu Militar”.

Todas as nações tem seus Museus Militares, guardando as tradições guerreiras de sua história, documentando os progressos dos armamentos e exaltando o culto das glórias passadas. Nós ainda o não possuímos.

Nós ignoramos o culto do passado e desprezamos as velharias da história. Nunca possuímos um Museu Militar digno desse nome e nossas esquecida de recordações guerreiras andam esparsas por mil lugares ou já desapareceram com o caruncho do tempo.

Patriótica e nobre seria a fundação dum Museu Militar. Queiram os nomes que tal ideia um dia se realize para que tenhamos onde depor nossos troféus como os gregos outrora os depunham nas métopas de mármore e granito dos templo da Acaia (BARROSO apud DUMANS, 1942, p. 384- 387).

Passado um ano, Barroso publica em 22 de dezembro de 1912, sob o mesmo pseudônimo, no *Jornal do Comércio*, onde também era redator, um artigo chamado “O Culto da Saudade”. No qual, reitera a importância de um lugar que sirva à preservação da tradição.

Verifica-se, com tristeza e a cada passo, que no Brasil quase não há o culto das tradições. Aqui no rio são às centenas os exemplos deste acerto... As maiores relíquias da nossa tradição andam esparsas e ao abandono... Ouro Preto, um ninho de tradições e glórias, derroca-se e esborra-se dia a

dia (BARROSO apud DUMANS, 1942, p. 387).

Os dois artigos citados, “Museu Militar” e “O culto da Saudade”, foram posteriormente publicados no livro de crônicas de Barroso, pela livraria Leite Ribeiro, em 1917, sob o título, *Ideias e Palavras*. Conforme Dumans (1942), a partir da leitura desses artigos o Presidente Epitácio Pessoa, então, teria conversado com Barroso sobre a criação do MHN.

No artigo, “Museu Histórico Brasileiro”, publicado no número de dezembro da revista carioca *Ilustração Brasileira*, de 1921, Barroso volta a reiterar a importância da criação de um Museu Histórico:

Um único país no mundo não possui um Museu histórico. É o Brasil. Até hoje o descuido nacional tem consentido que os objetos do passado, lembranças da vida e dos feitos de nossos avós se tenham perdido ou, nos leilões de antiguidades, tenham passado às mãos de compradores estrangeiros. [...] Quase não restam, custodiadas em parte alguma, relíquias dos primeiros tempos de nossa vida nacional. Não se conhece no país um objeto contemporâneo da Guerra holandesa ou da luta dos Mascates. Recordações mais recentes vão se perdendo. Raras coisas estão guardadas no Arquivo Nacional, numa sala do antigo arsenal de Guerra ou no Museu da Marinha. Assim mesmo, essa salvação se deve mais a iniciativas particulares do que uma ação do governo (BARROSO apud DUMANS, 1942, p. 388-389).

Somente no dia 2 de agosto de 1922, foi inaugurado o Museu Histórico Nacional, sob o decreto n. 15. 596, no período final do Governo de Epitácio Pessoa, por ocasião da comemoração do primeiro centenário da Independência do Brasil, dentre os quais se destacava a exposição Internacional do Rio de Janeiro. Enfim, Barroso conseguia satisfazer o seu desejo de um museu histórico no país, o qual vinha lutando desde 1911, sendo nomeado o primeiro diretor da instituição.

Dumans (1940) no artigo “O Museu Histórico através dos seus dezenove anos de existência”, presente no primeiro volume dos anais do MHN, reproduz um trecho da entrevista de Barroso, concedida ao jornal *A Pátria*, realizada em 24 de agosto de 1922, onde Barroso refere-se ao ato do Governo.

Para felicidade nossa, acabou-se no Brasil a era do

descaso pelo nosso passado. Coube ao Exmo. Sr. Presidente Epitácio Pessoa a glória de ter instituído no seu país natal, cujas tradições tanto o estreito sectarismo positivista se tem esforçado por matar, o culto da Saudade. Ele iniciou, revogando o banimento da Família Imperial e fazendo com que viessem repousar na pátria querida as cinzas daquele que, durante meio século de bondade, dirigira seus destinos. Ele o cimentava instituindo o Museu Histórico, que custodiará as lembranças mais importantes da nossa vida militar, naval, política e social, durante os mais notáveis períodos. E ele terminará a obra fazendo renascer na sua fita azul a estrela de cinco pontas dessa ordem genuinamente nacional do Cruzeiro, que brilhou sobre o fardão dos nossos melhores estadistas e sobre o largo peito dos nossos heróis (BARROSO apud DUMANS, 1940, p. 212).

Como dito anteriormente, a inauguração do MHN ocorreu concomitante à Exposição Internacional do Rio de Janeiro, que foi realizada do dia 7 de setembro a 23 de março de 1923, ambos faziam parte da comemoração do centenário da Independência do Brasil. A Exposição Internacional, buscou mostrar a imagem de um Brasil moderno e progressista. Era para ser inicialmente uma exposição nacional, mas foi se ampliando e ganhou um caráter internacional. O governo federal fez uma seleção, construindo com isso, uma imagem de progresso pautado no viés desenvolvimentista.

De acordo com Miriam Sepúlveda dos Santos,

A exposição Internacional de 1922 significou mais um passo na construção de um conceito moderno de nação e, conseqüentemente, de uma determinada visão histórica, a qual, pensava-se, sustentaria e daria legitimação científica e até mesmo institucional e acadêmica à “nação” brasileira, cujos contornos as autoridades tanto procuravam delinear (2006, p. 27).

Além da Exposição Internacional e da inauguração do MHN, também havia no Brasil em 1922, a Semana de Arte Moderna de São Paulo, um marco na história brasileira. A Semana de Arte Moderna foi um evento emancipatório do movimento modernista, que propunha um

nacionalismo pautado em novas bases, dando ênfase a elementos da cultura brasileira, e se contrapondo ao complexo de inferioridade perante aos europeus.

Ainda nesse período, surgem alguns personagens literários, como o *Jeca Tatu*, criado por Monteiro Lobato e *Policarpo Quaresma* de Lima Barreto, os quais faziam uma crítica à elite, e ao estado autoritário e centralizador (SANTOS, 2006). No livro *Triste fim de Policarpo Quaresma*, o personagem chega a escrever um memorial ao Marechal Floriano Peixoto, apontando as mudanças que deveriam ser feitas para que o Brasil progredisse.

Aproveitara os dias até para redigir um memorial que ia entregar a Floriano. Nele expunham-se as medidas necessárias para o levantamento da agricultura e mostravam-se todos os entraves, oriundos da grande propriedade, das exações fiscais, da carestia de fretes, da estreiteza dos mercados e das violências políticas (BARRETO, 2009, p. 159).

O que percebemos com isso, é que não havia um projeto único de nação, mas vários projetos e que na época nem todos estavam de acordo com a concepção oficial de comemoração do centenário.

Santos (2006), em seu livro *A escrita do passado em museus históricos*, afirma que o MHN nasceu preocupado em delimitar o perfil da “nação brasileira”, pautando-se em uma forte influência militarista, ou seja, elencando os heróis nacionais e juntando tudo que remetesse a esse passado. Santos chama isso de um “museu memória”, a qual a história era apresentada por objetos e palavras do passado que não condiziam com o presente:

O Museu de 1922 é um museu que nasceu preocupado em delimitar o perfil da “nação brasileira” a partir de um forte cunho militarista. Nele, a história é tratada de forma muito próxima àquela dos antigos antiquários ou mesmo da história romântica, que demonstravam o desejo de resguardar do tempo tudo o que fosse original e autentico, bem como um forte sentimento comemorativo pelo passado. Neste tipo de museu, aqui caracterizado como um “museu memória”, a história é apresentada por uma sequência de objetos e palavras do passado que reflete uma temporalidade descontínua e pontual. O Forte

simbolismo ou carisma atado às peças remete não a elas próprias, mas a uma realidade maior, da qual os objetos são apenas fragmento. O MHN de 1922, portanto, trabalhava com amostras do passado, e não com exemplos. Fazia alusão ao passado e não procurava demonstrá-lo (SANTOS, 2006, p. 21).

Tratava-se de *musealizar*² as peças, ou seja, um processo que integra preservação e comunicação, sendo muito mais do que transferir objetos ao museu. O objeto a partir da musealização passa a ser visto como um documento, valorizando desse modo a sua característica de testemunho e o seu potencial de ensinar algo ao público. Com isso, as peças não as remetem mais a elas próprias, e passam a evocar uma memória e um imaginário social, pertencendo dessa maneira a uma história mais abrangente, os objetos, assim, são apenas fragmentos.

Isto justifica o “culto da saudade” proposto por Barroso. Seu intuito era consolidar uma tradição nacional, por meio de objetos. Esses objetos, por serem autênticos fragmentos do passado, pertencentes aos “heróis” eleitos pela aristocracia, teriam o poder de transmitir valores. Assim, para Barroso,

o lugar de maior destaque dos objetos no museu estava vinculado ao reconhecimento do seu poder de mediação, tanto na composição de uma escrita desejosa de cientificidade como no contexto de narrativas míticas e poéticas. Objetos exemplares seriam aqueles capazes de ancorar valores do ponto de vista estético ou ético. Por isso, o culto à nação, à tradição e ao passado articulava-se ao culto dos objetos possuidores de poder mediúnico e a personalidades heroicas que, à semelhança de alguns objetos, também podiam ser mediadores dos valores da tradição e da nação (CHAGAS, 2009, p. 98).

Entre as primeiras décadas da criação do MHN, procurou-se valorizar, através do museu, os elos entre o presente e o passado. A história contada pelo MHN desse período, é uma história dos heróis e bandidos, com um cunho nacionalista que exaltava fatos e buscava na

2 Ver o livro *Exposição*, de Marília Xavier Cury, onde autora na página 23, comenta sobre o uso recente do conceito de *musealização*.

cumplicidade e na paixão um sentimento patriótico. Sendo assim, a sua tarefa era “civilizadora”.

A nação, na perspectiva de Barroso, inicia-se, somente com a vinda da Corte portuguesa para o Brasil. Até então, o Brasil era uma simples colônia, na sua concepção. Por isso, sua atuação no MHN valorizava o estado Imperial, o qual unificou a nação brasileira. Percebe-se com isso,

a preocupação do autor em estabelecer por intermédio do Museu um marco nacionalista com base no culto às tradições. O modelo adotado é aquele centralizado e hierárquico implantado pelo estado Imperial Português no Brasil. Há valorização de uma etnia peculiar, autóctone, que deveria incorporar os negros, índios e mestiços. Apesar da valorização do folclore nacional, este não ocupava espaço privilegiado no MHN e deveria conquistar um representação em instituição própria (SANTOS, 2006, p.40).

Der acordo com Barroso, o estado Imperial foi o unificador do Brasil como nação. Por outro lado, a República em sua concepção correspondia a uma política de descentralização. O MHN por sua vez guardava os objetos símbolos de uma nação brasileira, que não estavam voltadas para o progresso que a República representava, mas ligados ao estado Imperial Brasileiro.

Segundo Santos (2006), Barroso foi o principal idealizador e responsável pelo primeiro perfil do MHN. Por muito tempo, a instituição chegou a ser identificada como, o “Museu Histórico de Gustavo Barroso”. Sua grande influência não decorria apenas de sua dedicação e capacidade de organização administrativa, mas, do próprio jogo de interesse travado na sociedade brasileira. Cabe destacar dentre suas características a excessiva centralização de poder, o prestígio pessoal e uma compenetração desmensurada.

Essas características também estavam presentes na prática museal barrosiana. Ele centralizava decisões administrativas, museológicas e museográficas; prestigiava a instituição com a sua presença e utilizava-se do prestígio que ela passou a lhe conferir; selecionava capacitava, treinava e mantinha um corpo de servidores disciplinados, dócil e obediente e ainda gostaria de disciplinar e controlar o visitante. (CHAGAS, 2009, p. 92).

Alguns relatos ajudam a demonstrar esse caráter centralizador de Barroso, como por exemplo, o da Revista do Serviço Público, onde os jornalistas que visitaram a instituição dão ênfase à importância de terem sido guiados pelo diretor Gustavo Barroso na visita ao MHN. Barroso ia esclarecendo sobre cada peça, abordando sobre seu processo de aquisição, sua história e seu papel junto dos demais objetos. Segundo Santos (2006), a história empreendida pelo MHN durante a época de Barroso, estava vinculada diretamente aos objetos selecionados pelo próprio diretor, o qual dava o exato sentido às peças do acervo, pois ele conhecia a história de cada peça, possuía a lógica do seu conjunto e fazia questão de arrumá-las e expô-las.

Entretanto, nem mesmo a grande influência de Gustavo Barroso, seu diretor, na política brasileira, evitou que o MHN passasse por uma crise logo após sua inauguração. De acordo com Dumans (1942), o Presidente Epitácio Pessoa havia deixado o governo em 15 de novembro de 1922, um mês após ser inaugurado o Museu Histórico Nacional, e não pôde, por essa razão, dar ao mesmo a assistência que certamente lhe daria.

Assim, o Museu passou a receber verbas escassas, passando por dificuldades nos governos de Arthur Bernardes e Washington Luís, sobrevivendo graças à contribuição de doadores e amigos, em sua maioria herdeiros da antiga “aristocracia”. Durante o período da direção de Gustavo Barroso sobre o MHN, os grandes doadores chegaram a receber salas especiais, “como Guilhermina Guinle (coleção de joias), Mendes Campos, Smith Vasconcelos (porcelanas e cristais) e Miguel Calmon. O lugar de destaque favorecia a valorização simbólica da coleção. Ao mesmo tempo, associava-se à nação e tornava-a pública” (ABREU, 1996, p. 35).

A antropóloga Regina Abreu, em seu livro *A Fabricação do Imortal*, onde analisou a doação da Coleção Miguel de Calmon, feita por sua mulher Alice da Porciúncula ao MHN. A autora, a partir de vários questionamentos enfatiza o ato da doação como uma estratégia da nobreza em decadência pelo advento da república, se consagrar na história do país através da representatividade de um Museu Histórico Nacional.

O caso da doação da coleção Miguel de Calmon para Abreu

Trata-se de um fenômeno de “troca de presentes”, em que Barroso ofereceu a primeira dádiva: associar a memória de Miguel de Calmon e seu clã a uma instituição de âmbito nacional,

legitimados pelos cânones modernos e civilizados. Em outras palavras, Barroso oferecia a dádiva de associar definitivamente, transcendendo a própria morte, a memória de Calmon e seu clã a uma construção histórica da nacionalidade. O Museu Histórico Nacional seria a instância capaz de realizar esse projeto, contando com tradição e solidez, transcorridos 12 anos de sua fundação (1996, p. 32).

O MHN volta a ter apoio da presidência somente em 1940, o presidente na época, Getúlio Vargas, havia instituído o estado novo (1937-1945) e apoiará consideravelmente as ações do MHN. Nesse ano, Vargas doara ao Museu uma grande e valiosíssima coleção de arte sacra, que fora constituída entre 1919 e 1930, por José Luiz de Souza Lima, o qual penhorara a coleção à Caixa Econômica, sem nunca ter resgatado-a. Segundo Dumans.

No governo do Dr. Getúlio Vargas a situação muda por completo. Sua EXa tornou-se o grande protetor do Museu Histórico prestigiando-o e dando-lhe meio para atingir o alto ponto de desenvolvimento em que se encontra. Além dessa contribuição como administrador, S. EXa contribui pessoalmente para o enriquecimento das coleções com seguidas e preciosas dádivas. Pode, sem favor, ser considerado um benemérito do Museu Histórico, que devo ao Sr. Epitácio Pessoa a sua fundação e ao Dr. Getúlio Vargas o seu grande enriquecimento (apud CHAGAS; GODOY, 1995, p. 41).

Mesmo o MHN contando com grande prestígio, no período de Barroso, ele nunca esteve preparado para receber um grande número de visitantes ou estudantes. Suas ações estavam voltadas para o estudo das coleções, ou seja, para o estudioso especialista ou para a formação profissional. O próprio público que o visitava era previsível e, de acordo com Santos (2006), o museu arrumava-se e trabalhava para uma clientela determinada. Pessoas idosas procuravam-no em busca de um passado, de uma memória que se perdia.

2.3 Curso de Museus

Segundo Sá (2013), o Brasil é um dos precursores do curso de formação em museologia. O projeto do curso técnico (1922) foi um dos mais antigos do mundo, o mesmo ocorrendo com o curso de museus (1932), uma das mais antigas experiências com continuidade e em atividade regular. O curso de 1922, antecede em cinco anos o curso de museografia da École du Louvre. No entanto, mesmo sendo mais antigo em escala internacional, é o curso do Louvre que exportará para o mundo uma matriz curricular de modelo para a formação em museologia, influenciando até mesmo, o próprio curso de museus do MHN, iniciando em 1932.

De acordo com Sá (2013), a formação em museologia foi um processo demorado, desenvolvido inicialmente da necessidade de estudar as coleções dos museus e não de estudar a instituição museu e suas funções. Os estudos se concentravam no acervo, pautando-se em identificar os objetos, decifrar textos, inscrições ou estabelecer datações, procedências e autorias. Como podemos observar, atividades que reconhecessem a “autenticidade” dos objetos.

No Decreto-Lei nº 15.596 que institui o Museu Histórico Nacional no dia 2 de agosto de 1922, já citado anteriormente, o item VI previa a criação de um Curso Técnico comum ao MHN à Biblioteca Nacional e ao Arquivo Nacional, com a finalidade de formar oficiais para o Museu e amanuenses para o Arquivo e a Biblioteca.

O curso pretendia dar uma formação básica e geral aos técnicos em arquivos, bibliotecas e museus. O curso teria a duração de dois anos, no primeiro ano seriam lecionadas as disciplinas de: história literária, paleografia e epigrafia, história política e administrativa do Brasil, Arqueologia e História da Arte. No segundo ano, as disciplinas seriam bibliografia, cronologia e diplomática, numismática e sigilografia, iconografia e cartografia.

As disciplinas seriam ministradas pelos próprios funcionários das três instituições envolvidas.

Art. 56. O ensino das matérias será dividido entre os estabelecimentos a que é comum o curso técnico, cabendo ao Museu Histórico Nacional o de arqueologia e historia da arte e de numismática e sigilografia, á Biblioteca Nacional o de história literária, de bibliografia, de paleografia e epigrafia e de iconografia, e cartografia e ao Archeiro Nacional o de história política e administrativa do

Brasil e de cronologia e diplomática³.

O projeto de criar um curso comum às três áreas do patrimônio mantém algumas matérias dos cursos de Biblioteconomia e Diplomática. Do curso de Biblioteconomia, ofertado na Biblioteca Nacional foram mantidas as disciplinas de: iconografia, paleografia, diplomática, bibliografia e numismática. Enquanto do curso de Diplomática do Arquivo Nacional, manteve-se: cronologia, paleografia e diplomática. Barroso acrescenta ao curso técnico, as disciplinas de; epigrafia, sigilografia, cartografia e arqueologia, está referente ao Brasil e não ao período medieval. As matérias incluídas faziam parte do currículo da École Nationale des Chartes, escola que foi base para todos os cursos de formação em patrimônio que trabalhavam com coleções nesse período, sua influência não se restringia somente aos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia, mas também aos cursos de Arqueologia, História da Arte e Museologia, inclusive os da École du Louvre. Barroso ainda inclui a matéria de história política e administrativa do Brasil.

No curso técnico do MHN, as lições de classificação e administração contariam com exercícios práticos, previstos nas disciplinas dedicadas ao estudo das coleções: paleografia e epigrafia, arqueologia e cartografia, com exceção das disciplinas não técnicas, como história política e administrativa do Brasil e história literária. As matérias técnicas ligadas à coleção teriam provas práticas, na qual os alunos teriam de descrever e classificar os objetos. Isto pode ser observado no artigo 62 e artigo 65 do decreto de criação do MHN.

Art. 62. Nas aulas que as comportarem, serão dadas lições de classificação e administração de bibliotecas, mapotecas, arquivos, museus históricos e gabinetes de estampas e de moedas e medalhas, compreendidos os exercícios práticos.

Art. 65. O exame de qualquer das matérias constará de uma prova escrita, para a qual se darão duas horas, e de uma prova oral, que não poderá passar de meia hora,

Paragrafo único. As provas escritas de paleografia e epigrafia, arqueologia e história da arte, bibliografia, cronologia e diplomática, numismática e sigilografia e iconografia e

3 Decreto n. 15.596, de 2 de agosto de 1922. Artigo 55. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-15596-2-agosto-1922-568204-publicacaooriginal-91597-pe.html> Acessado 15/08/2014

cartografia terão o caráter de provas praticas de descrição e classificação de objetos pertencentes ás coleções dos estabelecimentos em que tais matérias devem ser leccionadas⁴.

Para Sá (2013) é justamente os conteúdos de lição e classificação e administração de museus históricos, em conjunto com as provas práticas descrição e classificação de objetos, que conferem ao curso do MHN um caráter pioneiro na formação de profissionais para museus. Ainda afirma que,

o curso técnico idealizado por Barroso foi uma proposta bastante arrojada para o Brasil dos anos de 1920 e sem precedentes, inclusive na França, de onde vieram as matrizes de nossos cursos. E isto não somente por reunir três áreas que lidavam diretamente com a documentação das coleções e dos arquivos, bibliotecas e museus, mas por se antecipar, em cinco anos, ao próprio curso de museografia da École du Louvre. Nem mesmo a École des Chartes, que no seu pioneirismo vinculava as formações de arquivologia e biblioteconomia, previra a inserção de uma possível formação em classificação de coleção museológicas, e isto, num país como a França, com uma tradição de museus sem parâmetro de comparação com o extremamente limitado e incipiente cenário dos museus brasileiros dos anos de 20 (SÁ, 2013, p. 51).

Entretanto, o curso técnico do MHN não chegou a concretizar-se. Houve poucos alunos matriculados, até o presente, é, um assunto pouco estudado e necessitária de estudos mais aprofundados para termos uma noção do que foi está primeira e provavelmente única turma.

Sá (2013) elenca alguns dos possíveis motivos para a não concretização do curso técnico do MHN, entre eles estaria.

Divergências de natureza política entre o diretor da Biblioteca Nacional, Peregrino da Silva, e o diretor do Arquivo Nacional, Alcides Bezerra, em relação ao prestígio político adquirido, nesta época, por Gustavo Barroso, diretor do Museu Histórico Nacional e idealizador do curso neste

4 Idem.

formato de parceria com os técnicos-professores das três instituições. Tanto a Biblioteca Nacional quanto o Arquivo Nacional, instituições antigas, podem ter se ressentido de certa perda de espaço para o recém-criado MHN (SÁ, 2013, p. 49).

Outro fator é o desfalque das coleções do Arquivo Nacional e da Biblioteca Nacional, instituições consolidadas que tiveram que ceder parte de sua coleção para compor o acervo do MHN, mesmo que esses acervos fossem mais bem salvaguardados em uma instituição museológica. Como foi citado anteriormente, as disciplinas do curso técnico, seriam ministradas pelos próprios funcionários das três instituições. No entanto, estes não receberiam a mais pelo acréscimo de funções, a partir disso, alguns funcionários passaram a se colocar contra a criação do curso.

A não concretização do curso técnico transformou-se um problema institucional para o Arquivo e a Biblioteca Nacional, que ficaram sem um curso para a capacitação de seus funcionários. A não continuidade do curso constituía um entrave, pois segundo, o decreto de 1922 e 1923, o curso continuava tendo existência legal. Por uma década ficou paralisado as propostas de cursos, somente no início de 1930, que são retomadas na Biblioteca Nacional e no MHN, enquanto, o Arquivo Nacional foi mais demorado, voltando seu funcionamento permanente 30 anos depois.

A não concretização do curso técnico em 1922 gerou um problema de ordem institucional, no que tange à capacitação dos funcionários do Arquivo da Biblioteca e do MHN. Devido a sua não concretização, o MHN implanta o Curso de Museus, este aprovado no dia 7 de março de 1932 pelo decreto nº 21.129, do então Presidente Getúlio Vargas. A criação do curso de museus ocorre durante a gestão de Rodolfo Augusto de Amorim Garcia (1873-1949), advogado, escritor, linguista e historiador, defensor de um revisionismo historiográfico da História do Brasil. Onde fica no cargo de diretor do MHN de 1930 a 1932, após assumindo a Biblioteca Nacional, período em que Gustavo Barroso manteve-se afastado do Museu por motivos políticos, o qual será abordado mais adiante. Em novembro de 1932, Barroso reassume seu posto de diretor do MHN e passa a gerir o curso de museus, marcando sua presença na história da instituição, não apenas por sua atuação como professor, mas também por ser diretor do MHN, cargo que ocupou até seu falecimento em 1959.

O ingresso no curso de museus era bastante burocrático e

difícil, o aluno para realizar a matrícula necessitaria estar munido de uma série de documentos, Como podemos observar no Art 6º do decreto de criação do curso.

Art. 6º A matrícula no "Curso de Museus" será efetuada na primeira quinzena de março, mediante pagamento da taxa de matrícula e frequência, devendo os candidatos à inscrição no primeiro ano apresentar, em requerimento, dirigido ao diretor, os seguintes documentos.

- a) certificado de aprovação nos exames de 5ª série do curso secundário, prestados no Colégio Pedro II ou em estabelecimento sob o regime de inspeção oficial, ou certidões de aprovação nos exames de português, francês, inglês, latim, aritmética, geografia, história universal, corografia e história do Brasil, válidos para matrícula nos cursos superiores;
- b) atestado de identidade;
- c) atestado de sanidade;
- d) atestado de idoneidade moral⁵.

Enquanto, os funcionários de museus no Brasil interessados em aperfeiçoar-se, teriam certos privilégios, tais como, não necessitar passar pelos tramites descritos no Art 6º para fazer a matrícula. “Art. 9º Será facultada matrícula, relevadas as exigências do art. 6º, a funcionários dos museus localizados nos Estados da União, que desejarem fazer o curso a título de aperfeiçoamento”⁶.

O curso inicia suas aulas em maio desse mesmo ano e passa a funcionar ininterruptamente até o presente. Conforme Siqueira (2009), o Curso era frequentado por vinte e seis alunos, dentre estes, somente dez estavam regularmente matriculados e os outros dezesseis eram apenas ouvintes. Eram alunos regulares: Adolpho Dumans, Alfredo Solano de Barros, Guy José Paulo de Hollanda, Hamilton Scholl, Luiz Marques Poliano, Maria José Motta e Albuquerque, Maria Luiza Lage, Ovídio Clódio Teixeira Ruas, Paulo Olintho de Oliveira e Raphael Martins Ferreira. O objetivo do curso de museus segundo o art. 1º do seu decreto de fundação era “Criar no Museu Histórico Nacional um "Curso de Museus", destinado ao ensino das matérias que interessam a mesma

5 Decreto nº 21.129, de 7 de março de 1932. Artigo 6º. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21129-7-marco-1932-502948-publicacaooriginal-1-pe.html> Acessado 15/08/2014.

6Idem.

instituição”⁷.

De acordo com Sá (2013), o curso de museus de 1932 mantém as mesmas propostas do curso técnico, ou seja, formar técnicos para o MHN. O novo curso de museus manteve a estrutura do curso técnico, retirando de sua grade apenas as disciplinas específicas da biblioteconomia e arquivologia: bibliografia, história literária, iconografia e cartografia. A disciplina de paleografia e epigrafia foram sintetizadas em epigrafia. Isto também aconteceu com outras disciplinas. A disciplina de cronologia e diplomática foi concentrada em cronologia. No entanto, algumas matérias tiveram suas cargas horárias aumentadas, como é caso de história política e administrativa do Brasil, que passou a ser ofertada no primeiro ano e no segundo ano, o mesmo ocorre com a disciplina de numismática, ampliada para numismática (parte geral) e numismática (brasileira) e sigilografia. Segundo Sá,

A mais significativa alteração do curso de museus de 1932, em relação ao curso técnico de 1922, refere-se à inserção da disciplina técnica de museus, específica para o tratamento de coleções museológicas e que inaugurou, como disciplina regular e autônoma a formação em museologia no Brasil: “1º ano- história política e administrativa do Brasil (período colonial). Numismática (parte geral). História da arte (especialmente do Brasil). Arqueologia aplicada no Brasil. 2º ano – história política e administrativa do Brasil (até a atualidade). Numismática (brasileira) e sigilografia, Epigrafia, Cronologia. Técnica de Museus” (2013, p. 49).

A disciplina técnica de museus foi criada e ministrada por Gustavo Barroso. Estas aulas foram condensadas por ele, no livro *Introdução à Técnica de Museus*, publicado em dois volumes, no ano de 1946, que resume tanto o conteúdo da disciplina como o próprio conceito do curso. Este livro virou uma espécie de manual da museologia, sendo usado por um longo período, e será analisado mais detalhadamente no quarto capítulo. De acordo com Sá (2013) o decreto que criou o curso de museus não continha muitas informações sobre esta disciplina, apenas cita seu nome na relação das disciplinas pertencentes ao segundo ano. No decreto de 1934 ela é novamente citada como uma

7 Idem.

disciplina do segundo ano, porém é acrescentado epigrafia e cronologia. A referência mais antiga sobre o programa desta disciplina é de 1941, publicada nas instruções para matrícula elaborada por Barroso. Contrariando os decretos de 1932 e 1934, a disciplina técnica de museus era ofertada nos dois anos do curso. No primeiro ano: 1º parte – Organização, 2º parte – Arrumação, 3º parte – Catalogação, incluindo-se aí conteúdos de cronologia e epigrafia. No segundo ano: Classificação (heráldica, armas, navios, viaturas, arquitetura, indumentária, móveis, cerâmica e cristais, joias e prataria, pintura e gravura, instrumentos de suplício e mecanismos). Para Sá,

Estes itens previstos em técnica de museus do primeiro ano – organização, arrumação, catalogação, restauração e classificação – correspondem, basicamente, na atualidade, a vários conteúdos das disciplinas de museologia: plano museológico, comunicação-epigrafia, documentação-informação e preservação-conservação. Em conformidade com a preocupação classificatória, no segundo ano, técnica de museus concentrava-se especificamente na parte de identificação de objetos e coleções comuns a museus históricos e artísticos, enfatizando-se cronologias históricas, períodos artísticos, características estilísticas, autorias, datações, nomenclatura técnica, materiais e técnicas de fatura etc. Essa ênfase no estudo da cultura material, ou seja, do conhecimento e interpretação das informações que podem ser obtidas nos objetos e coleções vai persistir nas décadas de 1940, 1950 e 1960. Somente nos anos de 1970 as reformas curriculares vão se voltar para as novas questões da museologia e mudar o foco para as funções sociais dos museus e sua relação com a sociedade (SÁ, 2013, p. 55-56).

Os professores do Curso de Museus eram os próprios funcionários do Museu, os quais durante os anos de 1932 a 1944, não foram remunerados por sua função de docente, pois tanto o Decreto, nº 21.129, de 7 de Março de 1932, de criação do Curso, quanto o decreto, nº 24.735, de 14 de julho de 1934, que aprovava o novo regulamento do MHN, não previam aumento de despesas. Como pode ser observado no, “Art. 1º fica aprovado, sem aumento de despesa, o novo regulamento do “Museu Histórico Nacional”, que com este baixa, assinado pelo Ministro

de Estado da Educação e Saúde, Pública”⁸.

Sá (2007) ao analisar a grade de disciplinas do Curso de Museus de 1932, enfatiza o caráter inédito de duas disciplinas, História da Arte, especificamente a do Brasil e Arqueologia, pela forma como que essas disciplinas eram apresentadas. Pois, não havia até o momento nenhum registro de uma disciplina pautada em ensinar a História da Arte Brasileira. A disciplina História da Arte era ministrada pelo professor Joaquim Menezes de Oliva (1893-1978). Menezes de Oliva era advogado, ensaísta, poeta, memorialista e filatelista estudioso da cultura popular, e foi convidado por Barroso, para instituir a Seção de História do MHN, em 1922.

A disciplina de Arqueologia era ministrada por João Anyone Costa (1888-1954), arqueólogo e jornalista. Exerceu dupla função, entre 1935 e 1936, período no qual também foi secretário do curso. Precursor nos estudos sobre índios brasileiros escreveu o livro *Introdução à Arqueologia Brasileira* (1934) e *Arqueologia Geral* (1936), os quais fazia uma síntese de suas aulas no Curso de Museus.

O quadro de professores do Curso de Museus ainda contava com, Rodolfo Garcia, primeiro professor de História do Brasil, que brevemente foi modificado para História da civilização Brasileira. Garcia foi logo substituído, em 1933 por Pedro Calmon (1902- 1985), este também assumiu uma dupla função de professor e secretário do Curso de Museus. Calmon era advogado, político, escritor e historiador, publicou vários livros de História, Literatura Histórica, Biografia e Direito, destacando-se pelo seu livro História da civilização Brasileira. Que é uma sintetização das suas aulas do Curso de Museus. Esta obra foi relançada recentemente, onde na apresentação da nova edição, Arno Wehling, afirma que.

A história da Civilização Brasileira originou-se das aulas dadas, em 1932, na disciplina História do Brasil, do curso de Museologia, então vinculado ao Museu Histórico Nacional. Sofreu também influencia do programa do Colégio Pedro II, como declara na “Explicação” à primeira edição. A História foi publicada em 1933 no vol. 14 na então já prestigiosa Coleção Brasileira e, em março de 1937, o autor prefaciava a terceira

8 Decreto nº 24,735, de 14 de julho de 1934. Artigo 1º. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24735-14-julho-1934-498325-publicacaooriginal-1-pe.html> Acessado 15/08/2014

edição, o que, para as condições de época e lugar, era indicador de grande sucesso (WEHLING apud SÁ, 2007, p. 19).

Também foi Pedro Calmon quem intermediou a doação da coleção de seu falecido tio, Miguel Calmon ao MHN, a pedido de sua tia Alice da Porciúncula.

Passado o impacto e a dor pela perda do marido, Alice da Porciúncula procurou o sobrinho que trabalhava num museu. O historiador Pedro Calmon exercia a atividade de pesquisador num dos museus mais conceituados do país, o Museu Histórico Nacional. Pedro Calmon era afilhado do seu falecido marido e muito ligado ao casal Calmon. Frequentava sua casa com relativa assiduidade. Alice da Porciúncula depositava nele total confiança.

Confidenciou ao sobrinho a intenção de fazer uma doação ao museu dos bens que haviam pertencido ao marido. Pedro Calmon aprovou imediatamente a ideia. O Museu era dirigido por Gustavo Barroso (ABREU, 1996, p. 27).

A coleção Miguel Calmon é uma das maiores doações em suntuosidade e riqueza recebida pelo museu. Entre os itens selecionados por Porciúncula havia “cerca de 100 joias em ouro, prata, corallinas, pedras preciosas, móveis dos mais variados estilos, tapeçaria do século XVI, porcelanas raras, canetas de ouro, leques, bustos, esculturas, enfim, um conjunto de objetos que ainda hoje nos deixa extasiado” (ABREU, 1996, p. 27).

As disciplinas de Numismática e Sigilografia eram ministradas por Edgar de Araújo Romero (1884-1968), advogado, precursor do estudo da Numismática. Seus estudos foram sintetizados na apostila Numismática Geral, sendo publicado em dois volumes, no ano de 1957. Também escreveu vários artigos para os Anais do MHN. Os quais são: O meio circulante do Brasil holandês (1940), O Estado do Maranhão e seu meio circulante (1942), Numismática Brasileira – Reinado de D. José I (1943), Numismática Brasileira – Reinado de D. Maria I (1945), e Catálogo das moedas brasileiras do MHN- Moedas da República (1960).

Em dezembro de 1933, o Curso de Museus forma sua primeira turma. Em conjunto com as turmas subsequentes formam-se os principais funcionários que vão desenvolver um trabalho pioneiro nas

instituições recém-criadas.

Eis os primeiros “museólogos” do Brasil, então chamados de conservadores: Adolpho Dumans, funcionários do Museu histórico desde a sua criação e autor do primeiro texto sobre o Curso de Museus; Alfredo Solano de Barros, um dos implantadores da Seção de Numismática do Museu Histórico Nacional; Guy José Paulo de Hollanda, destacado educador, autor de um livro pioneiro Recursos Educativos dos Museus Brasileiros (1958); Luiz Marques Poliano, também funcionário do Museu Histórico e especialista em Heráldica; Maria José Motta e Albuquerque; Maria Luíza; Paulo Olinto de Oliveira; alguns dos primeiros conservadores do Museu Imperial; e Raphael Martins Ferreira (SÁ, 2007, p. 23).

O aspecto precursor do Curso de Museus e seu desenvolvimento ocorrem concomitantemente aos principais museus da época, isto influenciou enormemente o perfil e a atuação do profissional “conservador- museologista”. Estes primeiros museólogos se depararam com acervos inexplorados. Com isso, surge a necessidade de estudá-los, classificá-los e catalogá-los, o que demandou uma pesquisa com características peculiares, que procurava extrair o máximo de informação dos seus acervos, transformando em fontes primárias de investigação.

A primeira grande reforma do Curso de Museus ocorre em 1944, realizada e estruturada por Gustavo Barroso, que além de diretor do MHN, era professor do curso na época. Barroso ampliou a duração do curso de 2 anos para 3 anos, e, também ofereceu novas disciplinas. Essas mudanças vão ser preparatórias para a entrada do Curso de Museus na universidade. Embora o curso tenha sido criado inicialmente com a finalidade de ensinar matérias que interessavam ao MHN e formar profissionais que posteriormente pudessem vir a integrar o quadro de profissionais dessa instituição. Com a reforma de 1944, a finalidade do curso se expande, ampliando seu escopo, e passa a preparar profissionais para museus históricos e artísticos. Como podemos observar no Art 1º do Decreto nº 16.078, de 13 de Julho de 1944.

Art. 1.º O Curso de Museus a que se refere o art. 8.º do Decreto-lei n.º 6.689, de 13 de julho de

1944 tem por finalidade:

- a) preparar pessoal habilitado a exercer as funções de conservador de museus históricos e artísticos ou de instituições análogas;
- b) transmitir conhecimentos especializados sobre assuntos históricos e artísticos, ligados às atividades dos museus mantidos pelo Governo Federal;
- c) incentivar o interesse pelo estudo da História do Brasil e da arte nacional⁹.

Isto muda a própria estrutura curricular do Curso de Museus, que com as novas habilitações em Museu de História e Museus de Arte, passa a ser organizado da seguinte maneira: Parte Geral (2 anos) e numa Parte Especial (1 ano), segue abaixo a estrutura aprovada no Decreto nº 16.078, de 13 de Julho de 1944, pela qual manteve-se por mais vinte anos.

Art. 2º Para preencher as suas finalidades, o Curso de Museus será ministrado em três séries, correspondentes a três anos letivos e divididas em duas partes:

1. Parte Geral
2. Parte Especial.

Parágrafo único - A parte Geral compreende duas séries, comuns a todos alunos, e a Parte Especial uma série para cada uma das seguintes seções:

- a) Museus Históricos; e
- b) Museus de Belas Artes ou Artísticos.

Art. 3º As disciplinas do Curso de Museus serão assim distribuídas:

PARTE GERAL

1.ª Série

1. História do Brasil Colonial
2. História da Arte (Parte Geral)
3. Numismática (Parte Geral)
4. Etnografia
5. Técnica de Museus (Parte Geral)

2.ª Série

1. História do Brasil Independente

⁹ Decreto nº 16.078, de 13 de Julho de 1944. Artigo 1º. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-16078-13-julho-1944-461459-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado 21/08/2014.

2. História da Arte Brasileira
3. Numismática Brasileira
4. Artes Menores
5. Técnica de Museus (Parte Básica)

PARTE ESPECIAL

3.^a Série

1. História Militar e Naval do Brasil
2. Arqueologia Brasileira
3. Sigilografia e Filatelia
4. Técnica de Museus (Parte Aplicada)

SEÇÃO DE MUSEUS DE BELAS ARTES OU ARTÍSTICOS

1. Arquitetura
2. Pintura e Gravura
3. Escultura
4. Arqueologia Brasileira, Arte Indígena e Arte Popular.

5. Técnica de Museus (Parte Aplicada).

§ 1º A disciplina Técnica de Museus (Parte Geral) da 1.^a Série, terá como introdução o estudo das finalidades sociais e educativas dos museus e compreenderá os seguintes tópicos: - organização, arrumação, classificação, catalogação, adaptação de edifícios e noções de restauração.

§ 2º A disciplina Técnica de Museus (Parte Básica), da 2.^a Série, terá como introdução o estudo da cronologia e compreenderá as noções básicas de epigrafia, paleografia, diplomática, iconografia e bibliografia.

§ 3º A disciplina Técnica de Museus (Parte Aplicada), da 3.^a Série, será especializada e constará da aplicação dos estudos feitos nas demais disciplinas aos problemas inerentes, respectivamente, aos museus históricos e de belas artes¹⁰.

Com a criação de novas disciplinas advindas da reformulação do Curso, uma nova geração de docentes assumiu. Muitos deles substituíram seus antigos professores, o que Sá (2007) chama de a “primeira geração” de uma Museologia não mais autodidata. Segundo Siqueira,

Em 1945, assumiu a docência: José Franscisco

10 Idem.

Félix de Mariz (Pintura e Gravura); Anna Barrafatto (Escultura e História da Arte); Oswaldo Mello Braga de Oliveira (História da Arte Brasileira); Jenny Dreyfus (Sigilografia e Filatelia); Diógenes Vianna Guerra (Etnografia, Arqueologia, Arte Indígena e Arte Popular); e Mario Antonio Barata (Artes Menores). A partir de 1947, Nair Moraes de Carvalho, começa a ministrar a disciplina Escultura (2009, p. 31-32).

Entretanto, as principais disciplinas da estrutura do curso, as ligadas às áreas de Técnica de Museus e História, eram ministradas por Barroso, isso demonstra a sua grande influência no ensino e na formação dos alunos do Curso de Museus. Cabe ainda destacar entre as disciplinas que Barroso lecionava a matéria de História Militar do Brasil, a qual, ele já havia escrito um livro em 1935 sobre o mesmo nome. De acordo com Santos (2006), neste livro, Barroso exalta os “heróis nacionais” pelos seus feitos de bravura, não seguindo uma ordenação temporal ano a ano, mas elencando os principais momentos, assim como a história produzida por Varnhagem.

No livro de Barroso sobre história militar, observamos que as campanhas, os feitos e bravuras sobrepõem uma ordenação temporal prévia, que aparece apenas para sustentar o tema trabalhado. A história, para Barroso, assim como fora para Varnhagen, não descrevia passo a passo, século a século, ano a ano a história do Brasil, mas, sim, recuperava seus momentos mais significativos (SANTOS, 2006, p. 47).

Cabia também a Barroso à Coordenação do Curso de Museus, com isso ele ficava responsável pela nomeação dos professores, planos e conteúdos programáticos das demais disciplinas. Isto pode ser observado nos Artigos 13, 28 e 32, do Decreto nº 16.078, de 13 de Julho de 1944, já citado anteriormente.

Art. 13. O ensino das disciplinas obedecerá a programas elaborados pelos professores e submetidos à aprovação do Coordenador do Curso, que poderá revê-los, tendo em vista a finalidade do Curso e a conveniente correlação das disciplinas.

Art. 28 O Coordenador do Curso será designado

pelo Ministro da Educação e Saúde, mediante indicação do Diretor do Museu Histórico Nacional, ao qual ficará diretamente subordinado. Art. 32 O Curso será ministrado por professores, designados pelo Diretor do Museu Histórico Nacional mediante proposta do Coordenador do Curso, dentre especialistas em museologia, nacionais ou estrangeiros, servidores do Estado ou não¹¹.

Com a reformulação do Curso, pela primeira vez os professores passam a ser remunerados. Recebendo “os honorários de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros) por hora de aula dada ou de trabalho executado, até o limite máximo de seis horas por semana”¹².

Nesta época para ingressar no curso, o aluno precisava prestar uma espécie de exame vestibular, que contava com provas dissertativas sobre: História Geral, História do Brasil, Geografia do Brasil e tradução em duas línguas estrangeiras, podendo escolher entre francês, inglês, alemão e italiano. No entanto, quem já possuía diploma superior não necessitava fazer as provas.

Conforme Siqueira (2009), para fazer a matrícula era necessário uma série de documentos. Ela ainda enfatiza a necessidade do atestado de idoneidade moral, necessário até mesmo aos alunos avulsos, o que em sua interpretação era uma medida de proteção frente ao acervo valioso que a instituição guardava. Entre os documentos requisitados para matrícula no Curso, estavam “as Fichas 18 e 19 (Clássico ou Científico), Atestado de idoneidade moral com firma reconhecida, Carteira de identidade, Certificado de reservista, e quatro retratos (3x4cm)” (SIQUEIRA, 2009, p.30).

Outra estratégia implantada pela reforma de 1994 foi a criação de excursões para que os alunos visitassem museus, igrejas, monumentos, grupos folclóricos, sítios históricos, arqueológicos e naturais. A reforma também oficializou o ingresso de alunos bolsistas, selecionados a partir do quadro de funcionários. Posteriormente, o ingresso foi ampliado para bolsistas de outras localidades, depois de formados muitos destes retornavam as suas regiões difundindo o conhecimento apreendido no Curso.

Conforme Sá,

11 Idem.

12 Idem.

Em janeiro 1946, o MÊS fixou em 11 o número de bolsas: dez para o primeiro ano e uma para o segundo. Das bolsas do primeiro ano, caberiam duas a cada um dos estados de Pernambuco, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais e uma aos Estados do Ceará e da Bahia, reservando-se também para este último a bolsa de segundo ano. Uma vez formados, geralmente este bolsistas retornavam aos seus estados pondo em prática os ensinamentos técnicos que haviam adquirido no Curso (2007, p. 28).

O curso ainda passa por uma série de mudanças até se transformar em curso universitário. Uma das ações decisivas para que isso se concretizasse, foi através de um Mandato Universitário da Universidade do Brasil, conseguido por Barroso em 1951. Por meio deste convenio aprovado em 12 de julho de 1951, entre o MHN e Universidade do Brasil, posteriormente transformada em Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é conferido o mandato Universitário. Entretanto, Universidade do Brasil não se responsabilizava com as questões financeiras do Curso de Museus. Assim o curso alcança o nível de curso superior, mas dependentes dos poucos recursos destinados pelo Ministério da Educação e Saúde ao MHN.

Em 1951, Barroso deixa de ministrar a disciplina Técnica de Museus, em sua opinião era a disciplina basilar a um técnico em museologia. No entanto, ao afastar-se do ensino dessa disciplina, ele encaminha sua ex-aluna e funcionária do MHN, Octávia Correa dos Santos Oliveira, a qual, havia se formado na turma de 1938. Isto demonstra a sua intenção de manter o ensino barrosiano no Curso de Museus, conforme Siqueira (2009).

A ligação de Barroso com o MHN e o Curso de Museus é tão forte, que sua morte em 1959, não representou uma ruptura na trajetória desses dois. Como vimos anteriormente, no Curso, Barroso deixa Octávia Correa dos Santos, para lhe substituir e no MHN Josué Montello assume a diretoria, ficando de (1960 – 1967) atuando sem modificações substanciais.

2.4 Gustavo Barroso e o Integralismo

De acordo com Héglio Trindade (1979) a sociedade brasileira da década 1920 passava por uma mutação, sendo crucial a compreensão das transformações que antecedem a revolução de 1930, em cujo

contexto nascerá a Ação Integralista Brasileira (AIB). Segundo o autor, diversos são os fatores que fazem desse período uma fase de transição na história brasileira, como por exemplo, as transformações advindas do pós-guerra; onde se intensificam a industrialização da economia e novas camadas urbanas se incorporam à luta social e política, também nesse período são colocadas em questão à legitimidade do sistema político dominado até então, pelo grupo agrário exportador, junto a isso, as elites intelectuais fomentam uma mutação ideológica.

O ano chave do período é 1922. Nele eclodem quatro acontecimentos simbólicos que contem, em embrião, a mutação da sociedade brasileira entre as duas guerras mundiais. A Semana da Arte Moderna, em fevereiro, desencadeia a revolução estética; uma nova etapa da organização política da classe operária se delineia, em março, com a fundação do Partido Comunista Brasileiro; a criação do Centro D. Vital, ligado à revista *A Ordem*, de orientação católica, prenuncia a renovação espiritual; e, finalmente, a primeira etapa da revolução política tenentista irrompe em julho, com a rebelião na Fortaleza de Copacabana (TRINDADE, 1979, p.7).

Cabe ainda lembrar, que este é o ano do centenário da Independência do Brasil e da fundação do MHN, já citado anteriormente. Como podemos ver o ano de 1922, foi um ano de muitos acontecimentos marcantes na história brasileira.

Em meio a esses antecedentes, Plínio Salgado cria no dia 7 de outubro de 1932, na cidade de São Paulo, a Ação Integralista Brasileira (AIB), por meio de um manifesto lido em reunião solene no Teatro Municipal de São Paulo. Este manifesto ficou mais tarde conhecido em todo o país, sob o nome de *Manifesto de Outubro*.

Segundo Cavalari (1999), Plínio Salgado já vinha conclamando aos moços de todo o país ao seu movimento, um ano antes, através do jornal *A Razão*. Em março de 1932, Salgado funda a Sociedade de Estudo Políticos (S.E.P), da onde se originaria a AIB. Para Salgado a SEP seria a base do novo movimento, a Enciclopédia da Revolução.

A AIB é criada como uma seção da SEP. O chefe nacional do movimento integralista, Plínio Salgado, chega a comentar sobre este evento no livro *Enciclopédia do Integralismo*, volume I de 1958.

Em 6 de outubro de 1932, propus que se criasse uma seção subordinada e paralela à Sociedade de

Estudos Políticos, a qual teria por tarefa uma obra educativa de mais larga amplitude, destinada a formar a consciência popular no trato dos problemas brasileiros e sob a inspiração dos princípios filosóficos e programa político da nossa agremiação. Esta seção foi criada pelos votos da assembleia, com o nome de Ação Integralista Brasileira (SALGADO apud CAVALARI, 1999, p. 14).

O integralismo se definia como uma doutrina nacionalista, cujo seu conteúdo era mais cultural do que econômico. Sua ação se voltava em combater o capitalismo financeiro e pretendia estabelecer o controle do estado sobre a economia. “Mas sua ênfase maior se encontrava na tomada de consciência do valor espiritual da nação, assentado em princípios unificadores: “Deus, Pátria e Família” era o lema do movimento” (FAUSTO, 2009, p. 353).

O integralismo é conhecido por suas características fascistas, esta influência é marcada pela viagem de Salgado a Europa, no ano de 1930, que ocorre devido sua desilusão política no Partido Republicano Paulista. Com isso, ele vai a Europa em busca de influências para fazer a revolução no Brasil. Nesta viagem, Salgado consegue entrar em contato com o líder fascista Benito Mussolini. Em uma das cartas¹³, Salgado relata sua entrevista com o Duce.

Contando eu a Mussolini o que tenho feito, ele achou admirável o meu processo, dada a situação diferente em nossos países. Também como eu, ele pensa que, antes da organização de um partido, é necessário um movimento de ideias. (...) Refleti sobre a necessidade que temos de dar ao povo brasileiro um ideal que conduza a uma finalidade histórica. Essa finalidade, capaz de levantar o povo, é o Nacionalismo impondo ordem e disciplina no interior, impondo a nossa hegemonia na América do Sul (SALGADO apud TRINDADE, 1979, p. 75).

O fascismo foi um fenômeno histórico específico ocorrido no mundo europeu no período entre guerras, que vai de 1922 a 1945,

13 SALGADO, Plínio. Obra coletiva, São Paulo, Edição Revista Panorama, 1936, p 21. In: TRINDADE, Héglio. **Integralismo**: o fascismo na década de 30. São Paulo: Difel, 1979, p.75.

caracterizado pela ascensão de regimes políticos totalitários que eram contra o liberalismo e o comunismo. Tal movimento atingiu numerosas nações que adotaram regimes semelhantes. Segundo Silva e Silva (2008), há certo consenso entre os pesquisadores de que este fenômeno tem muito haver com a chamada sociedade de massa e de que deve ser situado espacialmente na Alemanha e na Itália. Essa definição evita que regimes autoritários e ditatoriais situados em outras Nações sejam denominados de fascistas erroneamente. Como por exemplo, os regimes autoritários da América Latina, Ásia e África. Tais regimes não são fascistas porque apresentam características específicas ligada ao contexto histórico que emergiram

Para Eric Hobsbawn (1995) as características essenciais do fascismo seriam a mobilização das massas de baixo para cima, e sua utilização como rastro de poder, seu papel era contra revolucionário, dando ênfase a valores tradicionais em contraposição a modernidade, por isso, buscavam recriar o passado a partir da invenção de tradições. Sendo assim, uma das principais características do Estado Fascista, seria sua associação com a sociedade de massas. Uma sociedade desencantada com o estado e as instituições democráticas, que passavam por o entre guerras uma séria depressão econômica, humilhada após a Primeira Guerra Mundial e carente de lideranças fortes, este era o ambiente propício para a ascensão de regimes salvacionistas que canalizavam as frustrações pessoais e coletivas por meio de uma propaganda bem elaborada.

Gustavo Barroso ingressa no integralismo em 1933, mesmo não participando da fundação da AIB, logo tornou-se um dos principais ideólogos e doutrinadores deste movimento. De acordo com Caldeira Neto (2013), o comprometimento de Barroso era tão grande e manifesto pelo AIB, que ele ia vestido com o uniforme típico integralista (camisa verde, calças brancas ou pretas e gravata preta) as reuniões da Academia Brasileira de Letras.

Durante o I Congresso Nacional Integralista, ocorrido em Vitória/ES, no ano de 1934, Barroso foi empossado ao cargo de comandante-geral das milícias integralistas. Este cargo era o segundo na hierarquia do movimento, em conjunto com a chefia da doutrina de Miguel Reale e abaixo somente da chefia nacional, ocupada por Plínio Salgado. Os três maiores líderes integralistas, eram também os principais doutrinadores e ideólogos do movimento.

No ano de 1937, a AIB obteve o registro como partido político junto ao superior Tribunal de Justiça eleitoral. Através de um plebiscito

interno, foi escolhido Plínio Salgado como candidato do Partido à presidência da República. Segundo Cavalari, “o integralismo tornou-se, em curto período de tempo, o primeiro partido de massas do país. Possuía Núcleos organizados em todo o território nacional, contando, em 1937, com mais de um milhão de adeptos”. (CAVALARI, 1999, p. 34).

Salgado diferenciava seu partido dos outros, alegando que os outros partidos tinham como única preocupação a conquista do poder. Enquanto, o integralismo não era apenas um partido político, mas um anunciador de uma nova era, e por isso não estava interessado na conquista imediata, efêmera do poder; pelo contrário, acreditava ser sua ação muito mais duradoura. No livro *Palavra nova dos tempos novos*, de 1936, Salgado afirma, “Não estamos fazendo uma campanha partidária, uma campanha com um raio de ação para cinco, dez ou vinte anos. Estamos sacudindo uma nacionalidade, acordando um continente, anunciando uma nova era” (SALGADO apud CAVALARI, 1999, p. 41).

Os integralistas viam-se como o “eleito”, com o “predestinado”, assim, veiculavam repetidamente em diferentes livros está sua visão, passando ao militante uma representação do integralista que funcionava de estratégia de constituição de identidade e de unificação do Movimento integralista. O integralismo seria a salvação de uma nação em caos, a única força a fazer frente ao Materialismo dissolvente representado pelo comunismo, ou a fraqueza representada pelo estado liberal.

Através de sua pesquisa Cavalari (1999), interpreta que o integralismo provavelmente teria uma visão de cultura pautado na posse de determinados conhecimentos, tais como os ligados à arte, à literatura, à filosofia e à ciência. Sendo assim, a cultura poderia ser transmitida por aqueles que possuíam. Dessa forma, a massa popular para o Integralismo seria o ingênuo, imaturo, mal educado, o qual deveria ser elevado sua cultura para chegar a um estado Integral.

Salgado considerava o seu movimento tão grande quanto o nazismo, o comunismo e o fascismo.

Ao anunciar o advento de uma Nova Humanidade e a necessidade da grande síntese, Plínio Salgado atribuía ao integralismo no Brasil o mesmo papel que, segundo ele, desempenhavam os grandes movimentos europeus, o comunismo, o “hitlerismo” e o fascismo. (a respeito deste último afirmava temos muito que observar e aproveitar) embora proclamasse a superioridade do

Movimento que liderava (CAVALARI, 1999, p 145).

Conforme Trindade (1974) o antissemitismo não é um tema ideológico que estabelece consenso entre os ideólogos integralistas. Para ele, Gustavo Barroso é único teórico de corrente antissemita radial, ao passo que os outros doutrinadores, sem contestar aspectos nocivos da ação judaica, especialmente ao nível das finanças internacionais, parecem reticentes em aceitar a tese de que se pode reduzir o conjunto dos adversários do Movimento Integralista ao judaísmo.

Para Caldeira Neto (2013).

O conjunto das obras doutrinárias do integralismo escritas por Barroso, são marcadas profundamente pelo antissemitismo, embora as primeiras destas – “O integralismo em marcha” (1933) e “O integralismo e o mundo” (1933)- não apresentassem o teor (ou a intensidade) que seriam traço marcante nas obras que viriam a seguir (CALDEIRA NETO, 2013, p. 46).

No ano de 1934, Barroso publica o livro *Brasil: Colônia de banqueiros*. Onde o autor integralista aborda sobre a formação histórica e econômica do Brasil, a partir da análise dos empréstimos contraídos entre os anos de 1824 e 1934. Para Barroso, os empréstimos que endividaram o Brasil faziam parte de uma estratégia usada pelos os judeus para a escravização do povo brasileiro, além de servir como plataforma para a inserção dos conspiradores na vida política e econômica do Brasil. Na sequência aponto algumas passagens deste livro, que explicitam o pensamento antissemita de Barroso.

Livres de Portugal em 1822, não nos libertamos da metrópole comercial inglesa senão lá para 1834, pois até essa data duraram os efeitos do tratado preferencial. E passamos a um jogo pior: fomos transformados em colônia da casa bancária judaica Rotschild, em colônia do supercapitalismo internacional, que não tem pátria e como que obedecem as leis secretas de aniquilamento de todos os povos (BARROSO, 1936, p. 7).

Além do aspecto econômico, Barroso também utiliza questões religiosas para fundamentar seu antissemitismo.

Para escravizar o trabalho cristão; os judeus

acharam sempre com auxílio da política, cúmplices no alto da escala social. Os imperadores e reis que, outrora, empenhavam as joias da coroa com os Salomões e Abrããos, passaram pela escola dos judeus e se tornaram os excelentes devedores, os ingênuos descontadores de letras dos tempos modernos. Inaugurando a era dos empréstimos, os judeus tomaram as hipotecas de todos os futuros hipotecáveis: rendas dos Estados, caminhos de ferro, canais, fábricas, etc. Existe ainda algum futuro não hipotecado? Se existe, já está visado e notado por eles (BARROSO, 1936, p. 31-32).

Neste mesmo livro Barroso exalta o crescimento do Movimento Integralista, como sendo a única salvação do país, se colocando contra o comunismo e o liberalismo, que em sua opinião estavam ameaçando a “moral e os bons costumes” (Deus, Pátria, Família) do povo brasileiro.

Só a mocidade poderá fazer a Revolução com R maiúsculo, a Revolução – mudança de pensamento, mudança de instituições, mudanças de rumos. Felizmente, a opinião dos moços começa a sentir a sua necessidade. Ela repele o liberalismo que deu a argentários e governantes os meios de realizar as tramas sinistras de que resultaram a nossa escravização e a nossa corrupção. Ela deve também repelir o comunismo, que é a doutrina traiçoeira assoprada ao desespero das massas exploradas por esses mesmos judeus capitalistas e esses mesmos burgueses corruptos, afim de tirar ao proletariado todos os seus esteios morais: disciplina, hierarquia, família, pátria e Deus, para escravizá-lo de vez ao mais grosseiro materialismo. E ela, a mocidade, começa a formar legiões de camisas-verdes, legiões integralistas conscientes convictos, que lutarão até a morte pela salvação espiritual e material, da Grande Pátria Brasileira! (BARROSO, 1936, p. 139-140).

O antissemitismo de Barroso significou a formação de uma tendência mais próxima ao nazismo dentro da AIB, o que não era apreciado pelo líder integralista Plínio Salgado, não somente por sua aproximação com nacional-socialismo, mas principalmente pela disputa de poder dentro do Movimento Integralista.

O radicalismo antissemita de Gustavo Barroso foi combatido publicamente por Salgado, através de uma carta-aberta, datada de 24 de abril de 1934, publicada na Revista *Panorama*, em que Salgado afirmava.

(...) em relação ao judeu, não nutrimos contra essa raça nenhuma prevenção. Tanto que desejamos vê-la em pé de igualdade com as demais raças, isto é, misturando-se, pelo casamento, com os cristãos (...). Quanto ao capitalismo judeu, na realidade ele não existe como tal. O que se dá é apenas uma coincidência; mais de 60% do agiotismo internacional está nas mãos israelitas. Isso não quer dizer que sejam eles os responsáveis exclusivos pelas desgraças atuais do mundo (...). A animosidade contra os judeus é, além do mais, anticristã e, com tal, até condenada pelo catolicismo. A guerra que se fez a essa raça na Alemanha foi, nos seus exageros, inspirada pelo paganismo e pelo preconceito de raça. O problema do mundo é ético e não étnico (TRINDADE, 1979, p. 242).

No entanto as divergências de Salgado e Barroso em relação à questão judaica parece não ter sido resolvida aí. O jornal *A Razão*, de Garanhuns- PE, número 24 de 20 de junho de 1936, publicou um artigo de primeira página, não assinado, rechaçando as supostas e presumíveis cisões no seio do integralismo noticiado pelos jornais do Rio.

Não podemos ocultar o avanço sempre crescente do Integralismo, andam agora estabelecendo confusões perversas tendentes a comprovar uma suposta cisão nas hostes dos Camisas-Verdes (...). Conhecida a destacada posição que o escritor Gustavo Barroso exerce nos quadros da A.I.B., estão procurando eles fazer supor a existência de uma luta entre o Secretário Nacional de Educação e o Chefe Nacional Plínio Salgado. Logo que surgiu essa patranha, foi a mesma completamente esmagada pelo comunicado do Secretário Nacional assinado por todos os seus componentes, inclusive Gustavo Barroso, em que essas altas autoridades repeliam a injúria de uma deslealdade de qualquer uma delas para com a autoridade suprema do Sigma e reafirmavam absoluta

solidariedade à doutrina e ao Chefe Nacional, único intérprete da mesma, inclusive sobre o problema judaico (CAVALARI, 1999, p. 117).

Apesar de o antissemitismo ter sido explicitado apenas na produção intelectual de Barroso, este seu discurso foi abandonado após a dissolução do integralismo pelo Estado Novo, após o fim da AIB, Barroso ainda participou da tentativa do frustrado *putsch* Integralista ao Palácio da Guanabara em 1938. Segundo Cavalari (1999),

O atentado a Vargas no Palácio Guanabara, realizado por um pequeno grupo de integralistas em maio de 1938, parece ter sido resultado dessa nova tática. A *Intentona Integralista*, como ficou conhecida, foi totalmente dominada por Vargas que, em seguida, desencadeou intensa campanha contra o Integralismo, com prisão e exílio de seus líderes. Plínio Salgado foi preso e, no ano seguinte, exilado para Portugal, regressando ao país em 1945, com o fim do Estado Novo (CAVALARI, 1999, p.20).

O fracasso na tentativa do golpe resultou em uma perseguição aos integralistas imposta pelo Estado Novo. Isso fez com que, Barroso procurasse viabilizar um afrouxamento desta perseguição, por certo tempo. Inclusive serviu a Plínio Salgado, buscando reunir e organizar os integralistas dispersos, como também, tentando reaproximar-se de Getúlio Vargas, sobretudo no período de exílio de Plínio Salgado em Portugal.

Próximo ao fim da AIB, o próprio Gustavo Barroso já abordava o tema do antissemitismo, se não com ressalvas, ao menos em um tom explicativo. De acordo com Caldeira Neto (2013).

No livro “Reflexão de um Bode” (1937), Barroso afirma que não havia escrito uma linha sequer contra os judeus até ingressar no integralismo, ainda que detivesse certo conhecimento sobre o tema, embora não o bastante para neste “imprimir uma atitude espiritual”. O contato de Barroso com as teorias discriminatórias antissemitas, teria se dado, inicialmente, segundo o autor, via dois integralistas: Madeira de Freitas, que havia lhe emprestado uma edição na língua francesa de “Os Protocolos”, e o próprio *chefe nacional* Plínio Salgado, que, após uma longa conversa sobre a

temática em questão, teria despertado em Barroso a necessidade em aprofundara análise acerca da ação dos judeus na sociedade ocidental, sobretudo no Brasil (CALDEIRA NETO, 2013, p. 49).

Quando Salgado voltou ao Brasil e iniciou a rearticulação do integralismo no contexto do pós Estado novo, Barroso já tinha rompido com o Integralismo. Assim passou a se dedicar com mais afinco a literatura como membro da ABL, e a museologia como diretor do MHN e coordenador do Curso de Museus.

Em 1958 próximo ao seu falecimento, Gustavo Barroso recebeu uma série de homenagens nas dependências do Museu Histórico Nacional, evento que se dava em comemoração aos seus setenta anos de vida. Onde em comemoração foi inaugurado um busto seu nas dependências do Museu, juntamente a diversas outras homenagens, como discurso de companheiros profissionais, havendo até mesmo a proposta em mudar o nome do Curso de Museus para Curso Gustavo Barroso.

3. TÉCNICA E CIÊNCIA COMO IDEOLOGIA

3.1 A Ciência chega ao Brasil e com ela as Teorias Raciais

Segundo Silva e Silva (2008) com o Iluminismo no século XVIII, o pensamento racional ascendeu dando a ciência uma legitimação semelhante ao que era atribuída a mitologia. A partir da consolidação do racionalismo no século XIX, a ciência começou a formular novas crenças, como por exemplo, a teoria da evolução, que passou a ocupar o lugar das antigas crenças religiosas no pensamento de grande parte da população ocidental. Dessa forma, a ciência apesar de ter surgido para combater os mitos, a magia e o sobrenatural, acaba também se tornando um mito, pois, nos tornou dependente dela.

Mészáros (2010) faz uma interessante observação sobre o momento em que o iluminismo ascendeu na Europa, e o impacto que esse advento teve na modernidade. De acordo com autor,

A interferência obscurantista anterior ao triunfo do Iluminismo não era apenas imaginação de algumas pessoas, mas um freio muito real aos desenvolvimentos produtivos, e “deixar que a razão seguisse seu próprio curso” era algo demonstravelmente capaz de provocar importantes progressos nesse aspecto. Ao mesmo tempo, os problemas e contradições da ordem social estabelecida, com suas evidentes desigualdades, podiam ser apresentados pela primeira vez na história como fenômenos estritamente *transitórios*, que o avanço do conhecimento científico e sua aplicação sistemática à produção acabariam superando, tão certo quanto dia segue a noite (MÉSZÁROS, 2010, p. 246).

O iluminismo acreditava que a ciência através do racionalismo poderia resolver os problemas do homem. No entanto, mais de um século depois da revolução científica da Idade Moderna, os filósofos verificaram que isso não aconteceu. Muito pelo contrário, no século XX, os estudiosos passaram a atentar para a estreita relação entre ciência e poder.

O cientificismo foi a ideologia da ciência como forma de saber superior, criada pelo positivismo no século XIX. Em linhas gerais, ele pensava a

ciência como a busca da verdade a partir da rigorosa observação empírica, sem o uso da imaginação ou de emoções. Hoje, essa ideologia do progresso ainda existe, mas cada vez mais os pensadores começam a perceber que a racionalização e o cientificismo não libertaram o homem. Ao contrário, as forças produtivas do capitalismo, justificadas e estimuladas pelo saber científico-tecnológico, só fizeram aumentar a dominação predatória do homem sobre a natureza e do homem sobre o homem. Sabemos hoje que a técnica e a ciência não são neutras, e servem àqueles que a possuem e manipulam (SILVA e SILVA, 2008, p. 58).

O pensamento positivista passa a dominar o pensamento do século XIX. Segundo Ribeiro Junior (1982) como método e como doutrina; como método, embasado na certeza rigorosa dos fatos de experiência como fundamento da construção teórica; já como doutrina, apresentasse como expressão da própria ciência, isto significa, não apenas regra por meio da qual a ciência chega a descobrir e prever, mas como caráter universal da realidade, como significado geral da mecânica e da dinâmica do universo.

O filósofo francês do século XIX, Augusto Comte, principal expoente do positivismo passa a utilizar novos métodos no exame científico dos problemas sociais, assim, substitui as interpretações metafísicas e estabelece a autoridade e a ordem pública contra os abusos do individualismo da Escola liberal. Com isso, Comte nega que as explicações dos fenômenos naturais ou sociais, provenham apenas de um princípio. Deste modo, a visão positivista abandona as considerações das causas dos fenômenos fossem explicadas por Deus e a natureza, e passa a pesquisar suas leis, vistas como relações abstratas e constantes entre fenômenos observais.

Ribeiro Junior (1982) denomina o método de Comte, como histórico genético indutivo, pois, baseia-se na observação dos fatos, adivinhando-lhes por indução as leis da coexistência e da sucessão, e deduzindo dessas leis, consequências e correlações, ou seja, fatos novos que não foram observados diretamente, mas que são verificados pela experiência.

O positivismo é, portanto, uma filosofia determinista que professa, de um lado, o experimentalismo sistemático e, de outro,

considera anticientífica todo estudo das causas finais. Assim, admite que o espírito humano é capaz de atingir verdades positivas ou da ordem experimental, mas não resolve as questões metafísicas, não verificadas pela observação pela observação e pela experiência (JUNIOR RIBEIRO, 1982, p. 16).

De acordo com Schwarcz (1993), a montagem de uma rede de instituições de saber estável no Brasil é bastante recente. Inicialmente o ensino na colônia portuguesa era controlado pelos jesuítas, limitando-se a escolas elementares, e não havendo centros de pesquisa ou de formação superior.

No início do século XIX, este cenário se modifica com a vinda da família real ao Brasil, d. João VI transferia não apenas a maior parte de sua corte, mas também, o domínio metropolitano. Em 1808, fugindo das tropas francesas comandadas por Junot, o monarca português desembarcava na colônia, sob a intenção de estabelecer no país instituições centralizadoras que reproduzisse de forma perfeita o antigo domínio colonial.

A iniciativa de prover instituições de ensino à colônia, não representava apenas um esforço de centralizar o poder. Cabe ainda lembrar, a situação de emergência vivida pela corte portuguesa, que se viu diante dos impasses gerados pela decisão apressada e repentina de ter de se transferir para sua colônia. Nesse período foram instalados os primeiros estabelecimentos de caráter cultural, como a Imprensa Régia, a Biblioteca, o Real Horto e o Museu Real.

Segundo Schwarcz (1993) o processo iniciado por d. João VI, é interrompido com sua volta inesperada a Portugal. Entretanto, teve continuidade com seu filho d. Pedro.

Guardadas as especificidades do momento, o certo é que, logo após a declaração de independência, o imperador apoiava a fundação de novas instituições de saber. Esse é o caso das escolas de direito que, criadas cinco anos após o rompimento com Portugal, tinham como meta a elaboração de um código único e desvinculado da tutela colonial, bem como a formação de uma elite intelectual nacional mais autônoma (SCHWARCZ, 1993, p. 32).

Em meio a esse contexto as teorias raciais chegam ao Brasil, de

maneira tardia se comparado com a Europa, ou seja, no momento em que as teorias raciológicas entram em declínio na Europa, elas se apresentam como hegemônicas no Brasil. No entanto, são recebidas com muito entusiasmo pelos diversos estabelecimentos científicos de ensino e pesquisa, o qual na época era constituído por uma pequena “elite pensante”.

De um lado, esses modelos pareciam justificar cientificamente organizações e hierarquias tradicionais que pela primeira vez- com o final da escravidão- começavam a ser publicamente colocadas em questão. De outro lado, porém, devido à sua interpretação pessimista de mestiçagem, tais teorias acabavam por inviabilizar um projeto nacional que mal começara a se montar. (SCHWARCZ, 1993, p. 24).

A partir dos anos 1870 o discurso evolucionista e determinista racial e geográfico começa a penetrar no Brasil, como uma forma de explicar as diferenças internas. O que já era bastante utilizado pela política imperialista europeia. Assim, a ciência surgia para reconhecer as diferenças e determinar inferioridades.

Entretanto, a ciência que chega ao Brasil no final do século XIX, não é uma ciência experimental, ou de caráter sociológica, proposta por Durkheim ou Weber. O que chega aqui são modelos evolucionistas e social-darwinistas originalmente utilizados como justificativa a práticas imperialistas de dominação (SCHWARCZ, 1993).

A partir da decadência do romantismo no país, surgem três teorias, cujo foram de grande importância e delinearão a produção teórica da época: o positivismo de Comte, o darwinismo social e o evolucionismo de Spencer. Essas teorias são distintas, cada qual com suas características, mas podem ser consideradas sobre o mesmo aspecto: demonstrar a evolução histórica dos povos (ORTIZ, 2012).

Segundo Ribeiro Junior (1982) se compararmos o positivismo e o evolucionismo, encontraremos vários pontos de contato entre ambos, principalmente no que se refere à aspiração à síntese em uma lei universal. Entretanto, o autor também a ponta as diferenças, ao dizer que,

Enquanto na sociedade de Augusto Comte o governo é necessário e essencial, porquanto dele dependem o funcionamento e a divisão das funções, cristalizando-se numa ditadura, em seus esforços a uma adequada organização social, que

será completado por uma nova religião, na de Herbert Spencer o governo é um mal necessário, mas provisório, cujo papel fica reduzido ao mínimo, aumentando a liberdade e o individualismo; pois o governo não é nada por si mesmo e só representa algo enquanto compreende os indivíduos que integram (RIBEIRO JUNIOR, 1982, p. 53-54).

No Brasil, o liberalismo, como doutrina do individualismo político e econômico, com sua ênfase no racionalismo, na lei natural, na igualdade, na liberdade e na democracia, passava por uma reformulação em seus fundamentos. Por um lado, surgiam os liberais românticos da escola de direito natural. Por outro lado, havia os cientistas, inspirados nas conquistas das ciências positivas.

Após a saída da infame Guerra do Paraguai, e se aproximando do fim do Império, o país passava por uma estabilidade econômica motivada pela produção cafeeira. A monarquia brasileira buscava se diferenciar das repúblicas latino-americanas, aproximando-se dos modelos europeus de conhecimento e civilidade, através dos jornais, institutos e romances o Brasil tentava passar uma imagem de uma sociedade científica e moderna.

Exemplos dessa postura podem ser identificados na própria figura de d. Pedro II, que na época era conhecido como o “mecenas da ciência”. Além de sua influência política e do seu papel centralizador, o imperador também frequentava exposições, realizava expedições e reuniões de cunho científico, internacionais e nacionais, sua presunção era tamanha que chega a intitular-se, a “ciência sou eu”, numa afirmação de claro impacto, já que constituía uma referência a celebre expressão do rei da França Luís XIV, “o estado eu sou”.

De acordo com Schwarcz, a ciência chega ao Brasil como uma moda, pois,

O que se valorizava nesse momento, [...] não era tanto o avanço científico entendido enquanto incentivo a pesquisas originais, e sim uma certa ética científica, uma “cientificidade difusa” e indiscriminada. Tanto que se consumiram mais manuais e livros de divulgação científica do que obras ou relatórios originais. A ciência penetra primeiro como “moda” e só muito tempo depois como prática e produção (SCHWARCZ, 1993, p.41).

Na Europa do século XVIII, os povos selvagens começam a ser entendidos e caracterizados como primitivos. O termo primitivo estaria ligado a uma noção de os primeiros, ou seja, no começo do gênero humano. Dessa forma, os homens americanos transformaram-se em objetos de estudos de uma percepção que reduzia a humanidade a uma espécie, sob uma única linha evolutiva.

Laplantine (1988) em seu livro *Aprender Antropologia* cita algumas reflexões do filósofo e geógrafo holandês do século XVIII, Cornelius Franciscus De Pauw, na qual ele comenta sobre os índios da América do Norte. De Pauw afirma que,

Deve existir, na organização dos americanos, uma causa qualquer que embrutece sua sensibilidade e seu espírito. A qualidade do clima, a grosseria de seus humores, o vício radical do sangue, a constituição de seu temperamento excessivamente fleumático podem ter diminuído o tom e o saracoteio dos nervos desses homens embrutecidos (DE PAUW apud LAPLANTINE, 1988, p. 43).

Jean-Jacques Rousseau, filósofo iluminista do século XVIII precursor do romantismo, longe da concepção usada pelos evolucionistas do século XIX defendia a teoria do *bom selvagem*, a qual pressupunha que o homem seria bom por natureza, pois havia nascido livre. Entretanto, a sociedade com sua presunçosa organização, lhe teria imposto a servidão, a escravidão, a tirania e inúmeras outras leis, as quais privilegiam as elites dominantes em detrimento dos subalternos. Este seu pensamento fica explícito no livro *Discurso sobre a origem e os fundamentos das desigualdades entre os homens*, principalmente quando Rousseau se contrapõe a Tomas Hobbes, filósofo inglês do século XVII.

Não vamos, sobretudo, concluir com Hobbes que, por não ter a menor ideia da bondade, o homem seja naturalmente mau; que seja vicioso por não conhecer a virtude; que sempre recuse aos seus semelhantes favores que não crê dever-lhes; nem que, em virtude do direito, que se atribui com razão, às coisas de que necessita, imagine loucamente ser o único proprietário de todo o universo. Hobbes viu muito bem o defeito de todas as definições modernas do direito natural,

mas as consequências que tira da sua mostram que a toma num sentido que não é menos falso. Raciocinando sobre os princípios que estabeleceu, esse autor deveria dizer que, sendo o estado de natureza aquele em que o cuidado com a nossa conservação é menos prejudicial à conservação alheias, esse estado era, consequentemente, o mais apropriado para a paz e o mais conveniente ao gênero humano. Ele diz justamente ao contrário, por ter introduzido impropriamente no cuidado com a conservação do homem selvagem a necessidade de satisfazer uma imensa quantidade de paixões que são obra da sociedade e tornaram necessárias as leis (ROUSSEAU, 1999, p. 188).

Em oposição a esse pensamento aparece Buffon (1707-88), um naturalista francês, que em sua teoria faz uma ruptura com o paraíso rousseauiano, passando a caracterizar o continente americano sob o signo da carência. A partir disso, se constituem os primórdios de uma “ciência geral do homem”, marcado entre uma imagem negativa da natureza e do homem americano, e a representação positiva do estado natural proposta por Rousseau.

Duas grandes vertentes polarizaram o pensamento dos diferentes autores que se dedicaram a pensar a origem do homem. Primeiramente a visão monogenista, preponderante até meados do século XIX. Segundo essa vertente, o homem teria se originado de uma fonte comum, e os diferentes tipos humanos seriam frutos da maior degeneração ou aperfeiçoamento do Éden (SCHWARCZ, 1993).

Posteriormente nesse mesmo contexto surge a hipótese poligenista, seus autores partiam da crença que existiam vários centros de criação, os quais correspondiam, por conseguinte, as diferenças raciais observadas. Essa vertente se desenvolve a partir do século XIX, como uma alternativa plausível a crescente sofisticação das ciências biológicas e, sobretudo diante da constatação ao dogma monogenista da Igreja.

Segundo Schwarcz (1993) a versão poligenista permitia,

o fortalecimento de uma interpretação biológica na análise dos comportamentos humanos, que passam a ser crescentemente encarados como resultado imediato de leis biológicas e naturais. Esse tipo de viés foi encorajado sobretudo pelo nascimento simultâneo da *frenologia* e da

antropometria, teorias que passavam a interpretar a capacidade humana tomando em conta o tamanho e proporção do cérebro dos diferentes povos. Simultaneamente, uma nova *craniologia técnica*, que incluía a medição do índice cefálico (desenvolvida pelo antropólogo suíço Andrés Ratzius em meados do século XIX), facilitou o desenvolvimento de estudos quantitativos sobre a variedades do cérebro humano (SCHWARCZ, 1993, p. 65).

Dessa forma, podemos aferir que as teorias raciológicas floresceram em meados do século XIX. O momento científico deste período é caracterizado pela fundação de uma antropologia profissional que se volta para os estudos anatômicos e craniológicos, procurando responder assim às indagações a respeito das diferenças entre os homens. Dentro deste viés podemos destacar: Retzius com sua técnica de medição craniana desenvolvida em 1842. Pierre Borca e a fundação de uma sociedade de antropologia especializada em craniologia em Paris no ano 1859, e Quatrefages professor de anatomia e etnologia no Museu de História Natural de Paris, que em 1855, publica o livro *L'Espèce Humaine*.

O modelo determinista também impulsiona o surgimento de uma antropologia criminal. Um dos grandes expoentes desse pensamento é Cesare Lombroso, o qual defendia que a criminalidade é um fenômeno físico e hereditário, e, portanto, um elemento objetivamente detectável nas diferentes sociedades.

A ciência e a técnica, por essa perspectiva, vão ao encontro ao que Marcuse chama de razão técnica.

O conceito de razão técnica é talvez também em si mesmo ideologia. Não só a sua aplicação, mas já a própria técnica é dominação metódica, científica calculada e calculante (sobre a natureza e sobre o homem). Determinados fins e interesses da dominação não são outorgados à técnica apenas “posteriormente” e a partir de fora – inserem-se já na própria construção do aparelho técnico; a técnica é, em cada caso, um projeto histórico-social, nele se projeta o que uma sociedade e os interesses nelas dominantes pensam fazer com os homens e com as coisas. Um tal fim de dominação é “material” e, neste sentido, pertence a própria forma da razão técnica (MARCUSE apud

HABERMAS, 1968, p. 46-47).

Em 1859 com a publicação do livro *Origem das espécies*, escrito pelo naturalista Charles Darwin, o embate entre monogenistas e poligenistas amenizou-se. Segundo (SCHWARCZ, 2014), o impacto do livro foi tal que sua teoria passou a constituir uma espécie de paradigma de época, diluindo antigas disputas. As máximas de Darwin transformam-se aos poucos em referência obrigatória, constituindo uma orientação consensual entre os pensadores desse período. De acordo com Hofstader,

se muitos descobrimentos científicos afetaram profundamente maneiras de viver, nenhum teve tal impacto em formar pensar e crer... O darwinismo forneceu uma nova relação com a natureza e, aplicado a várias disciplinas sociais – antropologia, sociologia, história, teoria política e economia -, formou uma geração social-darwinista (apud SCHWARCZ, 1993, p. 72).

No entanto, para Celso de Castro (2005) a influência do filósofo inglês, Herbert Spencer teria sido mais impactante do que as teorias darwinistas no geral. Pois, Spencer foi o primeiro a dar uma definição rigorosa de “evolução”. Essa palavra só apareceria na sexta edição de 1872, do livro *Origem das espécies*. Segundo ao autor,

a razão que levou Darwin a finalmente usar essa palavra, 13 anos após a primeira edição de seu livro, é que ela se havia tornado amplamente conhecida. O grande responsável por sua popularização foi Herbert Spencer, que já havia usado “evolução” em seu livro *Social Statics* [Estatística social], de 1851 (CASTRO, 2005, p. 26).

O certo é que, tanto, o darwinismo quanto o evolucionismo, serviram de embasamento e sustentação para práticas de cunho conservador. São bastante conhecidas as ligações entre o darwinismo e o imperialismo europeu, os quais tomaram a noção de “seleção natural” para justificar o domínio ocidental, passando a imagem de que eram os “mais fortes e adaptados”.

Isto influenciou de tal modo o pensamento social da época, que reorientou antigas bases teóricas. Pois era preciso pensar a história da “seleção natural”, partindo da nova realidade que se apresentava, ou

seja, a mestiçagem racial. Assim, enquanto os etnógrafos culturais adaptaram as noções monogenistas às novas demandas evolucionistas, os darwinistas sociais ressuscitaram perspectivas poligenistas do início do século.

Pela perspectiva poligenista, os mestiços eram a exemplificação das diferenças raciais, por isso, advertiam sobre o perigo da “degeneração” que poderia advir do cruzamento de diferentes espécies, ligados a esse pensamento emergem diferentes argumentos. Enquanto, Paul Broca defendia a ideia de que o mestiço é semelhante à mula, um ser híbrido fruto do cruzamento do cavalo e o burro, ou do jumento com a égua, e, portanto, não é fértil. Outros teóricos como Gobineau e Le Bon afirmavam o oposto, lamentavam a extrema fertilidade dessa população, pois, herdavam sempre as características mais negativas das raças em cruzamento.

Tanto os poligenistas quanto os monogenistas possuíam influências do evolucionismo. Podemos destacar três grandes expoentes dessa teoria, Morgan, Tylor e Frazer, seus estudos concentravam-se no desenvolvimento cultural tomado por uma perspectiva comparativa. Assim, procuravam captar o ritmo de crescimento sociocultural do homem e, mediante as similaridades apresentadas, formulavam esquemas de ampla aplicabilidade que explicavam o desenvolvimento comum da história humana.

O postulado básico do evolucionismo em sua fase clássica era, portanto, que, em todas as partes do mundo, a sociedade humana teria se desenvolvido em estágios sucessivos e obrigatórios, numa trajetória basicamente unilinear e ascendente [...] Toda a humanidade deveria passar pelos mesmos estágios, seguindo uma direção que ia do mais simples ao mais complexo, do mais indiferenciado ao mais diferenciados (CASTRO, 2005, p. 28).

Concomitante ao evolucionismo social surge duas grandes escolas deterministas muito influentes. Uma delas é a escola determinista geográfica, a qual defendia que o desenvolvimento cultural de uma nação é totalmente determinado pelo meio. Os grandes expoentes dessa escola são Ratzel e Bukle, para esses autores era possível analisar o “potencial de civilização” de cada país, apenas por suas características físicas.

A outra escola determinista denominava-se darwinismo social ou teorias das raças, pautava-se em um determinismo de cunho racial,

essa perspectiva via de forma pessimista a miscigenação, pois, acreditava que não se transmitiriam caracteres adquiridos, nem mesmo por meio de um processo de evolução social. Assim, as raças constituíam fenômenos finais, ou seja, resultados imutáveis. Portanto, todo o cruzamento por esse viés era entendido como um erro. Essa interpretação servia a duas finalidades, primeiro, enaltecer a existência de “raças puras”, segundo compreender a mestiçagem como sinônimo de degeneração racial e social.

Essa teoria determinista teve tamanha influência que constituiu um ideal político. Por meio de um diagnóstico pretendia-se impor a submissão ou mesmo a possível eliminação das “raças inferiores”, isso se converteu em uma espécie de prática avançada do darwinismo social, denominada eugenia, cujo objetivo era intervir na reprodução das populações. Em 1880, transforma-se em um movimento científico e social expressivo, servindo a diferentes objetivos. Dentro da ciência a eugenia propunha uma nova compreensão das leis da hereditariedade humana, sua aplicação pretendia a produção de nascimentos desejáveis e controlados. Como movimento social, procurava estimular casamentos entre determinados grupos, e desencorajar certas uniões consideradas nocivas às sociedades.

Segundo Maciel (1999), a eugenia foi criada no século XIX por Francis Galton. A eugenia é definida pela autora como,

Um conjunto de ideias e práticas relativas a um “melhoramento da raça humana” ou, como foi definida por seus seguidores, ao aprimoramento da raça humana pela seleção dos genitores tendo como base o estudo da hereditariedade. Essa proposição teve grande sucesso e, mesmo após o seu questionamento como ciência, ainda se manteve por longo tempo como justificativa para práticas discriminatórias e racistas. No Brasil ganhou vulto nas primeiras décadas do século XX, pois seus pressupostos forneciam uma explicação para a situação do País (que seria de um “atraso”) e, ao mesmo tempo, indicava o caminho para a superação dessa situação (MACIEL, 1999, p. 121).

A autora ainda enfatiza um segundo pressuposto da eugenia. A partir da hereditariedade determinaríamos o destino do indivíduo, dessa forma, as condições de sua vida já estariam dadas previamente, e seu futuro estaria predestinado segundo a classificação de determinados

critérios que o colocavam numa categoria “inferior” ou “superior”. Com isso, justificavam-se as condições de vida pelas condições biológicas, ou seja, que o pobre era pobre por ser inferior, nascendo predestinado à pobreza.

Schwarcz faz uma síntese sobre as teorias raciais demonstrando as características dos evolucionistas sociais e dos darwinistas sociais, afirmando que,

Segundo os evolucionistas sociais, os homens seriam “desiguais” entre si, ou melhor, hierarquicamente desiguais, em seu desenvolvimento global. Já para os darwinistas sociais, a humanidade estaria dividida em espécies para sempre marcadas pela “diferença”, e em raças cujo potencial seria ontologicamente diverso. Assim, nesse contexto e com o amadurecimento do debate, dois grupos mais claramente delineados podem ser reconhecidos. De um lado, congregados em torno das sociedades de etnologia, estariam os etnólogos sociais (também chamados de evolucionistas sociais ou antropólogos culturais), adeptos do monogenismo e da visão unitária da humanidade. De outro, filiados a centros de antropologia, pesquisadores darwinistas sociais, fieis ao modelo poligenista e a noção de que homens estariam divididos em espécies essencialmente diversas (SCHWARCZ, 1993, p. 81).

A importação das teorias raciais cria um problema para os intelectuais brasileiros. Como pensar a formação de uma nação emergente em meio a esse contexto? Conforme Renato Ortiz (2012), a aceitação das teorias evolucionistas “implicava analisar-se a evolução brasileira sob as luzes das interpretações de uma história natural da humanidade; o estágio civilizatório do país se encontrava de imediato definido como “inferior” em relação à etapa alcançada pelos países europeus” (ORTIZ, 2012, p. 15).

Os intelectuais brasileiros desta época se deparam com o impasse do descompasso entre a teoria e a realidade ao procurar algum elemento de unificação para a construção de uma identidade nacional. Pouco se sabe sobre a origem social desses intelectuais. Alguns analistas enfatizam a ligação entre os intelectuais e a aristocracia agrária e o Estado monárquico. Entretanto, encontram-se nesses mesmos

profissionais representantes de novos segmentos urbanos, bastante opostos à burguesia tradicional proprietária de terras. No entanto, pode-se dizer que esses intelectuais da ciência, não importando sua origem social, procuraram legitimar ou respaldar cientificamente suas posições nas instituições de saber que participavam.

Com o advento da independência do Brasil, o país não podia mais ser uma “cópia” da metrópole, isto implicava aos intelectuais buscar as particularidades nacionais, as quais, em um primeiro momento se revelavam através do meio geográfico e da raça. Assim, ser brasileiro significava viver em um país geograficamente diferente da Europa e povoado por uma raça diferente da europeia.

A partir da literatura, escritores como Gonçalves Dias e José de Alencar, influenciados pelo romantismo, preocuparam-se em fabricar um modelo de índio civilizado, despido de suas características reais, do que apreendê-lo em sua concretude. Diferentemente das populações africanas, da qual não havia nada a seu respeito. Segundo Ortiz (2012), o período escravocrata é um longo silêncio sobre as etnias negras que povoam o Brasil, pois,

Em sua bricolagem de uma identidade nacional, o romantismo pode ignorar completamente a presença do negro. A situação se transforma radicalmente com o advento da Abolição. Como fato político, a Abolição marca o início de uma nova ordem onde o negro deixa de ser mão-de-obra escrava para transformar em trabalhador (ORTIZ, 2012, p. 19).

No final do século XIX, afirmava-se que o Brasil era constituído por três raças: o branco, o negro e o índio. No entanto, atribuía-se a raça branca uma posição de superioridade na construção da “civilização brasileira”. Com isso, surge um problema para os intelectuais e cientistas: como abordar a identidade nacional diante da diversidade racial. Cabe ainda lembrar, a importância do mestiço em meio a esse problema, já que para muitos o mestiço era visto como o exemplo da “degeneração”, surgida do cruzamento das espécies.

A miscigenação se apresentava aos intelectuais brasileiros da época sobre o seguinte dilema: de um lado, autores influenciados por um darwinismo social defendiam que os defeitos e taras seriam transmitidos pela herança genética, “a apatia, a imprevidência, o desequilíbrio moral e intelectual, a inconsistência seriam dessa forma qualidades naturais do elemento brasileiro”; de outro lado, estavam os

defensores da teoria do branqueamento da população brasileira. O branqueamento partia do seguinte princípio: a raça branca, por ser superior, tenderia a crescer em detrimento da raça negra, dessa forma, possibilitando ao Brasil se tornar uma grande nação. Por essa perspectiva a miscigenação era vista como algo positivo (ORTIZ, 2012, p. 19).

Flores (2007) afirma que a mudança de posicionamento sobre a miscigenação, ocorre principalmente no período de transição da Monarquia para a República. Em suas palavras,

No Brasil, com a passagem, da Monarquia à República, tratou-se de inventar o povo, tendo o mestiço como eixo simbólico da unidade nacional. A nova interpretação das teorias raciais possibilitava o abandono, pelo menos em parte, da visão negativa dos cruzamentos raciais. Os bons mestiços, ao se reproduzirem sob a tutela da eugenia, alcançariam o branqueamento e a homogeneidade étnica. Muitos outros, além Hernani de Irajá, como Renato Kehl, médico psicólogo, Afrânio Peixoto, sexólogo, jurista criminal e educador, e outros intelectuais, políticos, educadores, religiosos, jurista, artistas, jornalistas, antropólogos, propagandearam a eugenia no Brasil, seus métodos e suas vantagens para dar uma nova feição ao povo brasileiro (FLORES, 2007, p. 66).

No entanto para autores embasados no darwinismo social, o progresso estava restrito às sociedades “puras”, livres de um processo de miscigenação. Esses teóricos acreditavam que o bom desenvolvimento de uma nação seria resultado de sua conformação racial pura. Dessa forma, a Europa seria um exemplo, em especial o tipo ariano. Para pensadores como Gobineau este era um caso extremo em que o apuro racial teria levado a um caminho certo em direção à civilização. Gobineau era amigo íntimo do imperador d. Pedro II e é considerado como ponto de referência de toda e qualquer discussão a respeito da situação étnica.

A elite intelectual brasileira, ao se orientar para a escolha de escritores como Gobineau, Agassiz, Broca, Quatrefages, na verdade, não está passivamente consumindo teorias estrangeiras. Essas teorias são demandas a partir das necessidades internas brasileiras, a escolha se faz,

assim “naturalmente” O dilema dos intelectuais do final do século é o de construir uma identidade nacional (ORTIZ, 2012, p. 30).

De acordo com Ortiz (2012), os intelectuais dessa época buscavam a construção de uma identidade, de um Estado que ainda não era. Para ele a invariância da identidade coincide com a univocidade do discurso nacional, ou seja, a procura de uma identidade brasileira ou de uma memória brasileira, que seja em sua essência verdadeira, é em sua opinião um falso problema. Por isso, a questão que se coloca não é de saber se a identidade ou a memória nacional apreendem ou não os “verdadeiros” valores brasileiros. Na sua perspectiva a pergunta fundamental seria: quem é o artífice desta identidade e desta memória que se querem nacionais? A que grupos sociais elas se vinculam e a que interesses elas servem?

3.2. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

No dia 21 de outubro de 1838, encontram-se no Museu Nacional, 27 membros da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, sob o objetivo de inaugurar um novo grémio dedicado às “letras históricas”. Dessa reunião nasce o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Em novembro do mesmo ano, os sócios fundadores aprovam o estatuto do IHGB, o qual estabelecia os seus objetivos. Entre eles estavam.

1º Coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a História e Geografia do Brasil e assim também promover os conhecimentos destes dois ramos científicos, por meio do ensino público, logo que os cofres sociais o permitissem.

2º Corresponder-se com as associações congêneres do Velho e Novo Mundo.

3º Ramificar-se nas províncias do Império, para mais fácil desempenho dos fins a que se propunha.

4º Publicar a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

5º Promover os conhecimentos destes dois ramos filológicos por meio do ensino público, logo que

seu cofre proporcionar esta despesa¹⁴.

Sediado na cidade do Rio de Janeiro, o IHGB nascia como uma instituição ligada a forte oligarquia local e associada ao monarca d. Pedro II, o centralizador. Segundo Schwarz , a ligação de d. Pedro II com o IHGB era tão forte, que ele chega a dizer: “Agradeço ao Instituto e nada mais digo por que o Instituto bem sabe que eu sou todo dele”, em novembro de 1889, data de sua última participação (1993).

Cabia então ao IHGB criar uma história para nação, ou seja, inventar uma memória para um país que deveria separar dos destinos da antiga metrópole europeia, como diria o historiador Eric Hobsbawm (1997) “a invenção de uma tradição”.

Hobsbawm (1997) em *A Invenção das Tradições*, explicita o que seria uma tradição inventada, aborda sobre sua metodologia de trabalho, e, indica situações em que é mais propício o aparecimento de “tradições inventadas”. Conforme o autor,

Por “tradição inventada” entendesse-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (HOBSBAWM, 1997.p. 09).

A sua definição de “tradição inventada” é totalmente compatível com contexto em que o Brasil vivenciava sob o advento de sua independência. Pois, a construção da ideia de nação não se pautava em uma oposição à antiga metrópole portuguesa, mas pelo contrário, a nova nação brasileira buscava passar a imagem de continuadora de uma tarefa civilizadora, iniciada pela colonização portuguesa.

Desse modo, o IHGB busca construir uma história da nação, recriando um passado, solidificando mitos de fundação e ordenando fatos, procurando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos. A história promovida pelo IHGB além de divulgar conhecimentos, tinha a intenção de formular uma história que, a exemplo dos modelos europeus, se atese a exaltação e glória da pátria

14 Estatuto do IHGB de 25 de novembro de 1838. Disponível em <http://www.ihgb.org.br/ihgb23.php>. Acessado 24/09/2014.

(SCHWARCZ, 1993).

Para Guimarães (1988) a perspectiva histórica formulada pelo do IHGB visava produzir uma homogeneização da visão de Brasil no interior das elites brasileiras. O autor considera isso, uma postura iluminista, pois, “o esclarecimento, em primeiro lugar, daqueles que ocupam o topo da pirâmide social, que por sua vez encerrar-se-ão do esclarecimento do resto da sociedade – que preside o pensar a questão da Nação no espaço brasileiro” (GUIMARÃES, 1988, p. 6).

O IHGB é concretizado alguns anos após o movimento de Independência do Brasil, assim podemos dizer que o instituto é de alguma forma o filho dileto de um espírito de época que se difunde nesse período. A independência do país tem um papel marcante na construção de uma história romantizada. Nesta perspectiva, o IHGB previa além de um levantamento documental, a afirmação de uma perspectiva teórica. De acordo com Schwarcz (1993).

Fazer história da pátria era antes de tudo um exercício de exaltação. Essa lógica comemorativa do instituto se efetivou não só mediante os textos produzidos e publicados na revista, como por uma prática efetiva de produção de monumentos, medalhas, hinos, lemas, símbolos e uniformes próprios ao estabelecimento. Lembrar para comemorar, documentar para festejar (SCHWARCZ, 1993, p. 135).

Um fator interessante de ser observado no IHGB é o perfil de seus associados e como se criou uma hierarquia dentro da instituição. A posição de presidente honorário era destinada exclusivamente a políticos de renome. Enquanto, os sócios que adentravam por mérito ocupavam geralmente os cargos de secretários e oradores.

De fato, os secretários destoavam do perfil social dos sócios do IHGB, já que em sua grande maioria ocuparam postos de menor evidência como profissionais liberais. Boa parte dedicou-se ao ensino e à atividade, não remunerada, de biografistas, desempenhando dessa maneira uma função interna aos institutos ao exaltar a memória de seus pares (SCHWARCZ, 1993, p. 138-139).

Apesar disso, nem todos os secretários ficaram no ostracismo. Alguns alcançaram grande reconhecimento, como por exemplo, Francisco Adolfo de Varnhagem (1816-1878) visconde de Porto Seguro,

eleito o primeiro secretário do IHGB, em 23 de maio de 1951. Mesmo tendo ficado no cargo por um curto período, de apenas um semestre, já foi o suficiente para o famoso historiador, biógrafo, geógrafo e matemático se encarregar de elaborar o índice geral alfabético das memórias e biografias.

Varnhagem era um admirador da Casa de Bragança, algo que ficava explícito em seus artigos onde defendia a monarquia e a colonização. Além disso, aceitava a escravidão como legítima, pois não via outro recurso. Varnhagen é considerado por muitos como o primeiro historiador nacional.

Varnhagen desempenhou no interior do instituto um papel exemplar, com sua pretensão de escrever a história do Brasil. Uma história específica porque monárquica em meio a tantas repúblicas, como também conservadora, já que profundamente vinculada à aristocracia rural dominante e ao próprio Império. (SCHWARCZ, 1993, p.139).

O historiador Varnhagen em uma carta¹⁵ ao imperador d. Pedro II, explicita o que seria os fundamentos definidores da identidade brasileira enquanto herança da colonização europeia.

Em geral busque inspirações de patriotismo sem ser no ódio a portugueses ou à estrangeiro a Europa, que nos beneficia com ilustração; tratei de por um dique à tanta declamação e servilismo à democracia; e procurei ir disciplinando produtivamente certas ideias soltas de nacionalidade (VARNHAGEN apud GUIMARÃES, 1988, p. 6-7).

Pode se dizer que a história empreendida pelo IHGB tinha um duplo sentido, primeiramente, dar conta de uma gênese da Nação brasileira, e em segundo, inseri-la numa tradição de civilidade e progresso, ideias marcantes de uma postura influenciada pelo iluminismo.

No ano de 1839, começa a ser editada regularmente a *Revista do IHGB*, a qual até 1864 foi publicada trimestralmente. Uma revista com um rigor documental até então inusitado. A revista era composta de

15 Carta de Francisco Adolfo Varnhagen ao imperador datado de 14 de julho de 1857. Arquivo do Museu Imperial. Código: Doc. 6234.

três partes distintas.

A primeira compunha-se de artigos e documentos que versavam sobre questões relevantes ao instituto, interpretavam-se eventos históricos, textos sobre limites geográficos atentavam para os problemas territoriais; artigos referentes a etnografia indígena revelam a influência romântica no local [...]. Da segunda parte constavam biografias de brasileiros “distintos por letras, armas, e virtudes”. Essas pequenas biografias constituíam uma forma bem específica de se fazer história, uma história pautada em nomes e personagens, e que se concentrava na elaboração de nobiliarquias e genealogias para elites agrárias sedentas de títulos que se aproximassem das antigas aristocracias europeias. Finalmente, a terceira parte era formada por extratos das atas das seções quinzenais, que reproduzem o cotidiano do IHGB, com suas hierarquias internas, costumes e competências (SCHWARCZ, 1993, p.143).

Com isso, as disciplinas de Antropologia e Etnologia ganham grande importância na Revista do IHGB, principalmente por causa da questão racial no país, pois, na medida em que se tentava construir um projeto de centralização nacional também implicava pensar nos excluídos desse processo: negros e indígenas.

Em torno da figura do indígena são travados os principais debates, tanto dentro do IHGB quanto fora dele. A literatura por um lado, e a história por outro lado, argumentam sobre a possibilidade da nacionalidade brasileira ser representada pelo indígena. Os indígenas suscitam opiniões tão variadas, que dentro do próprio IHGB, havia partidários de uma perspectiva positivista e evolucionista, seja por um discurso religioso católico, ou por uma visão romântica.

Entretanto, não se tinha essa mesma visão sobre os negros, a esse imperava a perspectiva evolucionista e determinista. Segundo Schwarcz (1993), em um artigo publicado em 1981, afirmava-se que “Os negros representam um exemplo de grupos incivilizáveis”, enquanto, em um ensaio de 1884 dizia “As populações negra vivem no estado mais baixo de civilização humana”.

A imagem do indígena podia se redimida através da catequese, saindo então, de sua situação de “bárbaro e errante” e adentrando no

interior civilização. O mesmo podia ocorrer com o negro. Porém esse estaria em um estado ainda mais inferior do que o indígena. A civilização era entendida pelo instituto como um processo eminentemente branco.

Para Guimarães (1988) os historiadores do IHGB estavam ainda presos à concepção herdada do iluminismo ao tratar a história enquanto processo linear marcado pela noção de progresso. Desse modo, empenhavam-se em aplicar essa linha evolutiva ao caso brasileiro, partindo do pressuposto que o branco estaria no topo da hierarquia evolutiva.

Nesse sentido, lançar mão dos conhecimentos arqueológico, linguísticos e etnográficos seria a forma de se ter acesso a uma cultura estranha – a dos indígenas existentes no território -, cuja inferioridade em relação à “civilização branca” poderia ser, através de uma argumentação científica, como pretendiam, explicitada. Por outro lado, este mesmo instrumental capacitaria o investigador da história brasileira a recuperar a cadeia civilizadora, demonstrando a inevitabilidade da presença branca como forma de assegurar a plena civilização (GUIMARÃES, 1988, p. 11).

A indefinição de como escrever a história do país frente à diversidade racial, fez com que o IHGB lança-se um concurso para a escolha do melhor plano para a escrita da história do Brasil. Em 1845, o IHGB publica em sua revista o projeto vencedor, sob o nome de: *Como escrever a história do Brasil*, o qual foi escrito por Carl Friedrich Philipp Von Martius (1794-1868) naturalista alemão e sócio correspondente do instituto.

Nesse artigo Von Martius propunha um projeto historiográfico capaz de garantir uma identidade a nação em processo de construção. Sua proposta estava pautada na ideia de correlacionar o desenvolvimento do país com o aperfeiçoamento específico das três raças que o compunham: branca, indígena e negro.

Qualquer que se encarregar de escrever a História do Brasil, país que tanto promete, jamais deverá perder de vista quais os elementos que aí concorrerão para o desenvolvimento do homem.

São porém estes elementos de natureza muito diversa, tendo para a formação do homem convergido de um modo particular três raças, a

saber: a de cor de cobre ou americana, a branca ou caucasiana, e enfim a preta ou etiópica. Do encontro, da mescla, das relações mútuas e mudanças dessas três raças, formou-se a atual população, cuja história por isso mesmo tem um cunho muito particular (VON MARTIUS, 1845, p. 381-382).

As três raças participariam na formação da população, todavia a mais importante seria a branca, por terem dado “condições e garantias físicas e morais para um reino independente” e pela ideia que o branco iria “absorver” os indígenas e o negro através da miscigenação.

Disso necessariamente se segue que o português que, como descobridor, conquistador e senhor, deu as condições a garantias morais e físicas para um reino independente, que o português se apresenta como o mais poderoso e essencial motor. Mas também de certo seria um grande erro para todos os princípios da historiografia pragmática se se desprezassem as forças dos indígenas e dos negros importados, força estas que igualmente concorreram para o desenvolvimento físico, moral e civil da totalidade da população. [...] O sangue português, em um poderoso rio deverá absorver os pequenos afluentes das raças índia e etiópica (VON MARTIUS, 1845, p. 382-383).

Rodrigues (2007) atenta para o problema de se defender um Brasil mestiço diante de uma elite que se via como desdobramento da civilização europeia. Em sua opinião, Von Martius sabendo da resistência que iria enfrentar, usou-se da estratégia de desqualificar seus opositores a partir da ciência. Com isso, tinha a pretensão de representar o IHGB como um lugar imparcial na produção de conhecimento.

Sei muito bem que brancos haverá que a uma tal ou qual concorrência dessas raças inferiores taxem de menoscabo à sua prosápia; mas estou certo que eles não serão encontrados onde se elevam vozes para uma historiografia filosofia do brasil. Os espíritos mais esclarecidos e mais profundos, pelo contrário, acharão na investigação da parte que tiveram, e ainda tem, as raças índia e etiópica no desenvolvimento histórico do povo brasileiro, um novo estímulo para o historiador humano e

profundo (VON MARTIUS, 1845, p. 382-383).

Segundo Rodrigues (2007), a história brasileira para Von Martius devia procurar na miscigenação os matizes do desenvolvimento “natural” do Brasil, correlacionando desse modo, o passado, presente e futuro. Portanto, para compreender o papel das raças na formação da população, era fundamental o estudo de cada uma delas, abarcando o período anterior ao contato, o contato em si e sua relação.

Dessa forma, a raça indígena deveria ser a primeira a ser estudada, buscando compreender “natureza primitiva” desse grupo, para só depois estudar as suas relações com os brancos e negros. Referente ao estudo dos indígenas.

Von Martius propunha um trabalho “etnográfico”, baseado na observação direta e, principalmente, no estudo da língua, visto como o “documento mais geral” e “significativo”. Compartilhando das ideias de degeneração do homem americano, defendidas, sobretudo, por Buffon e De Pauw, von Martius acreditava que os índios brasileiros constituíram resquícios de uma antiga civilização, contando com um número bastante reduzido no momento do contato com os europeus, o que facilitaria a conquista. A existência desta civilização decadente teria como um dos principais indícios o uso da língua Tupi na maior parte do território brasileiro chegando a alcançar outros países (RODRIGUES, 2007, p. 4).

O projeto de Von Martius enfatizava a importância das relações eclesiásticas e monacais. Em sua perspectiva as ordens religiosas eram fundamentais para o processo de civilização do país. Além disso, os arquivos dessas ordens podiam servir como fontes da história colonial, dando um destaque maior aos jesuítas.

Von Martius também traçava uma ideia de continuidade entre o mundo português e o brasileiro, destacando as permanências de uma tradição intelectual europeia em solo brasileiro. Dessa maneira, o brasileiro era o herdeiro do mundo luso, ou seja, herdeiro das luzes da civilização europeia.

Por isso, pertence à tarefa do historiador brasileiro ocupar-se especialmente com o progresso da poesia, retórica e todas as demais ciências de Portugal, mostrar a sua posição relativa às mesmas do resto da Europa e apontar qual a

influencia que exerceram sobre a vida científica, moral e social dos habitantes do Brasil (VON MARTIUS, 1845, p. 395).

O que vai de encontro ao que Hobsbawm (1997) trabalha no livro *Invenção das Tradições*. Onde afirma que,

Muitas instituições políticas, movimentos ideológicos e grupos – inclusive o nacionalismo – sem antecessores tornaram necessária a invenção de uma continuidade histórica, por exemplo, através da criação de um passado antigo que extrapole a continuidade histórica real seja pela lenda [...] ou pela invenção. (HOBSBAWM, 1997. p. 15).

O negro é o ultimo grupo racial destacado por Von Martius no texto *Como se deve escrever a história do Brasil*. Rodrigues (2007), enfatiza que a uma diferenciação de tratamento dada a esse grupo em relação aos outros dois, pois, enquanto aos indígenas e brancos foram reservadas algumas paginas para falar de sua importância na formação da identidade nacional, aos negros seriam destinados apenas dois parágrafos. Von Martius inicia sua argumentação sobre os negros com a seguinte frase.

Não há dúvida que o Brasil teria tido um desenvolvimento muito diferente sem a introdução dos escravos negros. Se para melhor ou pior, este problema se resolvera ao historiador, depois de ter tido a ocasião de ponderar todas as influencias que tiveram os escravos africanos no desenvolvimento civil, moral e político da presente população (VON MARTIUS, 1845, p. 397)

E continua sua explanação sobre os negros, de uma forma bem genérica, como podemos observar na seguinte passagem,

Mas, no atual das coisas, mister é indagar a condição dos negros importados, seus costumes, suas opiniões civis, seus conhecimentos naturais, preconceitos e superstições, os defeitos e virtudes próprias à sua raça em geral, etc., etc., se demonstrar quisermos como tudo reagiu sobre o Brasil (VON MARTIUS, 1845, p. 397).

Por fim, Von Martius faz algumas considerações sobre a importância da história e do historiador brasileiro na formação de um sentimento patriótico. Ou seja, para despertar o amor a pátria.

Por fim devo ainda ajuntar uma observação sobre a posição do historiador do Brasil para com sua pátria. A história é uma mestra, não somente do futuro, como também do presente. Ela pode difundir entre os contemporâneos sentimentos e pensamentos do mais nobre patriotismo. Uma obra histórica sobre o Brasil deve, segundo a minha opinião, ter igualmente a tendência de despertar e reanimar em seus leitores Brasileiros amor da pátria coragem, constância, indústria, fidelidade, prudência, em uma palavra, todas as virtudes cívicas (VON MARTIUS, 1845, p. 401).

O projeto de Von Martius foi a principal base para escrita da história brasileira no século XIX, tendo Varnhagen como um dos principais propagadores. No entanto, na opinião de Rodrigues (2007), é difícil pontuar o lugar de sua influência, já que em sua perspectiva “o projeto de Von Martius foi premiado muito mais por seu papel sintetizador das ideias que já direcionavam os trabalhos do IHGB, mas que se encontravam dispersas, do que pela existência nele de pressupostos inovadores ou pelo rigor metodológico de sua proposta” (RODRIGUES, 2007, p. 7-8).

4. UM LIVRO A SERVIÇO DA PRESERVAÇÃO CULTURAL DA ARISTOCRACIA

4.1 A influência evolucionista no Museu Histórico Nacional

Segundo Regina Abreu (1995), o MHN não era propriamente um lugar de produção da história nacional, mas uma agência oficial destinado à conservação, à legitimação e à veiculação de uma noção de história elaborada em outras instituições, como por exemplo, o IHGB. Como vimos no capítulo anterior, à história nacional produzida pelo IHGB, pautava-se na superioridade branca, portanto, cabia a esta a responsabilidade em esclarecer o restante da sociedade. Este alinhamento de perspectiva entre o IHGB e o MHN pode ser observado nos primeiros volumes dos *Anais do MHN*, produzidos por Gustavo Barroso e seus colaboradores.

O MHN neste sentido fazia eco ao IHGB inscrevendo a gênese da nação brasileira numa tradição de civilização e progresso, onde o retrato da nação surgiu como o desdobramento nos trópicos de uma civilização branca europeia. Esta representação de nação associada à ideia de civilização retomava o tema das raças, restringindo-se eminentemente aos brancos (ABREU, 1995, p. 12).

De acordo com Abreu (1995), Barroso atribuía grande importância ao MHN no processo civilizatório. Dessa forma, o MHN serviria como divulgador de uma cultura própria das elites como o modelo adequado de civilização para o conjunto da sociedade,

o Museu deveria servir como uma instância de educação e disciplinarização das massas rudes e barulhentas que, última instância, deveriam ser atraídas para aquela casa da “civilização” e do “bom gosto”. O Museu em si mesmo era visto como o produto do processo civilizatório da história geral da humanidade. Associado à ideia de “civilização”, “congregava objetos preciosos”, produtos do “desenvolvimento”, das “artes” e da “técnica”, enfim, era sinônimo de “cultura refinada” (ABREU, 1995, p. 13-14).

Dessa maneira o MHN, passou a valorizar a nobreza e o império, enquanto tempo histórico, partindo da tese que as elites tradicionais e aristocráticas formariam um grupo forte, destinado a conduzir o processo civilizatório e estando naturalmente no topo da pirâmide social. Conforme Santos (2006),

Ainda que Barroso tenha escrito o livro *Técnica de museus*, espécie de documento básico seguido até recentemente por muitos museólogos, e dado alguma atenção à questão da educação em museus, a preocupação em expor e atrair um grande público não era um dado da época. As preocupações com exposição didáticas voltadas para atender uma camada maior e diferenciada da população ainda não existiam. Os funcionários do Museu Histórico Nacional não se autodenominavam museólogos, mas “conservadores”, palavra que remete diretamente aos objetos colecionados. (SANTOS, 2006, p.61).

Assim, um dos trabalhos dos museólogos, na época chamados de conservadores, seria recolher e expor objetos associados às elites metropolitanas nacionais, pois, estes objetos teriam poder de mediação de valores éticos e estéticos. A partir disso, pretendo demonstrar que o livro *Introdução à técnica de Museus*, que por muito tempo fora manual da Museologia, orientava os cuidados e tratamentos técnicos que deveriam ser dados aos bens de uma aristocracia branca. Desta maneira, relegava e omitia a cultura indígena, afro-brasileira, e de outros grupos que fazem parte da história do nosso país.

4.2 O livro *Introdução à Técnica de Museus*

O livro *Introdução à Técnica de Museus* é fruto da sintetização da disciplina de Introdução à Técnica de Museus, ministrado por Gustavo Barroso no Curso de Museus promovido pelo MHN. Em 1946¹⁶, Barroso publica a primeira edição do seu livro *Introdução à técnicas de museus*, obra em dois volumes, que foi considerado uma referência da museologia brasileira até o final da década de 1960. Reitero a seguinte passagem abordada na introdução desse trabalho.

16 Na pesquisa trabalharei com o livro *Introdução à técnica de museus*, Volume I, Parte Geral e Parte Básica, 2ª edição (1951). Volume II Parte Especializada (1953).

Conforme Solange Godoy os estudantes que entravam no Curso recebiam os dois volumes desse livro até a década de 1970. E alguns professores do curso chegavam a dar aulas seguindo inteiramente o conteúdo do livro de Barroso (apud CHAGAS, 2009).

O livro *Introdução à técnica de museus* é composto de dois volumes. O primeiro volume correspondia à chamada parte geral, contendo noções de: Organização, Arrumação, Catalogação. E em parte básica, com noções de: cronologia, epigrafia, paleografia, diplomática, bibliografia e iconografia. Enquanto, o segundo volume do livro contemplava a parte especializada, com noções de: heráldica, condecorações, bandeiras, armaria, arte naval, viaturas, arquiteturas, mobiliário, indumentária, cerâmica e cristais, ourivesaria, prataria e bronzes, máquinas, instrumentos de suplícios.

Não tenho a intenção de trabalhar com todos os temas contidos nessa obra, tendo em vista a questão do tempo que isto levaria e também para não prolongar-me demasiadamente. Com isso, delimitarei alguns temas com o objetivo de trabalhá-los mais profundamente. O primeiro volume por se tratar da chamada parte geral e parte básica e o considerar a base do pensamento do que autor considera como Técnica de Museu, o analisarei na íntegra. O segundo volume chamado de parte especializada trabalharei com os seguintes temas: heráldica, condecorações, bandeiras, armaria, arte naval, mobiliário, indumentária, cerâmica e cristais, ourivesaria, prataria e bronzes. Pois, acredito que a forma como esses temas são apresentados por Barroso deixam mais explícitos os seus ideias, como a defesa do nacionalismo, sua visão positivista da história e por estarem relacionados aos cuidados dos bens materiais de apenas uma parcela da população, ou seja, a aristocracia.

Na introdução do livro, Barroso comenta sobre a fundação do MHN, onde enfatiza a sua influência para que este se constituísse. Ainda, fala a respeito da criação do Curso de Museus no ano de 1932, o qual em sua opinião destinava-se a ser “fonte de ensinamentos e cultura, de devoção à história da pátria e seminário de formação e aperfeiçoamento de funcionários técnicos. [...] Preparam-se nele, como alunos ou ouvintes, quase todos os atuais Conservadores de Museus com que conta a administração pública” (BARROSO, 1951, p. 3).

A partir disso, Barroso aborda sobre a disciplina de *Técnica de Museus*. Esta foi criada por ele mesmo em 1932 no Curso de Museus, e ministrada por Barroso até 1951. A matéria Técnica de Museus tinha duração de três anos, sendo o último ano inteiramente prático. Portanto, o livro *Introdução à técnica de Museus*, tem o objetivo de abranger um

vasto conhecimento que, de acordo com o autor, “nunca foi compendiada numa obra didática e sempre existiu esparsa, sem conveniente sistematização”. (BARROSO, 1951, p. 3).

Barroso conclui a introdução do livro, definindo o que seria a Museologia em sua concepção.

Chama-se Museologia o estudo científico de tudo o que se refere aos Museus, no sentido de organizá-los, arrumá-los, conservá-los, dirigi-los, classificar e restaurar os seus objetos. O termo é recente e resultou dos trabalhos técnicos realizados nos últimos decênios sobre a matéria. A Museologia abarca âmbito mais vasto do que a Museografia, que dela faz parte, pois é natural que a simples descrição do Museus se enquadre nas fronteiras da Ciência dos Museus. Museólogo, portanto, é o técnico ou entendido em Museus. (BARROSO, 1951, p. 6).

Na concepção de Chagas (2009),

O livro desenhava um determinado perfil do profissional que se desejava formar. O museólogo – que, para Barroso, era o “técnico ou entendido em museus”- deveria ter um saber detalhista, minucioso e enciclopédico. O seu alvo eram as relíquias do passado, os acontecimentos e episódios revestidos de dramaturgia singular, e não a compreensão da sociedade contemporânea e, menos ainda, o entendimento do lugar social dos museus (CHAGAS, 2009, p. 106).

Se compararmos o conceito de Museologia de Barroso da primeira metade do século XX, com um conceito mais contemporâneo, como por exemplo, o proposto por Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, museóloga brasileira, expoente no estabelecimento das bases do pensamento museológico contemporâneo, observamos diferenças bastante significativas. Segundo Guarnieri (2010, p. 78) “A museologia é a ciência do Museu e das suas relações com a sociedade; é, também, a ciência que estuda a relação entre o Homem e o Objeto, ou o Artefato, Tendo o Museu como cenário desse relacionamento”. Através dessa afirmativa a autora enfatiza, que a museologia é uma ciência em construção, que busca se libertar de ser uma mera observação e descrição de fenômenos, para considerar o fato museológico, que vai desde expor os objetos de forma inteligível dentro de um contexto, ao

estudo da relação do homem com o objeto, e sobre a relação do museu, homem e sociedade.

Barroso inicia o primeiro capítulo explicando o que seria a Técnica de Museus. “Entende-se por TÉCNICA DE MUSEUS o conjunto de regras, princípios, observações e conhecimentos indispensáveis à organização e funcionamento dum museu. O assunto é complexo e até hoje não foi abordado em nosso país”. (BARROSO, 1951, p. 7). Compreenderia a Técnica de Museus as seguintes partes: I- Organização; II- Arrumação; III-Catologação; IV- Restauração; V- Classificação de objetos.

Para Barroso a *Organização* era representada pelos atos do Poder Público, decretos e leis, provendo o seu modo de funcionar e determinando suas finalidades. O autor destaca a particularidade de cada museu, assim, deveria sempre levar em consideração o contexto em que os museus estão inseridos, analisando: época, finalidade, local e público.

Já a *Arrumação* estaria dividida em regras e princípios técnicos, condições de natureza pessoal e condições de natureza geral. No entanto, advertia que as condições de natureza pessoal decorreriam “dos coeficientes individuais de zeladores, conservadores e diretores, maiores ou menor soma de conhecimentos, maior ou menor soma de vocação, bom gosto inato, golpe de vista, prática, boa vontade em servir, etc” (BARROSO, 1951, p. 12).

Enquanto, a *Catologação* poderia ser padronizada de acordo com o seguinte plano: Numeração e etiquetagem, Catologação enumerativa (Sumário), Catologação descritivo (guia), Catálogo comentado e por fim Fichário.

Competia a *Restauração* os cuidados com a conservação e proteção das relíquias do passado. Na opinião de Barroso essa tarefa deve obedecer a certos postulados de ordem cientificamente e regras de caráter prático. Destacava que nenhum diretor ou conservador era um restaurador de ofício, mas salientava a importância desses funcionários conhecer tecnicamente o assunto, para poderem dirigir e criticar as restaurações que são necessárias, no âmbito de suas atribuições.

Barroso considerava a *Classificação dos Objetos* a mais importante Técnica de Museus, pois, para classificar as peças que iriam ser expostas era necessário um vasto conhecimento especializado que a teoria somente não poderia fornecer, sendo então, preciso aliar-se a prática e ao contexto do museu. Com isso, cita o exemplo do MHN, onde defende que para ser um bom diretor ou conservador nessa instituição era obrigatório ter conhecimentos de: Heráldica, Bandeiras,

Condecorações, Armaria, Arte Naval, Viaturas, Arquitetura, Indumentária, Mobiliário, Cerâmica e Cristais, Joalheria e Prataria, Instrumentos de Suplício, Maquinas, Arte Religiosa. Temas que são abordados no segundo volume do livro *Introdução à Técnica de Museus*, o que compete à parte especializada.

O exercício de classificar, ordenar e sistematizar o conhecimento é muito antigo, visto que remonta a tentativa humana de representar e dispor o mundo. No entanto, a classificação é uma tarefa muito difícil, visto que, a categorização do conhecimento deve levar em consideração os parâmetros históricos e sociais, o que dificulta uma delimitação espacial e temporal, não sendo possível ter um caráter permanente ou estável. Isto também é válido para os objetos museológicos.

A dificuldade em classificar se apresenta quando ao sistematizar o conhecimento em classes, o próprio objeto de estudo se modifica por causa das relações que ele cria com os outros objetos analisados.

Partindo de um texto de Borges, sobre uma enciclopédia chinesa, Foucault (1999) indaga acerca da arbitrariedade da classificação. Segundo o autor,

Quando instauramos uma classificação refletida, quando dizemos que o gato e o cão se parecem menos que dois galgos, mesmo se ambos estão adestrados ou embalsamados, mesmo se os dois correm como loucos e mesmo se acabam de quebrar a bilha, qual é, pois, o solo a partir do qual podemos estabelecê-lo com inteira certeza? Em que “tábua”, segundo qual espaço de identidades, de similitudes, de analogias, adquirimos o hábito de distribuir tantas coisas diferentes e parecidas? Que coerência é essa – que se vê logo não ser nem determinada por um encadeamento a priori e necessário, nem imposta por conteúdos imediatamente sensíveis? Pois não se trata de ligar consequências, mas sim de aproximar e isolar, de analisar, ajustar e encaixar conteúdos concretos; nada mais tateante, nada mais empírico (ao menos na experiência) que a instauração de uma ordem entre as coisas; nada que exija um olhar mais atento, uma linguagem mais fiel e mais bem modulada; nada que requeira com maior insistência que se deixe conduzir pela proliferação das qualidades e das formas. E, contudo, um olhar desavisado bem poderia

aproximar algumas figuras semelhantes e distinguir outras em razão de tal ou qual diferença: de fato não há, mesmo para mais ingênua experiência, nenhuma similitude, nenhuma distinção que não resulte de uma operação precisa e da aplicação de critério prévio (FOUCAULT, 1999, p. XV).

O antropólogo Bruno Latour em um ensaio *redes que a razão desconhece*, presente no livro *O poder das bibliotecas*, afirma que,

a produção de informação permite, pois, resolver de modo prático, por operação de seleção, extração, redução, a contradição entre a presença num lugar e ausência desse lugar. Impossível compreendê-la sem interessar pelas instituições que permitem o estabelecimento dessas relações de dominação, e sem os veículos materiais que permitem o transporte e o carregamento (LATOURE, 2006, p. 24).

A partir disso, Latour (2006) analisa uma fotografia do Museu de História Natural, a qual apresenta uma série de pássaros empalhados, classificados e etiquetados, que foram trazidos do mundo todo por naturalistas. Segundo o autor,

Em comparação com a situação inicial, em que cada ave vivia livremente em seu ecossistema, que perda considerável, que diminuição! Mas, em comparação com a situação inicial, em que cada ave voava invisível na confusão de uma noite tropical ou de um amanhecer polar, que ganho fantástico, que aumento! O ornitólogo pode então, tranquilamente, em local protegido, comparar os traços característicos de milhares de aves tornadas comparáveis pela imobilidade, pela pose, pelo empalhamento. O que vivia disperso em estados singulares do mundo se unifica, se universaliza, sob o olhar preciso do naturalista. Impossível, é claro, compreender este suplemento de precisão, de conhecimento, sem a instituição que abriga todas essas aves empalhadas, que as apresenta ao olhar dos visitantes, que as marca por um fino jogo de escrita e de etiquetas, que as classifica por um sistema retificável de prateleiras, de gavetas, de vitrines, que as preserva e as conserva

borrifando-as com inseticidas. Aí também, tanto para a ampliação como para a redução, a informação exige uma competência, um trabalho tão material quanto do embutidor ou do fresador (LATOURE, 2006, p.25-26).

De acordo com Chagas (2009), o livro *Introdução a Técnica de Museus* apresenta uma abordagem prescritiva. Com isso,

tratava das questões de segurança, conservação, restauração, iluminação, topografia e arquitetura; detinha-se no exame do uso de paredes, vitrinas, etiquetas, catálogos e manequins. Ao longo do livro, fartamente ilustrado, o Museu Histórico Nacional era apresentado como exemplo de instituição moderna, que, dialogando com o padrão internacional, realizava exposições de maneira “tecnicamente perfeita” (CHAGAS, 2009, 109).

Dessa maneira, Barroso escreve os capítulos: II *Como se organiza um museu*, III *Como se arruma um museu*, IV *Como se cataloga um museu* e V *Como se fazem restauração*. É interessante destacar alguns elementos desses capítulos. Como por exemplo, no II capítulo o autor afirma que,

Um museu não deve ser unicamente um necrotério de relíquias históricas, etnográficas, artísticas, folclóricas ou arqueológicas; mas um organismo vivo que se imponha pelo valor educativo, ressuscitando o passado nele acumulado. O conservador tem de ser, antes de tudo, um evocador. Um museu conserva justamente para evocar (BARROSO, 1951, p 27).

Segundo Chagas (2009) isto demonstra que para Barroso o museu podia ser considerado um necrotério, contanto que não fosse unicamente isso, e passasse também a evocar e ressuscitar o passado. O passado na concepção de Barroso é visto como algo bom em si mesmo, como alguma coisa dada, pronta e acabada.

Guarnieri (2010) em um texto chamado *Museu e Museologia* faz uma espécie de História da Museologia. Segundo a autora, a evolução da Museologia como ciência, de início é mais uma História dos museus, no sentido de “crônica”, narrando seus eventos. Mais tarde, chega à fase de “descrição”, no qual a partir de algumas experiências

procuram se afirmar regras de técnicas de apresentação. Seguido de uma fase “dramática” preocupando se com as cores e a iluminação.

Com o desenvolvimento da Química e da Física, foi se incorporando o seu conhecimento a museografia. A partir disso, o museu viu-se dividido, entre a preocupação com a conservação de seu acervo, ou sua exposição. Chegando assim, a teoria que é a adequada conservação possibilitaria uma melhor exposição, e que uma exposição adequada não poderia prescindir de boas técnicas de conservação.

É justamente nesse contexto que Gustavo Barroso atua no campo museológico, podendo ser exemplificado essa sua postura no capítulo III do livro *Introdução à Técnica de Museus*, denominado como se arruma um museu. Nesse capítulo Barroso elenca os requisitos para uma boa exposição: primeiro efeito estético dos próprios objetos; segundo efeito estético de sua colocação; terceiro facilidade de visão e exame pelo público; quarto boa e clara etiquetagem; quinto proteção dos objetos contra intempéries; sexto defesa dos mesmos contra descuidos de visitantes e roubos; sétimo preferência dos melhoramentos graduais sobre as reformas subversivas.

Outro ponto interessante desse capítulo refere-se à importância atribuída por Barroso ao arrumador do museu. De acordo com o autor “a boa arrumação depende, pois, fundamentalmente do arrumador, cuja prática e sentimentos estéticos obviam a muitos inconvenientes” (BARROSO, 1951, p. 48). A partir do que chama de condições de natureza pessoal, Barroso lista os atributos necessários a um bom arrumador: I Bom gosto; II Propriedade; III Harmonia e Simetria; IV Erudição; V Prática. Sobre o bom gosto o autor acrescenta,

O gosto como se sabe, difere de indivíduo para indivíduo. O que parece belo a um pode parecer feio a outro. O bom gosto, no entanto, embora sem regras que o delimitem e sem uma definição que o configure, é o sentimento de beleza que uma pessoa possui em si com a faculdade de exterioriza-la nas obras saídas de suas mãos. As pessoas educadas, mesmo as menos instruídas, quando não são de natureza vulgar, facilmente reconhecem esse indefinível bom gosto, que é qualquer coisa como uma fidalguia artística. O bom gosto reflete numa arrumação de museu, encantando geralmente o visitante, sem que ele saiba por que. Condição precípua do arrumador é quase sempre um senso inato. Pode, todavia, ser adquirido com educação, o convívio, o esforço e a

prática. Permite tirar melhor proveito das outras condições (BARROSO, 1951, p. 48).

Essa sua afirmação apresenta uma contradição, pois, se no início Barroso faz uma ressalva que o bom gosto é diferente de pessoa para pessoa, na sequência ele diz que o bom gosto pode ser apreendido pela “educação, convívio e a prática”. Visto o contexto em que o autor escreve, os termos utilizados como “fidalguia artística” e seus ideais. Podemos dizer que o bom gosto barroso refere-se ao gosto de uma elite branca e europeia.

No capítulo IV denominado *Como se Cataloga um Museu*, Barroso destaca a importância da catalogação dos acervos museológicos. Para que estes não se percam, misturem ou apresentem dificuldade a busca e identificação. Dessa forma, apresentava uma metodologia a ser seguida para fazer catalogação. Segundo o autor, “serão em primeiro lugar numerados e etiquetados, depois descritos e, afinal, comentados de acordo com as pesquisas que derem lugar” (BARROSO, 1951, p. 70).

Já no capítulo V, Barroso trata sobre *Como se Fazem Restauração*. O autor divide em dois tipos de restauração, a primeira ligada à restauração de monumentos e a segunda referente à restauração de relíquias e objetos. Barroso enumera uma série de recomendações ao se fazer à restauração: primeiro diz respeito a tudo o que se revestir de caráter artístico e histórico; segundo, utilização de materiais absolutamente adequados à restauração; terceiro, clara indicação do que se tiver de ajuntar ao conjunto por força da necessidade; quarto, documentação fotográfica do estado anterior e do estado posterior à restauração.

Barroso ainda comenta sobre as três principais escolas de restauração, as quais dividiam o posicionamento dos técnicos:

A primeira, mais antiga de todas, decorre das restaurações empreendidas por Viollet-le-Duc em França e dos trabalhos de Ludovic Viet, em 1831. É a escola da unidade do estilo, muito preconizada na Espanha moderna. Ela entende que se deve repor o monumento ou objeto no seu absoluto estado primitivo, eliminando o que foi ajuntado, refazendo de todo as partes danificadas, restaurando-o integralmente. A segunda, conhecida sob o nome de escola italiana, respeita o espírito do monumento ou do objeto criado através do tempo, conservando os valões que foi

adquirindo, incorporando, sem aquela preocupação da unidade do estilo na sua pureza inicial. Enfim, a terceira, a escola eclética, atualmente a mais admitida, que se bate por uma restauração fiel ao mais rigoroso critério de conservação, sem perder de vista as condições de solidez, o interesse arqueológico e o aspecto artístico, respeitando o que o tempo imprimiu e deixando visíveis as partes renovadas, como prova de probidade (BARROSO, 1951, p. 84).

Isto demonstra como Barroso já estava atento ao tema da restauração, pois, estas escolas até hoje são considerados a base para se pensar qualquer tipo de restauração, tanto no campo museológico como no campo dos patrimônios arquitetônicos.

Ao final desse capítulo, Barroso fala sobre os museus e a guerra. Onde o autor expressa sua preocupação em não haver em sua época uma legislação de guerra entre as nações que assegurassem a proteção dos monumentos artísticos e dos museus em caso de conflito. Com isso, cita o Pacto Roerich que teria sido a maior tentativa feita nesse sentido, mas que não era respeitada pelos países em guerra.

Diante da ausência de eficaz proteção jurídica dos museus considerados como monumentos e depósitos de obras de arte e de relíquias históricas, que se verifica do exposto, resta somente o remédio da proteção material a lhes ser dada pelo país a que pertençam. Estudemos, pois, esse ponto (BARROSO, 1951, p. 95).

Os museus e a guerra são um tema de grande relevância para a museologia, principalmente no que tange a política de acervos. Visto que vários museus constituíram seus acervos através de espólios de guerra ou colonização. Um dos maiores exemplo disso é o Museu do Louvre, o qual possui em seu acervo inúmeros objetos espoliados pelo imperador Napoleão Bonaparte durante o início do século XIX.

Após isso, Barroso começa a segunda parte do primeiro livro de *Introdução à Técnica de Museus*, a qual denominava de *Parte Geral*. Esta compreendia noções de cronologia, epigrafia, bibliografia, diplomática e iconografia.

Referente às noções de *cronologia*, Barroso parte de uma definição: “Cronologia é, pois, a ciência que ensina a contar o tempo, a dividi-lo de acordo com os sistemas adotados em várias épocas e por

diversos povos, e a estabelecer a sucessão e a simultaneidade dos acontecimentos. É, assim, a principal ciência auxiliar da História” (BARROSO, 1951, p. 99). O autor também subdivide a cronologia em: I cronologia astronômica ou matemática e II cronologia histórica. A primeira trataria da divisão do tempo segundo os fenômenos da natureza baseado em observações fornecidas pela astronomia, tomando a como medida de tempo. Enquanto, a segunda estudaria as divisões do tempo aceitas e seguidas por vários povos e nações, a partir das datas dos acontecimentos históricos e sua correlação ou simultaneidade, usando-se para isso das unidades de tempo: *era*, *época* e o *período*.

O destaque dado por Barroso à cronologia no campo da História pode ser interpretado como uma influência do IHGB, pois, esta escrevia a história da nação brasileira fundamentada em uma corrente historiográfica positivista. Os historiadores positivistas baseavam suas análises em perspectivas deterministas, ressaltando através de documentos oficiais escritos, “os fatos mais importantes” e ordenando seguindo uma ordem cronológica e linear de apreensão do tempo, acreditando que dessa forma, iriam reviver o passado real da humanidade. O intuito desses historiadores era ressaltar a importância dos “grandes heróis nacionais”, assim como, evidenciar os indivíduos que seriam exemplos para a formação nacional. O alinhamento de Barroso com a concepção positivista da história fica explícito quando comenta sobre o que seria *época*. De acordo com o autor “as épocas, devido à sua latitude e expressão, podem ser determinadas em qualquer tempo da história, bastando para isso à referência a um fato ou personalidade de certa importância” (BARROSO, 1951, p. 117).

A segunda noção tratada por Barroso no livro *Introdução à Técnica de Museus* é a *epigrafia*, a qual definia como sendo “a ciência que ensina a ler, decifrar e interpretar as inscrições gravadas nos metais, nas pedras e no barro cozido”. O autor através de um esquema geral dividia a epigrafia em: rupestre; egípcia; cuneiforme; fenícia; aramaica; sânscrita; helênica; hitita; latina; rúnica ou escandinava; extremo oriente; Khimer ou cambogiana; uigur (Ásia Central); mexicana, calculiforme; tarqui; eslava; moderna.

Segundo Sá (2013) a epigrafia já estava presente na grade de disciplinas do extinto Curso Técnico previsto no decreto Lei nº 15.596, de 02/08/1922, de fundação do MHN. A disciplina havia sido importada do currículo da École Nationale des Chartes, escola que foi base para todos os cursos de formação em patrimônio que trabalhavam com coleções nesse período. O Curso Técnico de 1922 tinha o intuito de criar um curso comum às três áreas do patrimônio: Museologia; Arquivologia

e Biblioteconomia mantendo algumas matérias dos cursos de Biblioteconomia e Diplomática como foi comentado no capítulo 2. Do curso de Biblioteconomia, ofertado na Biblioteca Nacional foram mantidas as disciplinas de: iconografia, paleografia, diplomática, bibliografia e numismática. Enquanto, do curso de Diplomática do Arquivo Nacional, manteve-se: cronologia, paleografia e diplomática. Entretanto, por uma série de fatores o Curso Técnico não se consolidou. Sá (2013) elenca alguns dos possíveis motivos, entre eles estão, a pouca procura pelo curso, divergência política, o ressentimento causado pelo desfalque da coleção da Biblioteca Nacional e do Arquivo Nacional para compor o acervo do MHN e a não remuneração dos professores do Curso Técnico. Somente em 1932, após uma reformulação, o curso viria ser inaugurado sob o nome de Curso de Museus.

Seguindo a sequência de noções compostas na parte geral do livro *Introdução à Técnica de Museus*, temos a Bibliografia. Para Barroso a bibliografia é a ciência que trata da produção e classificação dos livros, e podia ser vista sob dois aspectos, por um lado, intelectual: história da escrita e da imprensa, e documentação do pensamento humano e, por outro lado, material: fabricação dos materiais com os quais são feitos os livros, encadernação e ilustração. Com isso, escreve sobre a história da bibliografia, sua divisão e regras, ainda define o que é um livro, para então, abordar a respeito dos materiais do livro, sua arrumação e conservação.

Abreu comenta sobre a relação entre as elites e os livros, demonstrando como no início do século XX os livros representavam um sinal de distinção, pois, uma pequena parcela da população tinha acesso. Seguindo a autora,

A identidade dos homens públicos na República Velha passava fundamentalmente por sua condição letrada. De maneira geral, na virada do século, as letras representavam importantes bens simbólicos. As elites se relacionavam com livros que eram arrumados em estantes num espaço nobre das residências: os gabinetes de trabalho, lugares geralmente próprios dos homens, dos chefes de família (ABREU, 1996, p. 137).

Após as noções de bibliografia, Barroso parte para as *noções de diplomática e paleografia*. Dando início pela *noção de diplomática*, que definia como sendo “a ciência auxiliar da história que ensina a autenticar, ler e interpretar os documentos de caráter público que servem

de fontes históricas” (BARROSO, 1951, p. 231). O autor ainda afirma que a história se baseia em dois tipos de fonte, sendo uma delas a narrativa: composta por anais e crônicas, e a outra, as fontes diplomáticas: documentos administrativos e judiciários de caráter público. Cabendo então a diplomática a autenticação dos documentos; determinar sua proveniência; datação; estabelecimento do texto; busca dos testemunhos históricos; hermenêutica ou interpretação dos textos.

Ao limitar as fontes da história a narrativa e a diplomática, esta última dedicada exclusivamente aos documentos, podemos observar novamente a influência da historiografia positivista no livro de Barroso. De acordo com Le Goff (1990) com a escola positivista, os documentos triunfam. Por essa perspectiva,

A leitura dos documentos não serviria, pois, para nada se fosse feita com ideias preconcebidas... A única habilidade (do historiador) consiste em tirar dos documentos tudo o que eles contêm e em não lhes acrescentar nada do que eles não contêm. O melhor historiador é aquele que se mantém o mais próximo possível dos textos (LE GOFF, 1990, 536).

Em 1929, com o surgimento da “escola dos Annales” na França, começa as críticas a noção de documento como detentores de verdade e sobre a passividade dos historiadores perante aos documentos. Desse modo, Marc Bloch escreve em seu livro *Apologia da História ou O Ofício do Historiados*.

A despeito do que às vezes parecem imaginar os iniciantes, os documentos não surgem, aqui ou ali, por efeito de não se sabe qual misterioso decreto dos deuses. Sua presença ou ausência em tais arquivos, em tal biblioteca, em tal solo deriva de causas humanas que não escapam de modo algum à análise, e os problemas que sua transmissão coloca, longe de terem apenas o alcance de exercícios de técnicos, tocam eles mesmos no mais íntimo da vida do passado, pois o que se encontra assim posto em jogo é nada menos do que a passagem da lembrança através das gerações (BLOCH, 2002,p.83).

Após terminar de explanar sobre as *noções de diplomática*, Barroso versa acerca das noções de *paleografia*, a qual define como “a ciência que ensina a ler os documentos manuscritos” (BARROSO, 1951,

p. 245). Portanto, intimamente ligada à diplomática. Competia à paleografia o estudo dos materiais subjacentes à escrita, formas da escrita, abreviatura, sinais e siglas, estenografia e criptografia.

A última noção trabalhada por Barroso no primeiro volume do livro *Introdução à Técnica de Museus é a iconografia*. O autor definia como iconografia.

O estudo das imagens produzidas pelas artes plásticas: pintura, escultura, gravura, etc. A palavra origina-se de dois termos gregos. Ao princípio, foi empregada de modo restrito, no sentido de indicar tão somente às coleções de retratos ou imagens de personalidade famosas ou as figuras mitológicas, segundo as pinturas, as estátuas, os bustos, as pedras gravadas, os camafeus, as moedas e as medalhas. Mais tarde, as figuras alegóricas e simbólicas passaram a constituir o que se chama Iconologia. Deu-se, por fim, à Iconografia um sentido amplo, geral, relativo a todas as representações feitas por meio das artes plásticas, e, modernamente, passou-se a entender como Iconografia a ciência das estampas e de sua descrição, tanto do ponto de vista material quanto do histórico e estético (BARROSO, 1951, p. 263).

Como podemos ver, a iconografia abrangia uma vasta gama de conhecimentos. Dentro da iconografia Barroso tratou sobre pintura, escultura, glíptica, cartografia, niepceotipia, daguerreotipia e fotografia e iconografia brasileira. Assim, definia o que era cada uma e fazia uma síntese da sua história, tratando a respeito de suas técnicas e formas de classificação.

Barroso começa o segundo volume advertindo que a este cabia a parte especializada. Desse modo, destaca sua importância para o conhecimento dos objetos e sua classificação. Segundo o autor, o livro não trazia novidades nem esgotava o assunto, seu objetivo com o livro, era abordar os principais conhecimentos e deles extrair “as noções imprescindíveis a um bom conservador de museus” (BARROSO, 1953, p. 03).

De acordo com Barroso, os conhecimentos imprescindíveis para um bom conservador eram compostos por noções de Heráldica, Bandeira, Condecorações, Armaria, Arte Naval, Viaturas, Arquiteturas, Indumentária, Mobiliária, Cerâmica, Cristais, Joalheria, Prataria,

Bronze Artísticos, Mecanismos e Instrumentos de Suplicio. Por fim, informa que o capítulo sobre Arte Religiosa ficou de fora por já estar presente no volume III dos Anais do Museu Histórico Nacional.

A primeira noção abordada por Barroso é a *heráldica*. Conforme o autor,

a heráldica tem regras fixas como qualquer ciência ou arte. Alguns autores consideram-na ciência dos brasões; outros, arte dos brasões. Ela proporciona uma orientação segura na identificação de edificações, pedras tumulares, objetos de varias espécies e documentos iconográficos (BARROSO, 1953, p. 5).

Após isso, faz um pequeno histórico da heráldica, onde afirma que a heráldica é muito antiga e teria origem nos distintivos de penas, peles, tatuagens ou pinturas dos povos primitivos, na maioria nascidos em remotas eras dos emblemas de clã ou totêmico. No entanto, somente a partir do século XIII passou a ser subordinada a normas e regras, e daí então, regeu com pequenas variações nos diferentes países.

Do século XIII em diante – século de alto humanismo, de renascimento cristão, que precedeu o renascimento pagão, vindo duas centúrias após: do século XVII em diante, começou-se a subordinar os brasões às regras até hoje conservadas. Constitui-se, assim, definitivamente a linguagem simbólica da nobreza, sob a guarda de funcionários a serviço dos reis, dos príncipes suseranos e dos grandes dignitários: os arautos, chefiados pelo rei das armas ou estatuidor daquelas normas (BARROSO, 1953, p. 5).

Com isso, Barroso passa a discorrer a respeito de uma serie de regras e normas de como ler os brasões, como são constituídos, e sobre os seus diferentes tipos. Os quais iam desde as cores usadas na heráldica, elementos do brasão, formas de escudo, posição do escudo, divisões do escudo, peças comuns nos escudos, entre outras. Posteriormente ao autor fala a respeito da heráldica no Brasil.

A heráldica, no Brasil, está intimamente ligada à vinda da família real para o país. Segundo Schwarcz (1998), este evento transplantava para o país todo o ritual da Casa de Bragança, que

incluía uma agenda de festas, cortejos, uniformes e titulações. “Data dessa época o estabelecimento de uma heráldica brasileira, cujo marco inaugural foi a criação, em 8 de maio de 1810, da Corporação de Armas, imediatamente vinculada à casa Imperial” (SCHWARCZ, 1998, p.159).

Por isso, Barroso afirma em seu livro que a nobreza brasileira tinha duas origens: a portuguesa e a nacional. A primeira era formada pelos “descendentes legítimos das antigas famílias lusas de sangue ilustre vinda para o Brasil naturalmente usaram as empresas e armas de seus antepassados peninsulares” (BARROSO, 1953, p. 26). Enquanto a segunda, era concedida pela família real, através de títulos.

A verdadeira heráldica brasileira é nascida com a nobreza nacional. Crio-a o Império, não hereditário. O uso dos títulos extinguiu-se pela morte dos titulares. Mas, na gradação daqueles institui a Monarquia um elemento novo: o acréscimo com grandeza, barão com grandeza, visconde com grandeza. Isso reflete-se na heráldica, nos elementos externos dos brasões brasileiros (BARROSO, 1953, p. 26-27).

Conforme Schwarcz (1998), durante o período em que d. João esteve no Brasil (1810-1820) teria concedido 254 títulos, onze duques, 38 marqueses, 64 condes, 91 viscondes e 31 barões, além garantir a nobreza àqueles que já portavam desde Portugal. Com o retorno de d. João a Portugal foi aprovado na Constituição Política do Império do Brasil (de 25 de Março de 1824) Artigo 102, item XI. Que atribuía ao Imperador à função de “Conceder Títulos, Honras, Ordens Militares, e Distinções em recompensa de serviços feitos ao Estado; dependendo as Mercês pecuniárias da aprovação da Assembleia, quando não estiverem já designadas, e taxadas por Lei”¹⁷.

Assim, ficava a cargo do Imperador d. Pedro I conceder os títulos de nobreza no Brasil. Ao contrário da Europa esses títulos não eram vitalícios nem hereditários. A hereditariedade só era assegurada ao sangue real, dessa forma, o título se resumia somente ao proprietário:

17 Constituição Política do Império do Brasil (de 25 de Março De 1824) Artigo 102, item XI. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao24.htm. Acessado 25/10/2014.

Nas mãos do primeiro monarca a nobreza cresceria muito, não mais porque seu reino seria breve. É assim que, de 1822 a 1830, d. Pedro I faria 119 nobres, entre os quais dois duques, 27 marqueses, oito condes, 38 viscondes com grandeza e quatro sem grandeza e vinte barões, sendo dez com grandeza e dez sem (SCHWARCZ, 1998, p.160).

Barroso comenta sobre dificuldade de se ler os brasões no Brasil, devido ao elemento *com grandeza* ou quando se usam de elementos dos antepassados lusitanos.

O *Barão com Grandeza* usa sobre o escudo coroa de visconde; o *Visconde com Grandeza*, coroa de conde, o que cria dificuldade para a leitura dos brasões nacionais, quando se não sabe a que titulares pertenceram. Além disso, ora mantem os brasões dos nobres heráldicos dos seus antepassados lusitanos, ora combinam esse atributo com figuras novas e nunca usadas heraldicamente, ora empregam somente estas (BARROSO, 1953, p. 27).

De acordo com Schwarcz (1998) foi no reinado de d. Pedro II que mais se concedeu títulos de nobreza e, conseqüentemente, houve um aumento no número de brasões no país, usados principalmente como distinção social e prestígio. “Só no período que vai de 1870 a 1888, o ano do final do reinado de d. Pedro, o monarca criaria 570 novos titulados, os quais correspondiam, por sua vez, à nova elite que acompanhava o jovem imperador” (SCHWARCZ, 1998, p.160).

Schwarcz (1998) ainda afirma que os motivos para agraciar com títulos de nobreza iam desde serviços prestados, prova de patriotismo, por fidelidade e adesão a S. M. I, serviços contra a cólera-morbo, serviços na Guerra do Paraguai, ou até por serviços nas exposições universais. Outra característica interessante da heráldica no reinado de d. Pedro II é como ela foi usada como elemento de controle político, pois, nos momentos de maior popularidade do imperador se reduzia a concessão de títulos, entretanto, aumentava-se durante sua progressiva decadência.

Em 1810 a Nobre Corporação dos Reis de Armas se estabeleceu no Rio de Janeiro, era uma espécie de cartório da nobreza onde formalizava os títulos e cartas de brasões. Eram compostas por um rei

de armas que era um oficial menor encarregado em escrever a genealogia e orientar a elaboração dos brasões acompanham suas funções um arauto e um passavante. Cabendo ao escrivão da nobreza e fidalguia do Império a atividade de registrar em livros as concessões de títulos e brasões. Como observa Schwarcz,

O decreto imperial não bastava, porém, para que o novo titulado tivesse o direito de usar o título; o pagamento de taxas para o recebimento da carta de mercê nova, e seu respectivo registro em livro, era necessário para completar a legalização dos tramites. Da mesma forma, o direito ao uso de brasões dependia de um acerto de contas, seguido de registro (SCHWARCZ, 1998, p.171).

Barroso apresenta novos atributos e figuras na heráldica brasileira, tais como plantas; animais; instrumentos; tipos humanos; constelações e paisagens, as quais a Idade Média, criadora da heráldica desconhecia. Outra diferença da nobreza brasileira se dá pelos nomes, os quais passam adotar nomes indígenas ou tropicais, por exemplo: Solimões, Batovi, bujuru entre outros.

Schwarcz considera que a heráldica no Brasil esquece a não hereditariedade, para conservar a forma. Em suas palavras:

Como símbolo, a titularidade permaneceu enquanto um tipo de “tradição”, constantemente acionada quando se trata de afirmar certo prestígio, autoridade e passado. Em um país de história curta e memória rarefeita, dizer-se nobre é passar um atestado de antiguidade – mesmo que breve- em um ambiente em que, com frequência, se reclama da falta de tradição (SCHWARCZ, 1998, p.195).

O próximo tema abordado por Barroso no segundo volume do livro *Introdução à Técnica de Museus* trata das noções sobre *bandeira*. O autor definia bandeira como “Um pedaço de pano duma ou mais cores, com ou sem emblemas, preso a uma haste ou içado em um mastro, que serve para dar sinais, indicar um ponto de reunião, assinalar um posto importante, simbolizar uma Nação, Estado, Cidade ou corpo de tropas” (BARROSO, 1953, p. 59).

Na sequência, ele apresenta um resumo histórico sobre o uso das bandeiras em diferentes contextos, seus significados e sobre sua

materialidade. Barroso ao final do resumo histórico enfatiza a ligação do estudo das bandeiras ao da heráldica e termina explicitando a defesa de um nacionalismo através amor à bandeira nacional.

A bandeira nacional é o símbolo duma pátria e a ela se devem todas as honras. É obrigação amá-la, respeita-la e defende-la à custa da própria vida. As bandeiras tomadas aos inimigos em combate conservam-se como gloriosos troféus nos templos e museus, o que não implica nenhum desrespeito ao símbolo dos vencidos, defendidos com honroso sacrifício de seus bens e sua vida (BARROSO, 1953, p. 61).

A defesa feita por Barroso de um nacionalismo exacerbado pode ser atribuída à sua participação no integralismo. Reiterando o que foi trabalhado no segundo capítulo, o integralismo foi uma doutrina que se definia como nacionalista, “sua ênfase maior se encontrava na tomada de consciência do valor espiritual da nação, assentado em princípios unificadores: “Deus, Pátria e Família” era o lema do movimento” (FAUSTO, 2009, p. 353).

Subsequente às *noções de bandeiras*, Barroso dá início às *noções de condecoração*, a qual pode ser analisada em conjunto com a próxima noção que se refere à *armaria*, pois as duas tratam de temas ligados ao militarismo. O autor começa as noções de condecoração explanando a respeito de sua origem e história. Conforme o autor,

as condecorações são contemporâneas das mais antigas civilizações. Os próprios povos selvagens e bárbaros sempre encontraram meios de distinguir com um cocar de plumas, um colar de madeixas, de dentes, de conchas, de contas raras ou de metal e pedras preciosas aqueles que o chefiavam ou se haviam mostrado mais esforçado e bravos nas guerras (BARROSO, 1953, p. 90).

Observamos nessa passagem termos ligados ao evolucionismo, como *selvagem* e *bárbaro* na escrita de Barroso. Para o autor, os botões, colares e outros símbolos eram “antepassados” das condecorações, as quais somente tornaram definitivamente condecorações com as *Ordens de Cavalaria*, “quando o espírito cristão casando-se ao espírito militar da época das Cruzadas acendeu o espiritualismo nas almas, fecundou a Cavalaria e fez nascer aquelas corporações de monges-cavaleiros, de freires-soldados, de sacerdotes-

militares” (BARROSO, 1953, p. 90).

Desse modo, constatamos que pela concepção de Barroso, a condecoração nasce a partir da ligação da religião crista com o militarismo. Isso fica explícito na seguinte passagem.

As condecorações modernas nasceram dessas transformações das Ordens de Cavalaria e continuam a ser chamadas ordens somente pela força da tradição. Elas demonstram o processo histórico de prevalectimento das ordens leigas sobre as ordens religiosas (BARROSO, 1953, p. 92).

Após aborda as instituições das ordens de cavalaria, das ordens monásticas guerreiras e da classificação geral das condecorações, Barroso escreve acerca das condecorações brasileiras. Em uma primeira vista, já notamos uma tríade entre as condecorações brasileiras: monarquia, religião e militarismo. Algumas das condecorações foram incorporadas de Portugal como a Ordem Militar de Santiago da Espada, outras referenciavam feitos do império: Imperial Ordem do Cruzeiro; Ordem de Pedro I; Imperial Ordem da Rosa. E por fim as ordens do período republicano: Ordem do Cruzeiro; Ordem São Bento de Aviz.

Em as *Noções de armaria*, Barroso destaca a necessidade de seu estudo, pois,

As armas são companheiras do homem desde seu aparecimento sobre a terra. Usou-as em todos os tempos quer para atacar, quer para defender-se. Com elas, lutou contra as feras e contra seu semelhante. O choque das armas acompanham todos os capítulos da história da humanidade. A elas estão ligados intimamente todos os episódios guerreiros dum povo. O estudo da origem e evolução das armas, a armaria, é pois, de uma importância para a classificação dos objetos e das relíquias dum museu (BARROSO, 1953, p. 92).

Para entendermos a importância atribuída por Barroso ao estudo da armaria e das condecorações para o museu, temos que retomar duas coisas do segundo capítulo. Primeiro, o seu desejo em ingressar a carreira militar, ambigualmente estimulada e contrariada por sua família, o pai, o padrinho e um primo haviam ido para guerra do Paraguai, as tias com as quais vivia o fardavam em sua infância. No

entanto, a família queria que ele fosse doutor, bacharel em direito. Barroso então cede à pressão familiar formando-se a contragosto. Segundo, o seu desejo em criar um museu militar, reitero assim à citação feita no capítulo dois, extraída do artigo, *A ideia da criação do Museu Histórico Nacional*, presente no volume III dos Anais do MHN, escrito por Adolpho Dumans.

Todas as nações tem seus Museus Militares, guardando as tradições guerreiras de sua história, documentando os progressos dos armamentos e exaltando o culto das glórias passadas. Nós ainda o não possuímos.

Nós ignoramos o culto do passado e desprezamos as velharias da história. Nunca possuímos um Museu Militar digno desse nome e nossas esquecida de recordações guerreiras andam esparsas por mil lugares ou já desapareceram com o caruncho do tempo.

Patriótica e nobre seria a fundação dum Museu Militar. Queiram os nomes que tal ideia um dia se realize para que tenhamos onde depor nossos troféus como os gregos outrora os depunham nas métopas de mármore e granito dos templo da Acaia (BARROSO apud DUMANS, 1942, p. 384- 387).

Barroso ao falar a respeito da armaria brasileira faz uma delimitação arbitrária. Segundo o autor “O estudo da armaria no Brasil compreende o período que vai do Descobrimento até nossos dias, do início do século XVI ao XX”. Com isso, ele exclui as armas feitas pelos indígenas antes da chegada dos portugueses e passa a trabalhar somente com armamento oriundo da Europa.

Em *noções de arte naval*, Barroso enfatiza o seu estudo para Técnica de Museus, pois,

Sem conhecer as varias espécie de navios e suas partes principais, é impossível classificar quadros, modelos e relíquias náuticas. As campanhas navais foram paginas dramáticas e gloriosas da história. As expansões marítimas outras ainda mais belas. O Brasil é um fruto da expansão marítima dos portugueses e seus marinheiros cobriram-se de gloria nas guerras do Prata. Como entender e classificar as relíquias nas Guerra do Prata. Como entender e classificar as relíquias

desses períodos memoráveis sem estudar os navios de todos os tipos que participaram das lutas e das navegações? É também necessário o conhecimento geral das embarcações anteriores à vida histórica do Brasil para se compreender a evolução, embora de maneira perfunctória, da arte naval e para se poderem explicar os documentos iconográficos, sigilográficos, heráldicos, numismática e outros em que aparecem figuras de embarcações (BARROSO, 1953, p. 177).

Nessa passagem podemos observar a exaltação aos portugueses, os quais teriam “descoberto o Brasil” através de sua expansão marítima. Conforme Barroso, não havia “vida histórica” no Brasil antes da chegada dos portugueses, isto fica explícito na frase “é necessário o conhecimento de embarcações anteriores a vida histórica do Brasil”. Esta visão é completamente etnocêntrica, pois o território brasileiro já era ocupado por diversos grupos indígenas a milhares de anos. Atualmente existe uma discordância entre o uso do termo pré-história para se referir a esse período, por fazer parte de uma referência da sociedade europeia. Os pesquisadores acabam optando pelo termo História Pré-Cabraliana, desse modo, respeitando a existência de civilizações indígenas e sua cultura antes da chegada dos portugueses.

Nas *noções de indumentária*, Barroso inicia abordando sobre sua origem, a qual estaria ligada a necessidade do homem se vestir para proteger-se do ambiente. Além disso, o papel estético e as conveniências morais que atendem. Na sequência, comenta a respeito da materialidade das indumentárias, tipos de tecido, e acessórios da indumentária. Ao se referir sobre o estudo da divisão da indumentária, o autor destaca a importância de seu estudo para ser um bom conservador.

Chama-se indumentária a história do vestuário. É um estudo auxiliar imprescindível para um bom conservador de museus. O exame das sucessivas modificações da maneira de vestir através de povos e épocas explica a razão de ser de muitas coisas aparentemente sem maior significação, faz ressaltar muitas tradições ignoradas e grandemente ajuda a bem discernir períodos e civilizações, sobretudo quando se tenham de classificar documentos iconográficos ou peças de vestuário (BARROSO, 1953, p. 287).

Barroso divide a indumentária em quatro partes: I indumentária civil; II indumentária religiosa; III indumentária militar; IV indumentária brasileira. Depois de escrever a cerca da indumentária egípcia, babilônia, persa, grega, romana, bizantina, galo-romana, medieval, renascentista, moderna, exótica, religiosa e militar. Chega a vez da indumentária brasileira, para o autor,

A tradição brasileira é pobre em matéria de indumentária civil. Não temos a riqueza de trajes populares de certos países europeus. Nos primeiros tempos da colonização, os homens do povo usavam timão ou camisola e ceroulas, como se vê de documentos antigos e como se perpetuou na vida sertaneja até quase nossos dias. Como que o calor punha de parte a roupa de cima para se ficar somente com a de baixo. Além disso, o chapelão protetor contra a soalheira. As mulheres de saia e cabeção, de saia e camisa (BARROSO, 1953, p. 298).

Isso demonstra que, para Barroso, o padrão de indumentária civil estava baseado na Europa. No entanto, o Brasil por ser um país tropical não podia usar as mesmas roupas, optando por roupas mais frescas, o que era visto pelo autor como uma pobreza em matéria de indumentária. Entretanto, Barroso elenca três indumentos dignos de relevo no país: o dos vaqueiros nordestinos, o das pretas da Bahia, as baianas, e o dos gaúchos, do Sul. Esta sua seleção arbitrária excluía uma gama de indumentárias presentes no Brasil, como por exemplo, as indumentárias de matriz indígena, africana e asiática entre outras, que havia no país devido sua colonização, ou antes, da chegada dos portugueses.

Em *noções de mobiliário*, Barroso comenta que “desde que o homem começou a ter vida estável, acercou-se de objetos necessários ao seu uso e conforto. Criou, assim, o mobiliário. Mais tarde, imprimiu-lhe seu gosto artístico ou nele satisfez seus pendores para o luxo e a ostentação vaidosa” (BARROSO, 1953, p. 341). A partir disso, adverte que o estudo do mobiliário dos “primitivos” não interessaria diretamente a técnica de museus, mas aos museus de arqueologia ou especializados em pré-história ou proto-história. Com isso, o autor trata do mobiliário egípcio, caldaico, grego, romano, bizantino, romântico, gótico, oriental, renascimento, moderno, brasileiro.

No mobiliário brasileiro, Barroso afirma que o principal móvel

do indígena era rede, o qual “o colonizador branco adotou como leito e como meio de transporte”. Percebe-se que o autor limita o mobiliário indígena a rede, e trata desse apenas pelo significado que esse tem para o branco, omitindo assim, o significado e a simbologia da rede para os indígenas.

Segundo Barroso, o mobiliário brasileiro do século XVI era trazido de Portugal ou feito de forma rudimentar no próprio país, seguindo o estilo da metrópole. Em sua opinião o século XVIII era o mais belo do mobiliário brasileiro e português. Em suas palavras,

O século XVIII é no Brasil, como em Portugal, a época mais bela da marcenaria, do entalhamento, da tornearia e das curvaturas das linhas barrocas e rococós no mobiliário. [...] Elementos decorativos do país, frutos como o caju e o ananás, pássaros e outros animais penetram às vezes, no mobiliário, que conserva, não obstante, as características lusitanas ou mostra influencia inglesa (BARROSO, 1953, p. 350).

Com isso, vemos que para Barroso o parâmetro de beleza do mobiliário é pautado no modelo europeu. Consequentemente, por essa perspectiva a mobília brasileira a ser conservada deveria ser a da aristocracia, mais especificamente a pertencente à família imperial. Conforme Abreu (1996), as peças da família imperial configuravam emblemas, sintetizando valores de uma visão de um mundo aristocrática, principalmente os bens associados ao próprio d. Pedro II. De acordo com a autora,

Os amigos da família imperial adquiriram muitas dessas peças, afirmando o culto à nobreza e ao imperador. Muitos deles presentearam outros amigos da família imperial com bens adquiridos nos leilões, acionando um circuito de trocas simbólicas entre si que perdurou ao longo dos anos. Garantiram, com isso, atualização do passado e a preservação dos valores tradicionais investidos nesses objetos (ABREU, 1996, p. 172).

Podemos dizer que possuir os bens da família imperial no início do século XX era sinônimo de status e prestígio. Esse pensamento também é percebido nas instituições, como por exemplo, no MHN ou no Museu Imperial de Petrópolis, os quais participavam dos leilões desses bens ou incentivam a sua doação.

Muitos dos objetos adquiridos no leilão do Paço de São Cristóvão terminaram por serem alocados definitivamente no Museu Histórico Nacional ou, posteriormente, no Museu Imperial de Petrópolis, como resultado de doações dos herdeiros dos amigos da família imperial. O próprio Gustavo Barroso concorreu em muito para que essas doações se efetivassem. O culto da saudade, apregoado pelo primeiro diretor do Museu histórico Nacional revela uma de suas faces: culto ao Império e à nobreza (ABREU, 1996, p. 172).

As noções de cerâmica e cristais e noções de ourivesaria, prataria e bronzes artísticos também giram em torno desse mesmo contexto, objetos de valores marcadores de distinção social. Barroso em *noções de cerâmica e cristais* apresenta uma breve história da cerâmica e explicita sobre suas variedades. A partir disso, o autor aborda a cerâmica egípcia, chinesa, japonesa, indiana, coreana, persa, hindu, árabe, americana, grega, romana, medieval, renascimento, moderna, brasileira.

Barroso ao se referir à cerâmica brasileira, adverte que esta pertence ao ramo da cerâmica americana e seu estudo seria mais bem compreendido na parte do Curso de Museus referente à arqueologia. Novamente o autor expressa um desprezo pela cultura indígena brasileira, ao dizer que sua cerâmica “é uma cerâmica primitiva, de barro cozido, com desenhos rudes” (BARROSO, 1953, p. 394). Sendo digna de nota apenas a cerâmica marajoara, feita na ilha de Marajó.

No que tange a cerâmica moderna brasileira, Barroso comenta que as fabricas de louças para uso comuns não teriam preocupação artística. Em sua opinião, somente a fabrica da ilha do Governador, a qual fabricou peças no início do XIX, era digna de referência de uma louça “verdadeiramente brasileira”. Após isso, o autor apresenta um quadro para a classificação e sistematização da cerâmica brasileira. Este quadro dividia-se em: Brasil colonial, Brasil-Reino, Primeiro Reinado, Segundo Reinado e República.

Sobre os cristais, Barroso escreve um pequeno histórico a respeito do vidro e cristais e termina exibindo uma lista de como estes, podiam ser classificados.

Em *noções de ourivesaria, prataria e bronzes artísticos*, Barroso ao se referir à ourivesaria afirma que, “desde os mais remotos tempos, os homens usam as pedras e os metais raros e preciosos em objetos de adorno e luxo, que muitas vezes também serviram como

reservas de riqueza para os maus momentos. São as joias, e a arte que as produz é a ourivesaria ou a joalheria” (BARROSO, 1953, p. 410). Na sequência informa que as joias podem ser classificadas pelo seu material ou pela natureza do trabalho, ou seja, fundida, estampada, cinzelada, esmaltada, filigranada ou folheada. Sendo, portanto, necessário o conhecimento das variadíssimas pedras preciosas que se empregam na feitura das joias. Dessa maneira, cita uma série de pedras preciosas e suas características. O autor também fala da relojoaria, justificando sua ligação com a ourivesaria, “não pelo maquinismo destinado a marcar o tempo, porém pela caixa que o contem, a qual é muitas vezes verdadeira obra de arte” (BARROSO, 1953, p. 424).

Na prataria, Barroso prescreve que continuam validas as observações feitas à ourivesaria para a prataria, no tange a sua classificação em relação à época, qualidade, características estilísticas, feitura do trabalho e marcas contrastais. A cerca da proveniência da prataria brasileira, o autor informa ser majoritariamente europeia.

Em nosso país, durante o período colonial, os objetos de prata provinham em geral da Península Ibérica. Os portugueses eram sólidos e cinzelados com maior ou menor perfeição. Os espanhóis, mais leves e quase sempre repuxados. Até o meado do Segundo Reinado, vinha muita pra inglesa. Depois, a francesa. Encontram-se também objetos de prata de varias procedências (BARROSO, 1953, p. 427).

Tanto a ourivesaria quanto a prataria constituem objetos representantes de uma elite, das quais se usavam desses objetos como sinônimo de status e distinção social. Outro fator interessante, é que o período colonial também corresponde à época de maior exploração de prata de Potosí para Europa, ou seja, provavelmente a prata importada da Europa na verdade tinha uma procedência Boliviana.

Em *bronzes artísticos*, Barroso define o bronze como “uma liga de cobre, estanho e zinco, em proporções variadas e, às vezes, com outros metais” (BARROSO, 1953, p. 430). Ainda, afirma que o uso do bronze vem de uma “idade da humanidade primitiva”, onde as armas e artefatos eram feitos com esse material, sendo anterior ao descobrimento do ferro. Com isso, percebemos que o autor usa a materialidade como critério de marcação da evolução humana, assim como os evolucionistas do século XIX. A partir disso, comenta que desde os tempos mais remotos o bronze foi empregado em objetos de arte: adereços,

estatuetas, medalhas, vasos etc. Por fim, Barroso trata a cerca da classificação do bronze, o qual se diferenciaria conforme sua liga ou pela técnica empregada em sua fabricação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Trabalho de Conclusão de Curso teve como objetivo analisar o livro *Introdução à Técnica de Museus*, escrito por Gustavo Barroso, o qual foi fundador e diretor do MHN, sendo responsável pelo primeiro perfil desta instituição, que chegou a ser identificada como o “Museu Histórico de Gustavo Barroso”, devido sua grande influência.

Em 1946, Barroso publicou a primeira edição do livro *Introdução à Técnica de Museu*, obra em dois volumes, considerada uma referência da museologia brasileira até o final da década de 1960. O livro era fruto da sintetização da disciplina de Introdução à Técnica de Museus. Esta havia sido criada por ele mesmo em 1932 no Curso de Museus, e ministrada por Barroso até 1951. A matéria Técnica de Museus tinha duração de três anos, sendo o último ano inteiramente prático. Portanto, o livro *Introdução à técnica de Museus*, tinha o objetivo de abranger um vasto conhecimento que, de acordo com o autor, “nunca foi compendiada numa obra didática e sempre existiu esparsa, sem conveniente sistematização” (BARROSO, 1951, p. 3).

A partir do livro, busquei contextualizar sobre a vida do autor sua atuação política e o contexto histórico em que foi publicado o livro *Introdução à técnica de museus*. O que foi de suma importância para compreender o seu pensamento museológico. Barroso nasceu em um período de transição, sua família com grande prestígio no império estava perdendo seus privilégios com o advento da república. Com isso, constatamos uma valorização do período imperial em sua atuação no MHN.

Barroso foi um homem de muitos ofícios, atuou como advogado, professor, político, folclorista, jornalista, romancista, entre outros. Foi também um dos líderes nacionais da Ação Integralista Brasileira, uma doutrina que se definia nacionalista e fundamentava-se nos seguintes princípios “Deus, Pátria e Família”.

Nesta pesquisa me predispus a discutir o papel da técnica e da ciência como legitimadores de um saber racional, e o seu uso como estratégia de controle e dominação da sociedade. Para isso, abordei como a ciência chega ao Brasil em conjunto com as teorias raciais, as quais, no século XIX e início do XX serviam ao propósito de comprovar a superioridade branca europeia, legitimando dessa maneira a dominação e a exploração dos outros grupos. Com isso, busquei investigar de que forma essas teorias raciais haviam influenciado a escrita da história do Brasil, um país relativamente novo, e que estava à

procura de sua identidade.

A principal instituição incumbida de escrever a história do Brasil era o IHGB, esta se propunha a construir uma história da nação, recriando um passado, solidificando mitos de fundação e ordenando fatos, procurando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos. O IHGB escrevia uma história com um cunho positivista, elencando os “heróis” e exaltando a glória da pátria.

Segundo Abreu (1995), o MHN fazia eco ao IHGB inscrevendo a gênese da nação brasileira numa tradição de civilização e progresso, o retrato da nação era representado como um desdobramento nos trópicos de uma civilização europeia. Uma representação de nação que se limitava eminentemente aos brancos.

Para Barroso o museu é uma instância de educação e disciplinarização das massas rudes e barulhentas. O museu, por essa perspectiva, é visto como produto do processo civilizatório da história geral da humanidade. Ligado à ideia de civilização, o museu devia agregar objetos preciosos, produtos do desenvolvimento das artes e da técnica, ou seja, objetos que representassem uma cultura refinada.

A partir da análise do livro *Introdução à Técnica de Museus*, procurei problematizar os temas presentes no livro que giravam em torno da cultura material da aristocracia, do nacionalismo, do militarismo e do positivismo.

Dentre as noções que expressavam uma visão positivista da história, podemos elencar a cronologia, por se dedicar apenas aos fatos históricos e agrupar em uma linearidade, não problematizando as relações que antecedem ou são posterior. Desse modo, a história estaria em uma constante “evolução” e “progresso”. Barroso limitava as fontes do historiador ao documento escrito e a narrativa. Por isso, valorizava as noções de epigrafia a diplomática e a paleografia, ou seja, apenas as sociedades com escrita possuíam história, essa é uma característica marcante positivismo.

Entre as noções ligadas a aspectos militares estão à condecoração e a armaria. Conforme Barroso (1953), as condecorações eram usadas para prestigiar os que chefiavam ou haviam mostrado mais esforços na guerra. Em noções de armaria, o autor justifica o seu estudo por sempre estar presente na história do homem, seja para se defender ou atacar, sendo usada contra feras e contra o próprio homem. Essa sua ênfase a aspectos militares pode ser explicado pelo seu desejo em ingressar na carreira militar, o qual foi estimulado e contrariado por sua família como foi comentado em outros momentos. Antes da própria fundação do MHN, Barroso já advertia sobre a necessidade da criação

de um museu militar em nosso país, como forma de documentar o progresso das armas e exaltar o culto das glórias passada, essa sim seria uma atitude patriótica em sua concepção.

A noção que mais manifesta sua defesa por um nacionalismo é a bandeira. Segundo Barroso (1943) a bandeira é o símbolo de uma pátria, portanto, devemos honrá-la amá-la e defender a custa da própria vida. Essa defesa exacerbada de um nacionalismo pode ser explicada por sua ligação com o Integralismo, como foi dito anteriormente.

Dentre as noções que representam os bens materiais da aristocracia estão, à heráldica, a indumentária, a arte naval, o mobiliário, a cerâmica e cristais, a ourivesaria e prataria e bronzes artísticos. A heráldica estava ligada a vinda da família real ao Brasil, que estabelecida no país passou a conceder títulos de nobreza à elite, os motivos para ser agraciado com títulos de nobreza iam desde serviços prestados, provas de patriotismo, serviços na Guerra do Paraguai entre outros. Com isso, surgem os nobres no Brasil e seus brasões, que ao contrario da Europa não era hereditário o seu título de nobreza. Segundo Schwarcz (1998) esquece a não hereditariedade, para conservar a forma. Nas outras noções, Barroso demonstra majoritariamente um desprezo pelos bens materiais feitos no Brasil, os quais sempre enfatiza sua inferioridade e características primitivas se comparado com bens materiais da Europa.

Por fim, a de considerar o pioneirismo de Gustavo Barroso ao criar um curso de formação em museologia, um dos projetos mais antigos do mundo, que antecede até mesmo o curso de museografia da École du Louvre. No entanto, a partir de tais constatações podemos dizer que a museologia nasce no Brasil com um cunho bastante conservador, elitista e eurocêntrico. Pois, restringia o seu estudo apenas à cultura material da aristocracia. Através do livro *Introdução à técnica de Museus*, observamos os posicionamentos políticos do autor, principalmente pela defesa de um nacionalismo, exaltação do militarismo e sua perspectiva da história positivista, o que poderia passar despercebido por ser tratar de um livro técnico.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. **A fabricação do imortal**: memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco: Lapa, 1996.

_____. “O Paradigma Evolucionista e o Museu Histórico Nacional”. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 27, n.1, p. 7-19, 1995.

BARRETO, Lima. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. Porto Alegre: L&PM, 2009.

BARROSO, Gustavo. **Introdução á técnicas de museu**. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, vol. 1, 1951 e vol. 2, 1953.

_____. **Brasil**: Colônia de Banqueiros (História dos empréstimos de 1824 a 1934). 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S/A, 1936.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010.

CALDEIRA NETO, Odilon. Gustavo Barroso e o esquecimento: integralismo, antissemitismo e escrita de si. **Cadernos do Tempo Presente**, n 14, 2013. p. 44-56.

CASTRO, Celso (Org.). **Evolucionismo cultural**: textos de Morgan, Tylor e Frazer. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CAVALARI, Rosa Maria Feteiro. **Integralismo**: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937). Bauru, São Paulo, EDUSC, 1999.

CHAGAS, Mário de Souza. **A Imaginação Museal**: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Rio de

Janeiro: Minc/Ibram, 2009.

CHAGAS, Mario de Souza. GODOY, Solange de Sampaio. Tradição e Ruptura no Museu Histórico Nacional. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**, volume 27, Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1995.

CURY, Marília Xavier. **Exposição**: Concepção, montagem e avaliação. São Paulo: Annablume, 2006.

DUMANS, Adolpho. “O Museu Histórico Nacional Através dos Seus 19 anos de existência”. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v. 1, p. 211- 230 1940.

_____. “A ideia da criação do Museu Histórico Nacional”. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v. 3, p. 383-394, 1942.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo : Edusp, 2009.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. **Tecnologia e Estética do Racismo**: ciência e arte na política da beleza. Chapecó: Argos, 2007.

FOUCAULT. **As palavras e as coisas**: Uma arqueologia das ciências humanas Tradução de Salma Tannus Muchail. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Coleção Tópicos).

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Nº1, 1988, p. 5-27.

HABERMAS, Jünger. **Técnica e ciência como ideologia**. Tradução de Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, 1968.

HOBSBAWN, Eric. **A era dos extremos**: o breve século XX. 1941-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. Introdução In: HOBSBAWN, Eric. RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. (Coleção Pensamento Crítico; v.55)

LAPLATINE, François. **Apreender Antropologia**. Tradução de Marie-Agnès Chavel. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LATOUR, Bruno. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: BARATIN, Marc, JACOB, Christian. **O Poder das Bibliotecas: a memória dos livros no ocidente**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2006.

LE GOFF, Jacques. “Documento/Monumento”. In **História e Memória**. 5a. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

MACIEL, Maria Eunice. A Eugenia no Brasil. **Anos 90**, Porto Alegre, RS, v. n° 11, p. 121-143, 1999.

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Como se deve escrever a História do Brasil. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro 6 (24): 381 - 403. Janeiro de 1845. (Revista Trimestral de História e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. N. 24, janeiro de 1845).

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. Tradução Magda Lopez e Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2012.

OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert Ramos de. **O conservadorismo a serviço da memória: tradição, museu e patrimônio no pensamento de Gustavo Barroso**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2003 (Dissertação de Mestrado em História Social da Cultura).

RIBEIRO JUNIOR, João. **O que é o positivismo**. 1.ed. São Paulo: Brasiliense, 1982. (Coleção Primeiros Passos)

RODRIGUES, Neuma Brilhante. Como se deve escrever a história do Brasil: uma leitura de von Martius. In: **XXIV Simpósio Nacional de História**, 2007, São Leopoldo. Anais do XXIV Simpósio Nacional de História, 2007.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. 2ª ed. São Paulo: Martins fontes, 1999. (Clássicos)

SÁ, Ivan Coelho. História e Memória do Curso de Museologia: do MHN à UNIRIO. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 39, p. 10-48, 2007.

_____. As matrizes francesas e origens comuns no Brasil dos cursos de formação em arquivologia, biblioteconomia e museologia. **Acervo**, v. 26, p. 31-58, 2013.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **A escrita do passado em museus históricos**. Rio de Janeiro: Garamond, Minc, IPHAN, DEMU, 2006. (Coleção Museu, memória e cidadania).

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças** – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. **As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Kalina Vanderlei, SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Contexto, 2008.

SIQUEIRA, Graciele Karine. **Curso de Museus – MHN: 1932-1978: o perfil acadêmico-profissional**. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO e do Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST, 2009. (Dissertação Mestrado em Museologia e Patrimônio).

TRINDADE, Hélió. **Integralismo: o fascismo na década de 30**. São Paulo: Difel, 1979.